

# EXPO'98

**Expectativas  
positivas  
mas também  
reparos,  
preocupações  
e críticas** Pág. 18

## SIM às regiões

Enquanto se concentram esforços na campanha pelo sim à despenalização do aborto, os partidários do não às regiões não perdem tempo. Constituíram um movimento e alimentam com regularidade a comunicação social com notícias e opiniões atacando a regionalização.

Que fazer? Há que responder-lhes. Com que meios? Com argumentos, evidentemente, mas também com organização. Realizando-se o debate do referendo sobre a regionalização, vale mais prevenir do que remediar.

■ João Amaral Pág. 19

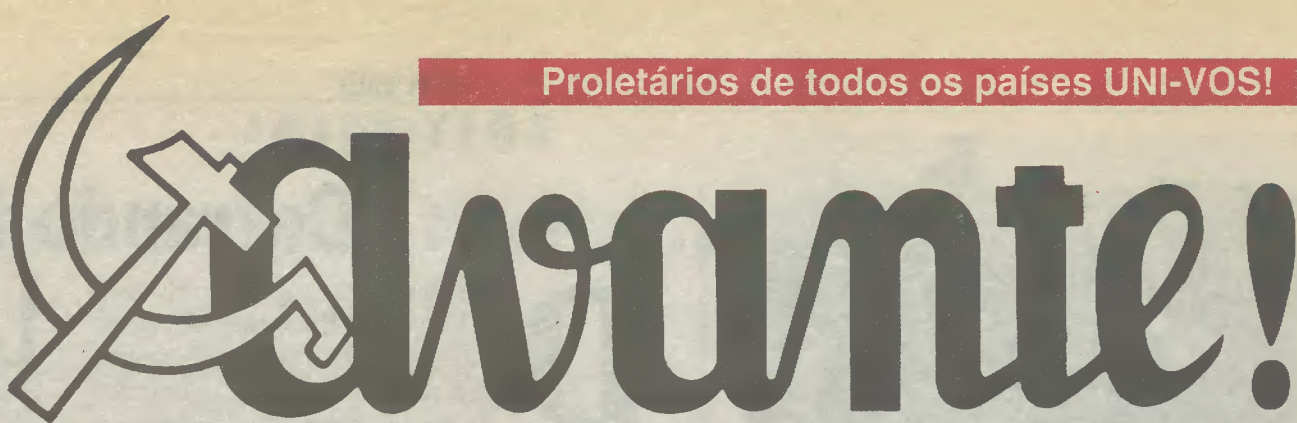
## Maio de 68 em debate

Um tema quase inesgotável nas suas múltiplas referências e dimensões. Págs. 24 e 25

## INDONÉSIA A grande incógnita

À hora do fecho desta edição, desconhecia-se ainda o resultado da jornada nacional de manifestações agendada para ontem na Indonésia. Numa altura em que os acontecimentos se precipitam e a todo o momento surgem novas incógnitas na complexa equação indonésia, a única certeza que parece adquirida é que o reinado de Shuarto está a chegar ao fim, 32 anos depois de ter mergulhado o país numa feroz repressão e na mais brutal exploração.

Págs. 20 e 21



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 21 de Maio de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1277 • Director: José Casanova



## Críticas ao Governo na homenagem a Catarina

# OS DEVEDORES DE PROMESSAS

Págs. 5 e 6

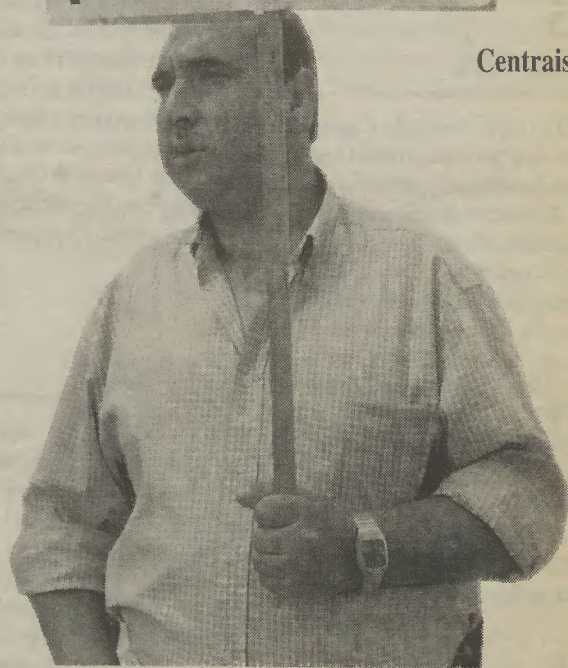
Já se sentem os efeitos da primeira fase da privatização da EDP

## Os lucros estão primeiro

*... e a electricidade só vem depois*

Venda da EDP:  
Uma "Paixão"  
para "Peixões"

Centrais







Catarina Eufémia foi homenageada em Baleizão, no sábado

## RESUMO

13  
Quarta-feira

O PCP requer, com carácter de urgência, a realização de um debate parlamentar sobre os resultados da actualização extraordinária do recenseamento eleitoral ■ Jorge Sampaio inicia visita oficial a Marrocos ■ Principia o VI Congresso Nacional dos Professores ■ Oito pessoas, suspeitas de fogo posto, são detidas pelas autoridades de Macau ■ A Comissão Europeia apela aos países da UE para que boicotem os produtos oriundos dos colonatos israelitas ■ Perante a gravidade da situação interna, o presidente da Indonésia decide regressar antecipadamente ao país ■ No Brasil, o PT e o PDT aliam-se nas eleições presidenciais contra Fernando Henrique Cardoso.

14  
Quinta-feira

O Conselho de Ministros, reunido no Alentejo, aprova uma proposta de Lei de Finanças Locais que prevê o reforço da participação das autarquias nas receitas fiscais do Estado ■ Termina o prazo para a entrega de pedidos de participação nos tempos de antena relativos ao referendo sobre a despenalização do aborto ■ O presidente da Comissão Coordenadora das Acções de Informação e Divulgação do Euro, Leonardo Ferraz de Carvalho, demite-se do seu cargo devido a divergências com o Ministério das Finanças ■ O rei Hassan II de Marrocos concede um perdão a oito presos portugueses, graças à visita oficial do Presidente da República ■ Em Jacarta, dois estudantes indonésios morrem na sequência dos confrontos com a polícia ■ Durante manifestações contra os 50 anos do Estado de Israel, a polícia judaica mata dez palestinianos e fere 200 ■ As autoridades dos EUA alertam para a possibilidade do Paquistão efectuar ensaios nucleares semelhantes.

15  
Sexta-feira

O ex-presidente da Câmara Municipal da Guarda, Abílio Curto, é condenado a seis anos de prisão por dois crimes de corrupção ■ Na Indonésia, o presidente Suharto decreta uma descida dos preços dos combustíveis ■ O presidente jugoslavo e o líder dos albaneses do Kosovo decidem iniciar conversações sobre o futuro daquela província ■ O primeiro-ministro indiano afirma que o seu país possui uma «grande bomba» nuclear que será usada no caso de ser atacado ■ A Etiópia acusa a Eritreia de invadir o seu território ■ Morre o cantor norte-americano Frank Sinatra.

16  
Sábado

Realiza-se, em Monte Abraão um almoço-convívio com a pre-

sença de Álvaro Cunhal ■ Tem lugar, em Lisboa, mais uma edição de «Correr com o racismo», com a participação de largas centenas de pessoas ■ O G-8, reunido em conferência em Birmingham, apoia as propostas dos EUA sobre o processo de paz do Médio Oriente e condena a posição israelita ■ O presidente indonésio faz uma pequena remodelação no seu governo ■ Duas pessoas são feridas a tiro numa igreja católica de Dublin ■ Os governos da Etiópia e da Eritreia manifestam-se dispostos a resolver o conflito fronteiriço, com a mediação dos EUA.

17  
Domingo

Carlos Carvalhas desloca-se a Baleizão para participar na homenagem a Catarina Eufémia ■ Autarcas, ambientalistas e políticos portugueses e espanhóis manifestam-se, em Lagoaça, contra a instalação de uma lixeira nuclear junto à fronteira pelas autoridades de Madrid ■ Durante a madrugada, vários indivíduos mascarados atacam a cidade basca de Renteria, provocando importantes estragos materiais ■ Vários grupos e organizações indonésias continuam a exigir a demissão de Suharto e apelam a novas manifestações ■ O Paquistão desmente rumores, segundo os quais já teria procedido a ensaios nucleares ■ O general Lebed ganha as eleições para governador de Krasnoïarsk, na Sibéria.

18  
Segunda-feira

Os camionistas fazem greve na IP-5, exigindo aumentos salariais e a melhoria das condições de trabalho ■ O Ministério do Ambiente apresenta um plano sobre as acções no litoral português ■ O presidente do Parlamento indonésio pede a demissão de Suharto ■ Os EUA e a UE alcançam um acordo sobre as leis comerciais que põe fim às sanções norte-americanas às empresas europeias que invistam em Cuba, no Irão e no Líbano ■ O parlamento federal da Jugoslávia retira a confiança política ao governo.

19  
Terça-feira

A Gare do Oriente, junto à Expo'98, em Lisboa, é inaugurada ■ 82 juízes contestam revisão do Código de Processo Penal em abaixo-assinado entregue na AR ■ Sindicatos de professores dos países da CPLP decidem constituir grupo de trabalho para defesa e promoção da língua portuguesa ■ Milhares de manifestantes ocupam o Parlamento em Jacarta, exigindo a demissão de Suharto... ■ ... que promete eleições «tão rapidamente quanto possível».

## Cerrando fileiras

**R**ecentemente, no Congresso do Movimento Europeu, em Haia, Mário Soares proferiu um discurso no qual prestou homenagem aos iniciadores da «grande aventura da constuição europeia»; enalteceu os caminhos entretanto percorridos e os resultados alcançados; e sublinhou a necessidade de «ir mais além» (...) e de «dar um novo impulso à construção política e social de uma Europa alargada».

«O Congresso que há 50 anos se realizou na cidade de Haia, sob a presidência de Winston Churchill» foi, segundo Soares, o ponto de partida para a construção desta União Europeia. Vivía-se, então, um tempo em que «a Europa, cansada dos horrores da guerra» (...) «reclamava a paz e pretendia lançar-se, rapidamente, na via da reconstrução e do desenvolvimento» para o que, sempre segundo Soares, «compreendera ser decisivo estabelecer laços de generoso entendimento entre países antes inimigos» (...) «na base da igualdade e do respeito pelas liberdades e pelos direitos humanos dos cidadãos europeus».

**É** impossível acompanhar Soares nesta idílica visão dos acontecimentos e das intenções dos respectivos protagonistas. É claro que ninguém duvida que a Europa estava farta de guerra mas poucos duvidarão que o povo miúdo estava muito mais farto do que os ilustres congressistas de Haia. Basta lembrarmo-nos que o presidente desse Congresso, Churchill, era o mesmo que, três anos antes, já «a pensar na guerra fria», ordenara o bombardeamento de Dresde (cidade alemã sem quaisquer alvos militares e totalmente desprovida de defesa), provocando 120 mil vítimas; era o mesmo que, dois anos antes, proferira o célebre discurso de Fulton (lido por ele mas escrito com a colaboração de Truman e do financeiro Bernard Baruch); era o mesmo que definira como tarefa do futuro «ajudar a construir e manter uma ordem mundial suficientemente estável para permitir que as economias avançadas do mundo funcionem sem ter que fazer frente a constantes interrupções e ameaças procedentes do Terceiro Mundo» - tarefa esta que exigiria «intervenções rápidas das nações avançadas» e, se necessário, «acções preventivas» contra as «nações atrasadas»; era o mesmo que, por alturas do Congresso referido por Soares - e, portanto, na fase de construção da nova ordem decorrente da 2ª Guerra Mundial - escrevia: «o governo do mundo deve ser confiado a nações abastadas e que não desejam para si próprias mais do que o que já têm. Seria perigoso que o governo do mundo estivesse nas mãos de nações pobres» (...) «a salvaguarda da paz deve confiar-se aos povos que vivem dos seus próprios meios e que não são ambiciosos. Somos como homens ricos que moram em paz dentro das suas casas». Não se pode ser mais claro e só por inconcebível ingenuidade se poderia pensar que quem tais ventos semeia tenha em mira outra coisa que não seja desencadear fortes tempestades... As afirmações e práticas acima referidas retratam exemplarmente os métodos, os conceitos, os objectivos, enfim a «generosidade» do presidente do Congresso que, segundo Soares, deu início ao processo de construção da União Europeia... Processo esse que, diga-se em abono da verdade, tem conseguido assimilar e incorporar a essência do pensamento do estadista britânico sobre a matéria, como a realidade tem evidenciado em todos os momentos cruciais da construção desta União Europeia.

*Aos que se opõem a esta Europa do capital e lhe contrapõem a perspectiva de uma Europa social de facto, abre-se o caminho da luta por esse objectivo.*

**L**embramo-nos do Tratado de Maastricht e da forma como, no caso concreto de Portugal, por vontade do PSD e do PS, foi recusada a realização de um referendo que permitisse ao povo português pronunciar-se sobre tão importante questão. E o mesmo se passou noutros países onde as sondagens deixavam prever uma recusa do Tratado. Além de que em alguns dos países que recorreram ao referendo, valeu tudo - inclusive a repetição do referendo e o aviso preempatório de que ele se repetiria tantas vezes quantas as necessárias... - para assegurar a vitória do «sim».

**M**ais recentemente, quer a aprovação do Euro quer a nomeação do presidente do Banco Central Europeu - operações que dir-se-ia terem sido concebidas há 50 anos por proposta de Churchill... - exibiram os mesmos atropelos democráticos que têm caracterizado todo o processo e deixaram claro e sem margem para quaisquer dúvidas que quem manda são as «nações abastadas» e que, mesmo entre estas, há uma que manda mais do que as outras.

«O Euro teve um parto difícil, e só quem nestes Conselhos se apresenta habitualmente numa posição de aluno bem comportado, é que pode estranhar os «egoísmos nacionais» manifestados na maratona negociada para resolver a presidência do BCE» - observou Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP. Na verdade, o Banco Europeu, autêntico clone do Bundesbank, tem o presidente que a Alemanha quis; Marcelo e Guterres aplaudiram com entusiasmo - mas teriam aplaudido com igual entusiasmo se o presidente fosse o que a França queria; e Guterres que esperou - ao que parece na cozinha - que Kohl e Chirac decidissem - na sala de jantar - quem seria o presidente do BCE, afirmou-se, por tudo isso, «orgulhoso como português e como europeu» (diz-me do que te orgulhas, dir-te-ei quem és).

**D**e facto, só alunos muito bem comportados poderão partilhar o entusiasmo de Mário Soares face à evolução verificada até agora e o seu optimismo quanto à previsível evolução futura do processo. A verdade é que, no que respeita a Portugal mas não só, todo esse processo assenta na ausência de auscultação da opinião do(s) povo(s), na inexistência do debate plural, no silenciamento ou no menosprezo das vozes não concordantes, na utilização repetida da prática do facto consumado, no desprezo sistemático pelos direitos democráticos dos cidadãos. E nada indicia alterações nesta situação. Muito pelo contrário.

**A**os que se opõem a esta Europa do capital e lhe contrapõem a perspectiva de uma Europa social de facto, abre-se o caminho da luta por esse objectivo. Luta que se sabe difícil mas que é necessária. Luta que se sabe prolongada mas que é indispensável. Luta a travar no espaço de cada país e no espaço da Europa. Unindo forças, esforços e vontades, cerrando fileiras.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socorro Pereira Gomes  
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
— 1100 Lisboa  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7-A,  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Cupa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B L1, 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Tel.: (01) 923 89 00  
Campo Raso — 2710 Sintra  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Telef. \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## Democracia e água benta...

José António Saraiva é um poço inesgotável de surpresas anunciadas: mal nos arriscamos a admitir que o seu mais recente texto atingiu o nível máximo do desvario, logo pressentimos, nesse mesmo texto, indícios iniludíveis de que o que se lhe segue irá muitíssimo mais longe. E assim é. Sucessivamente.

Desta vez, JAS foi aos arquivos da sua memória e encontrou o que quis encontrar: um ex-militante do PCP que, «um dia, ainda em pleno Estado Novo», lhe disse: «O Cunhal é o Salazar vermelho.» JAS, de boa memória, recorda que aquela frase o chocou na altura mas, «com o tempo», acabou por «verificar que a ideia fazia, afinal, algum sentido». Explica ele assim a «verificação»: «Cunhal, como Salazar, era um homem obstinado, determinado, antiliberal, antidemocrata e profundamente convencido da sua verdade.»

(A partir desta «verificação» JAS arranca, depois, para uma análise à situação actual

do PCP. Ao seu estilo, ou seja, análise profunda, rigorosa, sólida - na sequência da qual produz um espectacular exercício de futurologia. Mas deixemos, por agora, esse desvio astrológico e voltemos à matéria do primeiro.)

Esta coisa de chamar antidemocratas aos comunistas é arma velha do arsenal do anticomunismo, quer ele se apresente com pezinhos de lã e uniforme de gala democrática quer se faça anunciar pelo ruído característico das botas cardadas. É fácil, é barato e dá milhões irradiar os comunistas do campo democrático e substituí-los, inclusive, por quem nada fez em defesa da democracia, antes pelo contrário... Se JAS esgravatar no Estado Novo da sua memória, há-de encontrar o tempo em que, em Portugal, não havia democracia, pelo que lutar por ela tinha como consequência previsível a prisão, a tortura, às vezes a morte; e há-de constatar que, nessa situação, ninguém mais do

que os comunistas lutou pela democracia, assumindo todas as consequências daí resultantes. Mas que importância tem isso? O conceito de democracia em vigor não se compadece com minudências tais. Democracia e água benta cada JAS toma a que quer, pelo que ser democrata é ser JAS ou congénere. Com efeito, JAS é, hoje, director de um semanário de grande tiragem e é tão democrata como era naqueles longínquos tempos em que brincava aos tigres de papel e em que o seu actual patrão - já então prestigiado democrata - era deputado na Assembleia Nacional.

Quanto a Álvaro Cunhal e aos outros militantes comunistas, esses são hoje tão antidemocratas como eram nesses tempos em que se limitavam a, antidemocraticamente, combater o fascismo e lutar pela democracia.

■ José Casanova

## Para um trabalho com esperança

O trabalho é um muito antigo irmão nosso. As longas gerações de trabalhadores que continuam connosco as épocas e a história podem testemunhá-lo. Com o trabalho crescemos e com ele tomamos a consciência de ser homens. Ensinou-nos o sentido da necessidade, mas também o da igualdade de esforços e deveres. Na sua longa evolução foi fonte de progresso no despertar de verdades, que marcaram a História da humanidade. De livre e amigo passou a escravo e triste; foi capturado depois por formas de tempo assalariado impostas pelos que dele se apoderaram.

Valorizar o trabalho - é tema da campanha oportunamente lançada na passada semana pelo PCP, em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Oportunamente - porque o Governo está a preparar nova ofensiva integrada na campanha de longo fôlego que, em Portugal como em todo o mundo, o grande capital tem vindo a intensificar contra o mundo do trabalho.

A desvalorização do trabalho tem sido, nessa campanha do grande capital, uma cobertura ideológica metodicamente seguida. E uma das facetas dessa desvalorização é a insidiosa apresentação do «fim do trabalho» como uma característica da sociedade moderna. Dizia recentemente o Ministro da Agricultura que, em breve, 5% da população activa bastará ou sobrá para a produção agrícola. E Deus Pinheiro, do alto do seu cargo de Comissário Europeu, sentenciou há tempos que menos de 15% da população activa bastariam, nos inícios do próximo milénio, para assegurar a produção industrial. Desta forma quer o capital usurpar perversamente em seu proveito exclusivo os imensos ganhos de produtividade possibilitados pelo desenvolvimento técnico-científico para o bem-estar geral e o pro-

gresso de toda a humanidade. Segundo tais planos do grande capital, 80% dos potenciais trabalhadores ver-se-iam assim despojados do próprio valor da sua capacidade de trabalho, escravizados pela concorrência feroz de um mercado de trabalho que a desregulamentação entregaria às mais selvagens condições de exploração. Tais são as perspectivas quando «concorrência» e «competitividade» são as palavras-chave e quando quem toma as decisões são capitalistas para quem a redução dos custos de mão d'obra é um dogma e os direitos dos trabalhadores são pretensão subversiva.

No mundo de hoje, a distribuição e retribuição do trabalho torna-se cada vez mais desigual. Não é por acaso que o grande capital se exporta, apátrida, para países onde melhor e mais rapidamente pode explorar. «Mundialização» e «globalização da economia» tornam-se assim processos de nivelamento por baixo do valor do trabalho. Mas o que se impõe não é entregar os mais desfavorecidos aos apetites da exploração, mas sim defender as garantias sociais obtidas ao preço de duras lutas, e alargá-las a todos os habitantes da Terra.

Então sim, os produtos do trabalho jorrarão num caudal de bens e serviços que encontrarão consumidores desejosos e aptos a deles justamente beneficiarem.

Uma célebre escritora indiana afirmou que «trabalho sem esperança é como néctar numa peneira». Não vamos permitir que o néctar, que é nosso, escorra na peneira, deixando-nos sem esperança e de mãos vazias.

■ Aurélio Santos

## Jugoslávia/Kosovo MÃOS FORA!

Longo após o desmoronamento da URSS e outros regimes socialistas do Leste Europeu, um processo de «normalização» capitalista dependente desses países tem seguido o seu curso, com variações, visando colocá-los numa situação que chamaríamos de neo-semivassalagem. Sobre os recalcitrantes, que não aceitam a perda (não formal mas) real da sua soberania, as pressões são mais que muitas. Se necessário vai-se para a aberta ingerência de todo o tipo, num esforço porfiado para os fazer «entrar na linha».

Assim a antiga Jugoslávia foi destruída. Espeznando o direito nacional e internacional, forçou-se a secessão da Eslovénia e da Croácia primeiro, significativamente as mais ricas repúblicas, processo em que a Alemanha, ex-potência dominante da região, teve papel destacado. Seguiu-se, contra o que os mais avisados estadistas preveniam, o sangrento processo da Bósnia, essa manta de retalhos étnica que, todavia, convivera até então sem dificuldade de maior. Dos horrores da Bósnia, descontando os exageros e retendo as reais tragédias, muito já foi dito. Importa é sublinhar a sucessão de crimes de ingerência estrangeira e *diktats* militares, incluindo a primeira grande operação externa da NATO, e as duras sanções unilaterais que atingiram gravemente todo o povo sérvio, convenientemente demonizado. Para se desembocar na injusta e ainda não pacífica paz de Dayton, com que os EUA firmaram posição nessa importante região geoestratégica dos Balcãs (mais a sua presença na Albânia, na Macedónia, etc.). Mas a Jugoslávia sobrance ainda se mostrava e mostra *recalcitrante* às imperiais potências que também a querem reduzir à *neo-semivassalage*. Vá pois de interferir no Montenegro e fazer deflagrar a «bomba» de reserva do Kosovo. E sempre aos gritos contra o nacionalismo da Grande Sérvia, enquanto se calam os da Grande Croácia ou da Grande Albânia, e o fundamentalismo integrista bósnio - muçulmano de Izetbegovic. Nisto do acirrar dos «nacionalismos» nos Balcãs, estamos a ver em *reprise* o acirrar dos «tribalismo» pelo colonialismo em África. Costas largas para ocultar os reais interesses em jogo e dividir para reinar...

Não temos que analisar aqui erros e desvios de Milosevic e sérvios, ou quaisquer outros, que todos cometeram. Porque o que de fundamental está em causa não são *erros* e *desvios* de políticos ou povos da Jugoslávia, mas sim **deliberadas e reiteradas provocações e ingerências externas em questões internas dum Estado soberano**, cuja integridade territorial todos publicamente afirmam, mesmo quando subversivamente actuam para a fazer implodir. Uma vez mais agora no Kosovo. Esta sanha contra a Jugoslávia revela bem a sua raiz imperialista. Só é de estranhar a miopia de alguns. Uma dúzia de vezes, altos dirigentes sérvios e jugoslavos esperaram em Pristina que dirigentes locais «kosovares» se sentassem à mesa para negociar. Em vão. Com que direito e justiça entidades estrangeiras infligem «sanções» à Jugoslávia, a pretexto de forçá-la a negociações com os «kosovares»? Para mais quando são estes que, com as costas quentes e mal disfarçados incitamentos, recusam as negociações enquanto intensificam o terrorismo e mesmo agressões a partir da Albânia! Falar de hipocrisia e duplicidade, é bem pouco neste caso. A estratégia de «internacionalização» da questão do Kosovo por parte dos EUA esconde mal, sob a capa do «bombeiro» humanitário, o plano de submissão total desta estratégica região à NATO e ao imperialismo norte-americano. Cegos são os estadistas europeus que se prestam a ser acólitos do *Tio Sam*, que também a eles se pretende impor.

Mas os povos, estranhos aos interesses imperialistas em causa, esses não podem ser cegos nem míopes. E por isso, agora que finalmente Rugova foi a Belgrado encontrar-se com Milosevic e parece ter-se aberto caminho para se iniciarem negociações em Pristina para a solução pacífica da questão do Kosovo, no quadro da soberania da Jugoslávia - apenas temos que desejar vivamente paciência, determinação, bom senso e honestidade às *duas partes, únicos protagonistas legítimos*. E simultaneamente reclamar com vigor, a todos os que se arrogam de mandões em terra alheia, **mãos fora da Jugoslávia e do Kosovo!**

■ Carlos Aboim Inglez

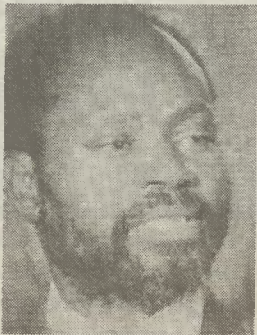


Foto: Sérgio Morais



## Envolvimento do «apartheid» na morte de Samora Machel

A Comissão da Verdade e Reconciliação, que investiga os abusos cometidos pelo regime do «apartheid» na África do Sul, revela dispor de novas provas que implicam directamente as antigas forças armadas sul-africanas ao serviço do regime racista no acidente aéreo que vitimou o primeiro presidente moçambicano, Samora Machel, e mais 33 pessoas, em Outubro de 1986. No comunicado da Comissão, o chefe da equipa de investigadores deste caso, Dmisa Ntsebeza, afirma que o avião que transportava Samora Machel se despenhou, de noite, numa zona montanhosa perto da fronteira da África do Sul com Moçambique depois de ter recebido «um sinal falso mais forte do que o do aeroporto de Maputo». Esta hipótese tinha já sido avançada



após o acidente pelos moçambicanos e soviéticos que então investigaram a queda do avião - um Tupolev-134 tripulado por soviéticos - e que sempre rejeitaram as «conclusões» do regime racista de Pretória afirmando que o acidente se devera ao «engano» dos pilotos do aparelho, que teriam apontado ao radar da Suazilândia em vez do de

Maputo. As novas provas da autoria do atentado racista contra o presidente moçambicano envolvem o testemunho de um antigo oficial dos serviços de informação militares e de dois ex-elementos do exército racista, que estiveram directamente implicados na operação tecnológica que deu origem ao acidente aéreo. A identidade destes ex-militares racistas não foi divulgada por se recear pela sua segurança.



## Investimento no Ensino na base do endividamento

Segundo notícia o *Público*, o Ministério da Educação está a negociar um empréstimo de 20 milhões de contos com o Banco Europeu de Investimentos (BEI) para um anunciado investimento no sector do Ensino Superior nos próximos anos. Este empréstimo, segundo o Secretário de Estado do Ensino Superior, Alfredo Jorge Silva, destina-se ao ensino superior público, com relevo para as universidades,

enquanto se preparam também investimentos estatais no ensino superior privado, nomeadamente através de um concurso de verbas do Prodep para instalações e equipamentos, a ser lançado brevemente. Apesar do endividamento inerente a esta opção, com inevitáveis encargos suplementares com juros, o Ministério da Educação insiste que tal não corresponderá a um desinvestimento no sector.

## Morre Frank Sinatra

Morre o cantor norte-americano Frank Sinatra, com a idade de 82 anos e sucumbindo a um ataque cardíaco, após alguns internamentos que prenunciavam a sua crescente debilidade. Personalidade controversa, Sinatra construiu uma longa carreira artística eivada de peripécias e alguns escândalos, onde avultam contraditórias ligações à Máfia norte-americana, assomos de defesa



dos direitos cívicos dos negros (com quem estabeleceu, via música, fortes laços de amizade) a par de posições políticas conservadoras, além de uma vida sentimental intensa e bem ao gosto de Hollywood. Todavia, não foi pela sua vida pessoal que Sinatra inscreveu o nome na história da música popular e do espectáculo, mas pelo seu enorme talento como cantor-intérprete que influenciou várias gerações no mundo inteiro. A qualidade das suas interpretações granjeou-lhe o merecido título de «A Voz», atingindo, muitas vezes, o supremo estatuto de autênticas criações artísticas, sendo lendária a sua capacidade em variar e recriar permanentemente as suas próprias performances nas canções do seu repertório, produzindo, frequentemente, versões únicas e irrepetíveis.

## 1º Encontro sindical de professores da CPLP

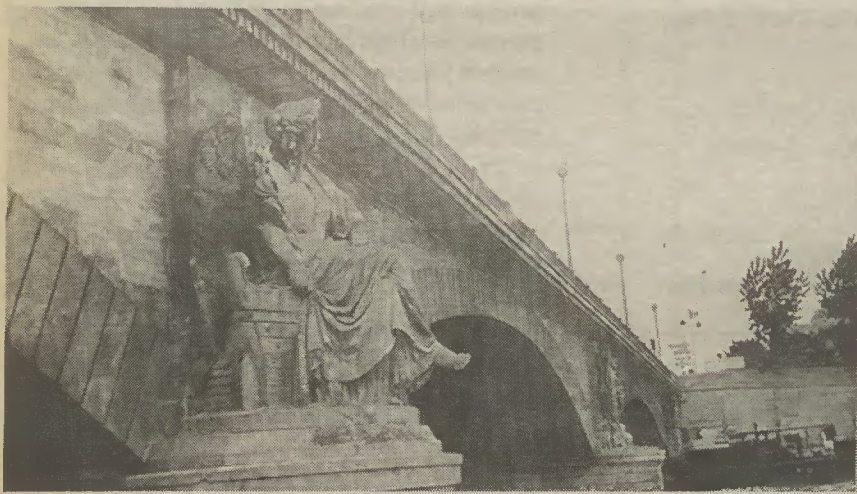
Realiza-se esta semana em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, o 1º Encontro das Organizações Sindicais da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), reunindo diversas organizações sindicais de professores de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal e S. Tomé e Príncipe. Durante o Encontro, os participantes vão debater, entre outras matérias, a actual situação dos sistemas educativos nos respectivos países, o estado do ensino do

Português nos países da CPLP e a cooperação para a formação de professores, estando prevista a apresentação de uma Declaração do Encontro a enviar à cimeira de Chefes de Estado da CPLP, bem como a aprovação de uma Resolução final. Paulo Sucena, secretário-geral da Fenprof, abriu os trabalhos na segunda-feira passada recordando que a língua portuguesa é a «argamassa do entendimento entre os nossos povos», sublinhando que é necessário um grande res-

peito pela matriz cultural de cada um dos povos que compõem a CPLP, recordando que o Português, falado por mais de 200 milhões de pessoas no mundo inteiro, é uma língua que foi sendo recriada e reinventada ao longo de séculos, permitindo a criação de literaturas originais que ascenderam a um altíssimo degrau na literatura internacional, sendo uma língua viva «pelo modo fecundo como ganhou qualidade e profundidade sem perder originalidade».

Na declaração a enviar a todos os chefes de Estado da CPLP, que se reúne em Junho próximo na Cidade da Praia, os participantes desta Cimeira pedem a intervenção pessoal dos estadistas para garantir «a construção de uma escola pública, laica, gratuita, democrática e de qualidade», considerada «factor essencial» para um livre acesso à educação, independentemente de condições sociais, credos religiosos ou filosóficos, raça ou convicções ideológicas.

## Parlamento francês adota as 35 horas

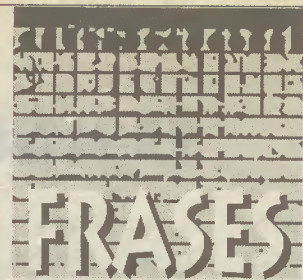


Os deputados franceses adoptaram anteaitem, e em definitivo, a lei que reduz o tempo de trabalho semanal para as 35 horas, numa votação conjunta de socialistas, comunistas e verdes, tendo todos os partidos da direita votado contra. A lei impõe a redução da duração legal do trabalho de 39 para 35 semanais no ano 2000 para as empresas com mais de 20 trabalhadores. O desemprego é, em França, um dos mais elevados da União Europeia, atingindo três milhões de pessoas e correspondendo a 12% da população activa. A expectativa do governo é que, com esta nova lei-quadro, sejam criados entre 210 mil e 280 mil postos de trabalho como consequência directa da redução para as 35 horas de trabalho semanal.

## EXPO'98 abre amanhã



Abre amanhã oficialmente a EXPO'98, a última grande exposição mundial do século e do milénio realizada em Lisboa e dedicada ao tema dos Oceanos, ao mesmo tempo que assinala os 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia e celebra, por extensão, os Descobrimientos portugueses. Esperam-se milhões de visitantes nacionais e estrangeiros nos cinco meses de duração deste grande evento que, sem embargo das atribulações que presidiram à sua preparação e das críticas correspondentes, veio realizar uma profunda requalificação em toda a Zona Oriental de Lisboa. Deseja-se e espera-se um grande êxito à EXPO'98 e que, sobretudo, nela não sejam repetidos mesmos erros da sua anterior congénere em Sevilha, pensada e construída sem se acautelar a sua integração na cidade e na região, acabando por se transformar numa espécie de cidade fantasma, após o encerramento da Exposição.



“Esta semana, PS e PSD descobriram o Alentejo. Foi um fartote de desvelo e de manifestação de preocupações”

(Carlos Carvalhas, A Capital, 18.5.98)

“É caso para perguntar por que é que o PSD quando foi Governo em vez de atenuar as diferenças regionais as agravou substancialmente, por que é que não fixou actividades para o interior, por que é que nunca cumpriu a Lei das Finanças Locais?”

(idem ibidem)

“[O Primeiro-Ministro] visitou pela quinquagésima quinta vez o Alqueva, distribuiu meia dúzia de sorrisos, fez uma sessão de diálogo, prometeu alguns milhões e aviou mais um plano de emprego lá para Outubro”

(idem ibidem)

“Não tem havido falta de promessas por parte do PSD e do PS, mas a verdade é que o Alentejo recebe menos dinheiro do Orçamento de Estado e dos programas comunitários do que o resto do País”

(idem ibidem)

“O Primeiro-Ministro [António Guterres] estava irritado pela forma como o Conselho [da Europa] decorreu. Os destinatários dessa irritação só a imprensa os pode definir”

(Francisco Seixas da Costa, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, idem)

“Esta semana, o ex-ministro e ainda deputado Alberto Costa foi nomeado administrador da Petrogal, em representação do Estado. Pelos seus conhecimentos vastos e desconhecidos na área dos petróleos ou do gás propano? Não se sabe. Sabe-se, sim, que montou, em simultâneo, um escritório de advocacia com dois outros governantes demitidos: José Lamego e António Vitorino. E que o ex-ministro da Defesa e da Presidência acumula a administração da Portugal Telecom Internacional com José Lamego”

(J.A.L., Expresso, 16.5.98)

“Vitorino é, ainda, consultor jurídico da EDP e da Lisnave/Grupo Mello (com o qual o Governo celebrou um acordo há pouco tempo), presidente do centro Eurodefense ligado ao IDN e presidente da assembleia geral do Banco Santander, além de leccionar na Universidade Clássica e na Universidade Internacional (...) É uma mistura explosiva esta de cargos públicos, “jobs” privados ou semipúblicos e ex-governantes em fim ou meio de carreira”

(idem ibidem)

“A vulnerabilidade do euro, quando acontecer, decorrerá mais do desemprego absurdo acentuado pelos excessivos critérios de Maastricht e da falta de união política sem a qual não há união monetária”

(Victor Cunha Rego, Diário de Notícias, 19.5.98)

“O PP fez um “aggiornamento” (...) recuperou todos os passados do CDS (...) deixou de ser uma seita, uma espécie de “testemunhas de Manuel”

(Narana Coissoró, O Diabo, 19.5.98)



## Críticas ao Governo na homenagem a Catarina

# Os devedores de promessas

**T**odos os anos, em Maio, a terra baleizoeira se torna pequena para albergar todos quantos, em memória de Catarina Eufémia e lembrando o seu assassinato pelo fascismo, renovam as suas esperanças e reforçam as suas razões e a sua luta por um Alentejo melhor. Excursões foram aí chegando ao princípio da tarde do passado domingo, antecipando-se ao Secretário-geral do PCP que se dirigiu primeiro ao cemitério, em tradicional gesto de homenagem à comunista que morreu há quarenta e quatro anos lutando pelo pão e pela liberdade.

Uma homenagem que prosseguiu no comício, prestada, como Carlos Carvalhas afirmou na intervenção de que reproduzimos os principais excertos, «não por rotina ou ritual». Nela se prestou homenagem também «aos trabalhadores agrícolas e muito especialmente às trabalhadoras agrícolas alentejanas e às mulheres alentejanas, pela sua intervenção, pela sua coragem, pela sua luta pelo pão, pelo emprego e pelo desenvolvimento económico e social desta bela região».

A preocupação pelo futuro da região estava decerto na mente de todos quantos ali participaram no comício, repleto de bandeiras vermelhas e de vontade de contribuir para uma mudança na política que há décadas vem fazendo do Alentejo uma região deprimida, onde medra o desemprego e a desertificação. Nos comentários que fomos ouvindo antes, pelos cafés, nas parcas sombras onde se abrigavam centenas de pessoas aguardando Carvalhas, o assunto era a visita de Guterres e do Governo, a demagogia das suas promessas e a indignação que estas suscitavam.

*Não me obriguem a vir para a rua gritar*, era a voz de Zeca Afonso, na aparelhagem sonora montada sobre o tradicional palanque junto ao Centro de Trabalho do PCP, no largo onde pontifica o busto de Catarina, como a sublinhar um estado de espírito. E, entre a muita gente presente, uma promessa para o futuro - os jovens da JCP, a maior parte dali mesmo de Baleizão, que tinham a seu cargo uma banca onde se

vendiam *t-shirts* com os retratos de Marx e de Lênine e se misturavam na multidão que crescia.

Carvalhas chegou acompanhado de José Soeiro, membro da Comissão Política responsável pela Direcção da Organização Regional, por António Vitória, do CC e responsável pela Organização Distrital de Beja, por vários outros dirigentes do Partido e autarcas. Destes recolhemos alguns curtos depoimentos comentando a iniciativa governamental que, em opinião unânime, classificaram de manobra de propaganda.

O momento do comício foi antecedido por um espectáculo em que pudemos ouvir a voz de Luísa Basto e as vozes de um grupo coral de trabalhadores municipais de Beja, após o que subiram aos seus lugares dirigentes do Partido e foi dada a palavra ao camarada Adolfo Bexiga, da Comissão de Freguesia de Baleizão. O primeiro orador daria o tom da crítica à «distribuição de promessas» governamentais e, como manifestação de confiança no reforço do Partido e no futuro, deixou o anúncio do início, para breve, das obras do novo Centro de Trabalho do PCP. Sérgio Delgado, da JCP, com a juventude a sublinhar-lhe as palavras com aplausos, referiu-se à identidade dos ideais que animaram Catarina e animam hoje os jovens comunistas. Finalmente, antes do discurso de Carlos Carvalhas, interveio o camarada Manuel Camacho, da DORB e do Comité Central, que falou sobre a situação social e política na região.



Carlos Carvalhas:

## O Alentejo tem futuro com outra política

Prestamos hoje, não por rotina ou ritual, homenagem a Catarina Eufémia. Com ela estamos também a prestar homenagem aos trabalhadores agrícolas e muito especialmente às **trabalhadoras agrícolas alentejanas e às mulheres alentejanas, pela sua intervenção, pela sua coragem, pela sua luta pelo pão, pelo emprego e pelo desenvolvimento económico e social desta bela região.**

O Alentejo não está condenado às injustiças sociais, às promessas sem realização e ao não aproveitamento dos seus recursos.

O Alentejo não está condenado a alimentar com os seus filhos a força de trabalho na Área Metropolitana de Lisboa, os campos da Suíça, as terras da Europa.

Com outra política, com outra orientação, o Alentejo tal como em geral o interior do nosso país, poderia estar noutra situação.

Mas alguns só se lembram do Alentejo quando se começam a aproximar os actos eleitorais, quer eles sejam referendos, europeias ou legislativas.



Esta semana, PS e PSD descobriram o Alentejo!

Foi um fartote de desvelo e de manifestação de preocupações. Marcelo Rebelo de Sousa, sabendo da deslocação do Governo, foi direito a Beja, com guia de marcha apresentar meia dúzia de medidas tiradas do baú de um qualquer manual de localização de indústrias (meia dúzia de benefícios fiscais, um Fundo e já está...).

O país ficou com respostas certas para combater a desertificação e o envelhecimento do seu interior! É caso para perguntar por que é que o PSD, quando foi governo, em vez de atenuar as diferenças regionais as agravou substancial-



# O Alentejo tem futuro com outra política

mente, por que é que não fixou actividades para o interior, por que é que nunca cumpriu a Lei de Finanças Locais.

Por sua vez, o primeiro-ministro depois de ter metido na gaveta o Plano de Emergência e o Plano Integrado de desenvolvimento, visitou pela "quinquagésima quinta vez" o Alqueva, distribuiu meia dúzia de sorrisos, fez uma sessão de diálogo, prometeu alguns milhões e aviu mais um plano de emprego lá para Outubro.

Mas o que não deixa de ser curioso e sintomático é que tanto o Secretário-geral do PS, como o Presidente do PSD, ambos católicos declarados e militantes anti-IVG, não tenham visto os hectares e hectares subaproveitados ou abandonados, ou não se tenham dado conta dos milhares de trabalhadores que querem trabalhar a terra e que não a têm, porque os sem-terra não existem só no Brasil. Ou que ainda não tenham ouvido ainda a voz da Igreja que também no Alentejo tem defendido uma Reforma Agrária para a região - o que independentemente do processo, passa sempre pela entrega de terra a quem quer trabalhar!

Marcelo e Guterres deviam saber que a Reforma Agrária não é pecado nem está proscribida nos dez mandamentos. E o problema das estruturas fundiárias, da água e da agro-indústria são questões essenciais para a agricultura alentejana e para o seu desenvolvimento.

Não deixa de ser também curioso e sintomático que estes dois dirigentes se tenham esquecido das negativas consequências da PAC, que ambos apadrinharam no seu apoio à construção europeia neoliberal. PAC que tem arruinado a agricultura do Alentejo e que tem estrangulado financeiramente muitos agricultores.

Para os Alentejanos são sempre bemvindas as preocupações governamentais quando sinceras e as medidas quando são efectivas, concretas e calendarizadas, visando juntar-se aos esforços das autarquias e dos agentes económicos, com o objectivo do desenvolvimento e da criação de emprego.

Mas olhando para o concreto o que mais sobra destas visitas é a propaganda, é a operação mediática.

Como diz o aforismo popular, com o rotativismo entre o PSD e o PS "temos tudo como dantes e o quartel-general em Abrantes".

Com os governos do PSD foi o que foi. Com este governo PS, o interior do país incluindo o Alentejo continuou a perder população.

Os programas e as verbas do II Quadro Comunitário de Apoio não foram reforçados nem reprogramados.

Sobram as promessas faltam as realizações.

Não tem havido falta de promessas mas o que a realidade nos mostra é a continuação do desemprego estrutural com a mais elevada taxa de desemprego do país, é o envelhecimento e a diminuição da



população, é a falta de médicos de família e as bichas para uma simples consulta, são as limitações horárias dos Centros de Saúde, são as Piritas Alentejanas sem laborar, são os baixos salários e reformas.

Não tem havido falta de promessas pela parte do PSD e do PS, mas a verdade é que o Alentejo recebe menos dinheiro do Orçamento do Estado e dos programas comunitários que o resto do País. E os oito milhões agora anunciados pelo primeiro-ministro foram arrancados pelas reivindicações, protestos e denúncias claras que temos feito, da mesma maneira que à sua escala, em Santiago de Cacém arrancou uma maternidade no mesmo dia em que estava marcada uma manifestação da população. Vale a pena lutar!

E, no entanto, graças ao esforço das populações e em geral dos eleitos autárquicos o Alentejo pode orgulhar-se de ir à frente nos principais indicadores que dizem respeito às atribuições e competências do poder autárquico.

Mas, naturalmente que o desenvolvimento, a política orçamental, fiscal, monetária e financeira, agrícola e industrial é determinada pela Administração Central.

O Primeiro-ministro sabe, de viva voz, como ainda se verificou nesta última reunião que "o objectivo mais importante a definir e a implementar de imediato é a dinamização, expansão e a diversificação da base económica da região, com relevo para a criação de emprego; que sejam identificadas e implementadas estratégias sectoriais cla-

ras, na agricultura, com a criação de condições de acesso à terra, conforme o recomendado no Estudo da Base Económica para o Alentejo, encomendado pelo Governo; que se programe e orçamente as cerca de quinze barragens e perímetros de rega autónomos do Alqueva; que se apoie a criação de indústrias regionais que transformem e incorporem valor acrescentado às matérias-primas aqui

existentes; que se vença a estagnação do sector da olivicultura e se apoie o seu desenvolvimento; que se reavalie todo o sector das piritas e as metalurgias do cobre e estanho e se incremente com a transformação na região do sector das rochas ornamentais; que se elabore e se dê vida a um Plano integrado de desenvolvimento do Turismo do Alentejo e se apoie as actividades comerciais e industriais já existentes.

O Alentejo tem recursos e meios para fixar os seus e lhes dar um nível de vida digno. (...)

Em Dezembro o Alentejo foi vítima de terríveis temporais. O país

mobilizou-se. A solidariedade popular teve uma expressão de grande significado. Mas passados estes meses pode-se dizer que as respostas dadas e o que está feito deve-se ao essencial ao esforço das autarquias locais. É altura de dizer basta de burocracia, basta de blá-blá, basta de visitas ministeriais com pompa e circunstância. Há que levantar o que foi derrubado pelas enchurradas, há que realojar as famílias que ainda estão sem habitação e não esperar por novo Inverno. As populações estão fartas da luta de galos e de disputas pela ribalta entre o secretário de Estado da Administração Interna e o presidente de Ourique. (...)

Outra grave questão diz respeito às reformas de miséria.

É sabido que uma das principais causas de pobreza reside nas muito baixas reformas. Pensamos que é necessário elevá-las. Pela nossa parte vamos apresentar na Assembleia da República um projecto de lei para que se verifique um aumento extraordinário de 3000\$00 para as pensões mais degradadas.

Quando se deitam foguetes por termos entrado no clube do Euro não nos podemos esquecer que ocupamos o último lugar na tabela da União Europeia em relação aos salários e ao salário mínimo, em relação às reformas e às despesas do Estado com a Segurança Social. nem podemos apagar que temos o maior nível de pobreza da União Europeia e que simultaneamente ocupamos os lugares cimeiros em relação à concentração da riqueza. E tudo isto com um governo do Partido Socialista! (...)



António Vitória



Manuel Neto



João Oliveira

## Medidas anunciadas vêm tarde e são insuficientes

Num «primeiro balanço político» da «Semana do Governo no Alentejo», a Direcção da Organização de Beja do PCP já havia considerado, em nota divulgada na passada sexta-feira, que «se tratou, no essencial, de mais uma grande operação de relações públicas destinada a compensar com propaganda a falta de investimento e a inexistência de medidas concretas para o desenvolvimento da região, há muito exigidas pelo PCP e por forças económicas e sociais». Aproveitando a presença de dirigentes do Partido e de eleitos comunistas em Baleizão, o «Avante!» solicitou alguns breves comentários.

**António Vitória:**

«Esta visita não vai servir para a resolução dos problemas do Alentejo», afirmou António Vitória, membro do Comité Central e responsável pela DORBeja. «Os problemas do Alentejo são bem conhecidos do Governo, mas este não mostra vontade de os resolver.» Este dirigente comunista referiu-se, classificando-a de manobra de propaganda, à

inauguração da barragem do Enchoé, «desde há muito reivindicado pelos comunistas», mas que «só daqui a um ano é que vai poder vir a beneficiar as populações. Os 100 hectares anunciados para o regadio são manifestamente insuficientes - a barragem tinha capacidade para cerca de 2000. Falando ainda dos 7,8 milhões de contos anunciados para investimento, com-

parou-os com com as propostas avançadas pelas autarquias, que somam 25 milhões apenas para projectos autárquicos. «As propostas do Governo para o Alentejo não só são insuficientes como vêm com atraso. Em 1996, este Governo também realizou no Alentejo uma iniciativa a que chamou de "diálogo". Passados dois anos, a situação é a mesma de hoje e mais agravada - continua o

desemprego e a desertificação, o envelhecimento da população, agravam-se os problemas no campo da saúde, o ensino superior e politécnico continua sem instalações...»

E acrescentou: «O Governo nada disse sobre a posse e uso da terra, uma questão importante para o desenvolvimento da região; nada disse sobre o investimento do Alqueva para a transformação das culturas de sequeiro em regadio - se será para encher os bolsos de meia dúzia de proprietários ou se, como o PCP propõe, será para entregar a terra a quem a quer trabalhar, agricultores e trabalhadores agrícolas. Finalmente, o Governo nada disse sobre as Piritas Alentejanas, mantendo-as encerradas.»

**Manuel Neto:**

Para o Presidente da Câmara de Mértola, Manuel Neto, a visita do Governo ao Alentejo também se resumiu a mera manobra de propaganda. E aponta o exemplo flagrante da ministra do Ambiente, que veio para inaugurar a Barragem do Enchoé. «Só daqui a largos meses é que as populações de Mértola e Serpa poderão vir a beneficiar desta barragem», disse. Quanto aos milhões anunciados: «Trata-se de um reforço insignificante que não contempla as reivindicações das autarquias e, ao mesmo tempo, é o reconhecimento do falhanço dos anteriores programas. Todas as promessas e propaganda de há dois anos falharam. E mesmo quanto a estes programas nada foi discutido com as autarquias

e as outras entidades interessadas no desenvolvimento da região.

**João Oliveira:**

«O que posso dizer é que vieram a Serpa inaugurar uma barragem que ainda não está pronta», comentou João Oliveira, vereador em Serpa. «Pensamos que estão a juntar o dinheiro de vários fundos e programas no sentido de o atribuir ao plano de desenvolvimento do Alentejo, criado pelo Governo sem ter em conta as propostas das autarquias. Estas não vão beneficiar em nada com estes anunciados 8 milhões de contos, nem vão ver as suas propostas contempladas, que requeriam 25 milhões de contos para o desenvolvimento. Esta promessa do Governo é apenas para fazer andar projectos seus.»



## LISBOA OCIDENTAL Por novo impulso

Com a participação de militantes das suas onze freguesias, realizou-se, no passado sábado, na Junta de Freguesia de Alcântara, a 4ª Assembleia da Zona Ocidental de Lisboa, que apontou as medidas necessárias para levar por diante um novo impulso na organização, intervenção e influência do Partido. Com esse objectivo, a Assembleia calendarizou a realização de assembleias de organizações de base desformalizadas em 20 bairros das freguesias de Ajuda, Alcântara, Campolide, Prazeres, Santo Condestável e S. Francisco Xavier, e discutiu as prioridades de trabalho na zona e o caderno reivindicativo em matéria de construção de equipamentos desportivos, culturais, sociais, de saúde e segurança pública. Caberá à nova direcção eleita - composta por 31 elementos, 29 por cento dos quais mulheres e 13 por cento com menos de 30 anos - concretizar as medidas aprovadas e as tarefas discutidas, nomeadamente a intervenção do PCP na campanha do referendo de 28 de Junho.

## ALGARVE Assembleia Regional

O Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas vai estar presente na 4ª Assembleia da Organização Regional do Algarve que se realiza na próxima domingo, em Faro, devendo intervir na sessão pública de encerramento. No decurso dos trabalhos, os comunistas algarvios irão discutir três documentos: o Relatório da direcção cessante, o projecto de Resolução Política com as propostas do PCP para a Região e o projecto de Resolução sobre a organização e intervenção do PCP. A 4ª Assembleia do Algarve, que culmina a discussão que tem vindo a realizar-se nas organizações concelhias sobre estes documentos - de que já resultaram dezenas de propostas de alteração -, elegerá também uma nova Direcção Regional.

## BRAGANÇA Deputados interrogam PE

No passado dia 14, os eurodeputados comunistas Joaquim Miranda e Honório Novo solicitaram à Comissão do Parlamento Europeu, com carácter de urgência, «informação sobre a atitude que este órgão pretende adoptar acerca da construção do depósito de detritos nucleares em Aldeadávila, Espanha», diz, em nota à comunicação social, a Direcção da Organização Regional de Bragança. Trata-se de uma solução contra a qual os comunistas têm vindo a manifestar-se, razão por que apoiaram a manifestação realizada no passado domingo, em Lagoaça, onde se integrou Honório Novo e uma delegação daquela Organização Regional.

## ALENTEJO Vale a pena lutar!

O Secretariado do Organismo de Direcção do Litoral Alentejano do PCP, em tomada de posição pública, congratula-se com a resposta dada pelas populações dos concelhos de Alcácer, Grândola, Odemira, Santiago e Sines ao apelo feito pelo Movimento Pela Maternidade a favor de uma Maternidade no novo Hospital Distrital do Litoral Alentejano, a construir em Santiago do Cacém. Mais de 2500 pessoas, formando um verdadeiro «cordão humano», manifestaram assim, na passada sexta-feira, à ministra da Saúde a vontade de que «os seus filhos nasçam no Litoral Alentejano». Uma luta que obrigou quer a ministra quer o Primeiro-Ministro a assumirem publicamente a concretização da Maternidade em Santiago.

## VALONGO Prepotência de volta

O «quero, posso e mando» voltou a Valongo pela mão de Fernando Melo e do PSD, afirma em comunicado a Comissão Concelhia de Valongo do PCP, acusando a Câmara Municipal de não ter tomado qualquer iniciativa de comemoração do 25 de Abril e de ter associado a JSD à organização do debate sobre «Timor-Leste: Vivências de um Povo». Se este debate foi promovido pela Associação de Estudantes da Escola Secundária de Ermesinde - cujos elementos ostentavam o cartão de «organização» -, juntamente com esta Escola, a Câmara e o IPI, o caso assume alguma gravidade, uma vez que a lei não permite que as iniciativas das Associações de Estudantes sejam apoiadas por forças políticas. Isto, independentemente da importância do debate, reconhecida pela concelhia de Valongo. Grave é também para os comunistas que o IPI - que deveria fiscalizar estas situações -, tivesse estado envolvido e que os alunos tivessem sido dispensados das aulas para assistir a um debate que, apesar da importância, foi apoiado por uma juventude partidária.



## Com os trabalhadores Campanha prossegue em todo o País

Lançada na passada semana, a campanha do PCP sobre os direitos dos trabalhadores prossegue em todo o País com diversas iniciativas junto a empresas e nos pontos centrais das várias cidades do país.

Nos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Santarém, Setúbal e Lisboa, entre outros, a par da distribuição de um folheto, militantes e dirigentes partidários promoveram a venda do Jornal «Avante!» nas ruas, aproveitando para contactar a população.

A campanha, que decorre até meados de Junho, é promovida «no quadro da importância estratégica da organização, acção e intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores, das orientações do XV Congresso, da Conferência Nacional e da medidas apontadas na reunião do CC de Fevereiro».

Na fotos, uma das muitas acções realizadas em Lisboa.



## Célula da CM de Loures

### Assembleia procura novas respostas

Realizada no passado sábado no refeitório municipal, a 8ª Assembleia da Célula do PCP no Município de Loures, sob o lema «Novo impulso, novas respostas», debateu a situação política, fez o balanço da sua actividade, aprovou orientações de trabalho e elegeu o organismo de direcção.

Durante os trabalhos, onde participaram 90 militantes, entre trabalhadores e eleitos da CDU na autarquia, interveio António Andrez, membro da Comissão Política do PCP, que afirmou que o reforço da intervenção política passa pelo reforço orgânico do Partido. Falando das alterações ao nível da economia e da sociedade, Andrez sublinhou a necessidade de a organização partidária encontrar novas formas para se adaptar às novas realidades. Já antes, Paulo Loya, membro do Comité Central, se referiu ao reforço da organização, defendendo que uma maior ligação aos membros do Partido passa pela revitalização dos núcleos de militantes.

Na Assembleia, Demétrio Alves, presidente da CM de Loures e membro da DORL, usou igualmente da palavra para falar do trabalho autárquico desenvolvido pelos comunistas no concelho, que apresenta índices de qualidade de vida cimeiros a nível do País. Contudo, salientou que este bom desempenho coloca acres-

cidas responsabilidades aos eleitos que devem encontrar respostas inovadoras para responder às necessidades crescentes da população.

O documento aprovado dá prioridade à ligação aos trabalhadores e define medidas de fortalecimento e renovação da capacidade de direcção, que passam pela atribuição de responsabilidades aos membros do

organismo e pelo ajustamento do funcionamento à regular ligação aos núcleos, estes considerados um instrumento essencial à vida democrática da Célula.

A Assembleia realçou ainda a importância da participação dos militantes nas estruturas unitárias, como o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, as comissões sindi-

cais e Centro Cultural e Desportivo.

Entre as tarefas centrais, a Célula destacou o referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, as consequências da adesão à moeda única, a par de outras iniciativas do Partido que exigem o empenhamento dos comunistas, nomeadamente os debates para uma política de esquerda - Portugal 2000 e a Festa do «Avante!».

## Coimbra Balanço fraco e pobre

Decorridos quatro meses desde a tomada de posse da Assembleia e da Câmara Municipais de Coimbra, o balanço é «muito fraco em termos de novos projectos e soluções para a cidade e muito pobre quanto à vida democrática do município», afirma a Comissão Concelhia do PCP, que explica porquê:

«Baseada num Plano de Actividade de conclusão de obras e acções em curso, onde os grandes projectos já não figuravam, a actividade da Câmara está a frustrar mesmo as mais modestas expectativas: a anunciada expansão da rede de ensino pré-primário ainda não deu sinal de vida, a obra do Choupalinho (primeira fase do Parque Verde) não passou da maquete, o Centro Cultural aguarda os favores do ministro, o Teatro Municipal

está na gaveta, tudo o resto se arrasta num triste rotina de gestão semanal».

Os problemas da população não têm resposta e «o sinal positivo destes quatro meses tem sido introduzido pelo vereador e eleitos da CDU na Assembleia Municipal, através do agendamento de problemas concretos dos moradores, da intervenção constante na defesa de soluções para os mesmos».

Por outro lado, prossegue a nota da Concelhia, «o défice democrático que se vive na Câmara de Coimbra está a prejudicar claramente o concelho e as populações. A concentração total de poderes no Presidente e nos vereadores do mesmo partido, a enorme dificuldade em admitir a debater propostas que não partam deles próprios, a escandalosa falta de condições

de trabalho para os vereadores da CDU e do PSD, tudo isto são sinais de autoritarismo e intolerância que se agravaram desde o mandato anterior.

«A Assembleia Municipal, de quem se aguardava a prometida revalorização, tem estado remediada para questões secundárias, muito aquém do papel que lhe competia, e mesmo os debates públicos prometidos para o passado mês de Março sobre o Plano de Pormenor do Vale das Flores e a Remodelação do Mercado D. Pedro V ficaram por fazer, sem que fosse dada qualquer explicação».

O PCP decidiu reforçar a sua acção junto das populações e apela aos cidadãos para que exijam o funcionamento democrático do município e a pronta resolução dos problemas do concelho.



## LISBOA PCP entrega declaração à CNE

O PCP fez entrega à Comissão Nacional de Eleições da declaração referida no artº 40º da Lei Orgânica do Referendo, em que manifesta a intenção de «participar directamente no esclarecimento da questão que será submetida ao referendo convocado para 28 de Junho». Segundo o seu Gabinete de Imprensa, apesar da lei ter dispensado os partidos da obrigação de explicitarem o sentido da sua intervenção, o PCP na declaração, faz constar o propósito de «defender a opção pelo SIM à despenalização da interrupção voluntária da gravidez, nos termos da pergunta colocada aos eleitores».

## AVEIRO Ilegalidades em S. Jacinto

A RIATRÓNICA, empresa constituída pela Philips e pelo Presidente da Junta de Freguesia de S. Jacinto, através de um processo «repleto de irregularidades», acabou por nunca ser legalizada, colocando os seus trabalhadores numa situação de completa insegurança e precariedade. Agora encerrou, dando lugar ao aparecimento da «Jacintrónica», empresa que, inserindo-se «na mesma linha de ilegalidades», tem como objectivo único a liquidação de 31 postos de trabalho. Entretanto, na freguesia de S. Joana, os Serviços Municipalizados têm vindo a cobrar aos moradores avultadas quantias pela ligação da rede pública de saneamento às habitações, pagamento que, «para além de injusto, não é legal».

A Comissão Concelhia de Aveiro do PCP afirma que se tratam de duas situações diferentes mas «ambas decorrentes de decisões e opções» de órgãos autárquicos do concelho «contrárias ao desenvolvimento local e ao respeito da lei e dos direitos dos cidadãos.»

Assim, exigindo dos eleitos do PS em Aveiro, o cumprimento da lei, o PCP reclama o apuramento de responsabilidades e a defesa dos postos de trabalho, no primeiro caso, e a imediata suspensão das cobranças ilegais com devolução dos pagamentos já efectuados, no segundo.

## SILVES 2.ª Assembleia elege concelhia

Com a presença de mais de 100 delegados, realizou-se, no passado dia 10, a 2ª Assembleia de Organização Concelhia de Silves do PCP.

A Assembleia que, durante o dia decorreu na sala de conferências da Fissul, em Silves, teve como objectivo analisar a situação económica, social e política e fazer o balanço da actividade do Partido no concelho. Depois de aprovar os documentos em discussão, a Assembleia elegeu a nova comissão concelhia de Silves do PCP.

## ÉVORA Célula da CME prepara Assembleia concelhia

Para preparação da 4ª Assembleia de Organização Concelhia, que se realiza no próximo sábado, a célula do PCP da Câmara Municipal de Évora levou a efeito a sua 3ª Assembleia e elegeu um novo Secretariado. No quadro do reforço da organização, intervenção e afirmação do Partido, a Assembleia apontou algumas direcções de trabalho, entre as quais se destaca a necessidade de uma ligação mais estreita entre os eleitos da CDU e os trabalhadores, de maior atenção ao recrutamento, à divulgação do «Avante!» e do «Militante», às questões relacionadas com as condições de trabalho e de vida da população. Por sua vez, a 4ª Assembleia Concelhia de Évora aprofundará a situação económica, social e cultural do concelho e elegerá uma nova Comissão Concelhia.

# Madeira Desemprego tende a aumentar

A Direcção Regional do PCP/Madeira, recentemente reunida, analisou a situação político-social da Região e a actividade partidária, dando particular enfoque aos movimentos sociais e aos novos desafios que se colocam ao Partido.

Em sua opinião, a iniciativa política do PCP e a do Grupo Parlamentar da CDU têm sido «notáveis», seja liderando a luta pelas grandes causas dos madeirenses - caso do acesso gratuito aos canais nacionais, da luta pela casa, contra o analfabetismo e pela moralização da actividade política -, seja através dos «Parlamentos Abertos» ou do projecto em curso «Nova Política, Novo Desenvolvimento».

O conhecimento sobre a realidade regional que estas iniciativas permite, leva entretanto os comunistas a pre-

verem o agravamento da situação social, designadamente com o aumento do desemprego, principalmente nos sectores dos bordados, da Construção e até da indústria hoteleira e entre os trabalhadores e quadros qualificados e os jovens à procura do primeiro emprego.

Na área da Saúde, aumenta o descontentamento dos utentes, os agricultores temem pelo futuro da agricultura, os madeirenses continuam a sentir as dificuldades resultantes da falta de habitação. E o recente anúncio feito pelo Pre-



O PCP/Madeira prevê o agravamento das condições de vida dos madeirenses

sidente do Governo Regional de que iriam ser reduzidas as despesas públicas torna ainda mais «negra» esta previsão.

A Direcção Regional do PCP considerou ainda que «a luta dos trabalhadores, das populações, dos agricultores, dos jovens e de outras camadas e classes sociais, não está à altura da gravidade da situação social e da ofensiva que os grandes capitalistas, apoiados e protegidos pelos governos do PS e do PSD, estão a fazer contra os direitos dos trabalhadores». Para o PCP/Madeira é preciso desalojar o Governo PSD do poder regional, de forma a pôr fim às crescentes injustiças sociais e alterar a situação política mas, para isso, é necessário também que os madeirenses intensifiquem

a sua luta contra a política de direita que está a ser seguida na Região.

O PCP é «o único partido» com capacidade e vontade política de protagonizar esse desafio. Para isso, decidiu repensar e renovar as formas de trabalho e a ligação com os trabalhadores assalariados nas empresas; avançar com as várias iniciativas da campanha «Valorizar o Trabalho e os Trabalhadores»; renovar as formas e os estilos de intervenção junto de outras camadas sociais, em particular dos agricultores e dos jovens; recomendar às organizações do Partido que procedam à eleição e renovação dos respectivos organismos dirigentes, lançar uma campanha de adesões ao PCP/Madeira.

## Açores Melo e Abreu lesa trabalhadores

O processo de reestruturação da cervejeira Melo e Abreu, da Ilha açoriana de S. Miguel, está a ter consequências nefastas para os trabalhadores e poderá mesmo reflectir-se na qualidade da cerveja produzida, considerada «a melhor escolha» pela revista ProTeste, da Associação de Defesa do Consumidor.

Segundo um comunicado da Organização dos Trabalhadores Comunistas de S. Miguel, a empresa «usa e abusa da perversa lei da flexibilidade e polivalência»; está a negociar pré-reformas com vários trabalhadores, sendo que três deles já aceitaram; rescindiu cerca de duas dezenas de contratos em especial nos escritórios e na assistência; e acabou com os turnos fixos, tendo passado o trabalho nocturno a eventual, com recurso a trabalhadores sem qualquer tipo de horário, «sem vínculo à empresa».

Em alguns sectores trabalha-se ilegalmente oito horas seguidas sem intervalo para almoço,

nem qualquer compensação e nos escritórios a administração substituiu os antigos gabinetes por uma sala comum onde os trabalhadores estão sob «vigilância directa e permanente».

Dos cerca de oitenta trabalhadores, restam pouco mais de cinquenta a fazer o mesmo serviço, sendo obrigados a «tapar buracos onde quer que apareça sob a ameaça do desemprego. Chegaram a colocar pedreiros a ver garrafas no enchimento, serralheiros a escolher vasilhame ou a fazer de técnicos de montagem», denuncia o PCP, que já alertou as entidades responsáveis para os aspectos menos regulares desta reestruturação.

Os comunistas sublinham ainda que «na ânsia de obter mais lucros a qualquer preço, a empresa está a contribuir para o aumento do número de desempregados na Região, a criar instabilidade interna e a pôr em causa a própria qualidade e fiabilidade da produção».

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Albino José Pereira

Faleceu, no passado dia 14 de Maio, com 83 anos de idade, o camarada Albino José Pereira. Estava organizado na freguesia de Alcântara.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

#### Rectificação

Por erro involuntário, na última edição trocámos o nome ao camarada Henrique Ribeiro, falecido no passado dia 11 de Maio. Pelo lapso, apresentamos à família enlutada e aos leitores do «Avante!» as nossas desculpas.

## Loures Saúde é um direito

Entre 15 e 27 de Maio, a Comissão Concelhia de Loures do PCP promove uma campanha no concelho com o objectivo de fazer um diagnóstico mais actualizado sobre os problemas e careências na área dos equipamentos de saúde.

A estrutura comunista lembra que o anúncio feito em 1997 pelo Governo de construir o Hospital em Loures foi um resultado de inúmeras acções e protesto, abaixo-assinados e tomadas de posição que alertaram para as graves deficiências existentes.

Sublinhando que o concelho de Loures tem cerca de 350 mil habitantes e que continua a progredir na sua expansão demográfica, o PCP exige que a Administração Central compra os compromissos assumidos para a instalação de novas unidades de saúde e concretize os prazos para o início do novo hospital.

São necessários novos equipamentos em Odivelas, Pontinha, Póvoa de Stº Adrião, Apelação, Stº António dos Cavaleiros, Camarate, Ramada e S. João da Talha, sendo particularmente grave a situação nestas duas últimas freguesias, onde não existe nenhum centro de saúde, apesar do seu elevado número de habitantes. No plano dos recursos humanos, continuam a faltar no concelho cerca de 70 médicos, além de pessoal de enfermagem.

Entre as iniciativas previstas, incluem-se uma visita prevista para ontem a freguesias da zona Ocidental; um debate no próximo sábado, dia 23 na Póvoa de Stº Adrião; e, no próximo dia 27 de Maio, uma jornada de reflexão e balanço sobre os problemas da saúde em Loures.



## Sem Terra e trabalho infantil

Os deputados do PCP e o seu grupo político, a Esquerda Unitária Europeia, viram as demais famílias políticas rejeitar duas propostas: uma sobre a crescente violência a que estão expostos os trabalhadores rurais Sem Terra do Brasil; a outra sobre a problemática do trabalho infantil, exposta desta feita pela Marcha Global Contra o Trabalho Infantil.



As crianças continuam a trabalhar...

Em todas as sessões plenárias o Parlamento Europeu escolhe um conjunto de temas actuais sobre os quais se pronuncia mediante a aprovação de propostas de resolução. O plenário já se pronunciou sobre Timor-Leste, sobre os temporais nos Açores ou sobre o processo de paz na Irlanda do Norte.

Estes temas são apresentados pelos diferentes grupos políticos e a sua escolha reflecte o peso político de cada um (leia-se, número de deputados), mas também as respectivas prioridades políticas. A rejeição de duas propostas comunistas na última sessão do PE é, no mínimo, lamentável.

A resolução sobre os Sem Terra evocava os recentes assassinatos de vários dirigentes do MST e exortava as autoridades brasileiras a "reiniciar as conversações com o Movimento e a desenvolver de forma efectiva medidas que dêem a resposta adequada às necessidades urgentes dos trabalhadores rurais sem terra, como o direito à segurança, ao acesso e posse de terra, ao apoio à agricultura familiar, ao emprego, ao salário, à habitação, à saúde, à educação e à segurança social, por forma a diminuir as injustiças sociais e garantir a vida digna e justa a

que as populações rurais têm direito".

A segunda proposta de resolução saudava a realização da Marcha Global contra o Trabalho Infantil e repudiava a exploração económica das crianças e exortava os governos "a implementarem de forma efectiva os compromissos assumidos no que se refere aos direitos da criança, a estabelecer como prioridade o combate contra o trabalho infantil, implementando de forma urgente programas de acção eficazes que tenham por objectivo a sua total erradicação". Além disso, o texto da resolução solicitava à Comissão e ao Conselho a realização uma avaliação do trabalho infantil nos Estados-membros da UE e apelava à comunidade internacional e à opinião pública "a sua mobilização contra as injustiças económico-sociais que contribuem para o trabalho infantil, desenvolvendo medidas de eliminação da pobreza e garantindo o rendimento às famílias, eliminando imediatamente todas as formas de trabalho infantil".

Não foi a primeira vez, nem de certeza a última, que semelhantes iniciativas do PCP ficam pelo caminho, obstruídas pelo peso numérico de outras famílias políticas, cujas atenções estarão viradas para outros problemas. Mas também não foram poucas as vezes em que, apesar de tudo, se conseguiu furar a indiferença e fazer discutir e aprovar temas extremamente importantes.

## Competitividade da indústria europeia

A proposta da Comissão Europeia destinada a melhorar a competitividade das empresas europeias no contexto mundial foi discutida na última sessão plenária do PE. O relator, o socialista francês Robert Caudron, salientou o bom desempenho da indústria europeia em alguns sectores onde é tradicionalmente forte (como a engenharia ou a metalomecânica), mas mostrou-se preocupado com o facto desse desempenho se manter inferior "ao dos competidores japoneses e americanos".

Um aspecto que ia ficando esquecido era a inclusão de aspectos sociais e ambientais neste proposta, o que acabou por ficar consagrado após a aprovação de uma emenda dos deputados do PCP. Após a inclusão desta emenda, o PE considera a inclusão de cláusulas sociais e ambientais mínimas ao nível do comércio mundial bilateral e multilateral como sendo "indispensável", por forma a "combater o dumping social e ambiental". Outro aspecto introduzido pelas emendas dos deputados do PCP diz respeito à necessidade de uma "melhor e maior coordenação ao nível da certificação dos produtos comercializados no mercado da UE".

Por outro lado, o plenário do PE rejeitou outra proposta que manifestava a preocupação do PE "com o aumento da concentração e fusões de empresas e a progressiva especialização industrial e sua concentração regional, fenómenos decorrentes da liberalização progressiva do mercado mundial e da implementação do mercado interno europeu".

De resto, o relatório avança com uma série de medidas e propostas e exortou a Comissão a "lançar as bases de uma verdadeira política industrial europeia", fundamentada especialmente em "medidas que promovam o investimento público e privado e a instauração de mecanismos de ajuda".

Uma panóplia de propostas e apelos a que não faltou, como não podia deixar de ser, a manifestação da certeza de que a introdução do euro trará "um ambiente favorável ao negócio". A crer na profusão, diversidade e pormenor das propostas, a indústria europeia entrará num ritmo de desenvolvimento imparável.

## Metro do Porto Quem paga os atrasos da construção?

"Caso as queixas que deram origem à suspensão do início dos trabalhos de construção do metropolitano do Porto - já lá vão quatro meses - se revelem improcedentes, a Comissão Europeia, enquanto entidade que decretou o adiamento das obras, deverá assumir a sua quota-parte de responsabilidades". Esta é a opinião do deputado comunista Honório Novo, que recentemente dirigiu uma pergunta inscrita à Comissão Europeia interrogando aquele organismo se "tendo em conta os atrasos e o custos adicionais inevitáveis que a obra vai sofrer com esta suspensão", a CE está na disposição de reparar as respectivas consequências negativas.

Por outro lado, o facto de o atraso das obras coincidir com o final do segundo Quadro Comunitário de Apoio, em vigor até 1999 e que deveria co-

financiar o empreendimento, poderá fazer com que as verbas que lhe estavam reservadas acabem por não ser absorvidas. Face a esta situação o deputado do PCP insta a CE a revelar "que medidas concretas - financeiras e administrativas -, pensa tomar para anular os efeitos negativos da suspensão solicitada", nomeadamente se a CE está disposta a introduzir alguma flexibilidade que permita efectuar a reprogramação necessária por forma a que a obra seja financiada ao abrigo do novo QCA.

Esta pergunta à Comissão surge na sequência da resposta do comissário Monti a uma primeira missiva em que a questão já era abordada, mas que a CE se esquivou de responder frontalmente, e após a revelação de que os custos suplementares gerados pelo atraso poderão ascender a 20-30 milhões de contos.

## Cuidado com as drogas sintéticas

Face à proliferação e difusão das drogas sintéticas, mas tendo também em conta as suas características específicas, a Comissão Europeia apresentou uma comunicação relativa ao tema, que acabou por se tornar num dos mais animados da sessão plenária de Maio do Parlamento Europeu.

Apesar de preconizar a adopção de medidas de carácter supra-institucional para fazer face ao fenómeno, e sugerir a

harmonização de legislações entre os países da UE, o relator recusou-se a dissociar as drogas sintéticas da problemática geral da toxicod dependência e narcotráfico, optando por isso por uma abordagem mais séria.

Como salientou o deputado do PCP, Honório Novo, "o relatório aponta para a necessidade urgente de aprofundar o estudo das questões associadas ao consumo deste tipo de produtos, designadamente nos aspectos

sociais e da saúde". O deputado do PCP salientou "a necessidade de reprimir a produção e impedir a comercialização destas drogas, aceitando a penalização dos consumidores, sem que tal possa jamais implicar qualquer criminalização".

O relatório foi palco para a já esperada confrontação entre as correntes mais "liberalizadoras", protagonizadas por deputados dos grupos Verde, Radical e holandeses do PSE. Desta feita, o

desenlace foi bastante claro, com o documento a ser aprovado por 425 votos a favor e 51 contra.

No entanto, apesar de optar por uma abordagem cautelosa desta problemática, que se impõe, nomeadamente pelo relativamente escasso conhecimento existente sobre o fenómeno, o relatório peca pela falta de uma abordagem clara e frontal da necessidade de atacar a produção destas drogas e dos interesses que lhe estão associados.

## O cobre é bom companheiro

sumida nos países da UE é definida através de uma directiva emitida pela Comissão Europeia que especifica qual deve e pode ser a sua composição, quais os elementos considerados perigosos e tóxicos, qual a quantidade admissível de cada elemento, etc. Tudo estaria bem, não fosse a proposta passar a incluir o cobre entre os produtos considerados tóxicos.

A consequência da aprovação desta alteração implicaria a substituição de todas as canalizações de cobre existentes. O que, no caso português, significava um empreendimento da ordem dos 200 milhões de contos.

Além disso, esta medida acarretaria enormes dificuldades para a indústria de extracção de cobre, com um impacto negativo na procura deste produto e, conseqüentemente, na sua cotação. Uma maior deterioração da cotação deste metal afectaria fortemente a viabilidade das minas de

Neves Corvo, as maiores da UE, e que tantos problemas têm enfrentado para a sua viabilização.

Acresce que, de acordo com vários estudos, nomeadamente da Organização Mundial de Saúde (OMS), nada justifica que, sob o ponto de vista da saúde pública, o cobre, dada a sua reduzida toxicidade, seja classificado como um "Parâmetro Químico" e não apenas um "Parâmetro Indicador".

Da mesma forma que nada assegura que o plástico, apontado como o sucedâneo natural do cobre, seja 100% seguro para ser utilizado nas canalizações. Daí que, como afirmou no debate o deputado do PCP Joaquim Miranda, "a insistência em tal classificação se transforme em estranheza quando constatamos a ausência de qualquer precaução relativamente ao plástico, apesar de serem também do domínio público os resultados dos estudos já efectuados".



## NACIONAL



Milhares de pessoas correram contra o racismo

## Corrida da Tolerância enche ruas de Lisboa

Cerca de três mil atletas de ambos os sexos participaram na Corrida da Tolerância - Correr Com o Racismo, realizada no sábado de manhã em Lisboa, entre o Cais do Sodré e o Mosteiros dos Jerónimos.

O tiro de partida foi dado pelo filho do Presidente da República, André Sampaio, que se associou a esta grande manifestação de solidariedade contra o racismo e a xenofobia. No Cais do Sodré, donde os atletas partiram, estiveram presentes autarcas, figuras conhecidas do desporto nacional, artistas e dirigentes desportivos.

O evento foi organizado pela InterJovem da CGTP-IN que contou com o apoio do Pelouro do Desporto da CM de Lisboa, cuja vereadora, Rita Magrinho, fez questão de participar na corrida.

Marcaram presença igualmente, entre outros, o comandante Vicente Moura, presidente do Instituto do Desporto, Demétrio Alves, presidente da CM de Loures, e o vereador da Juventude da CML, António Abreu.

Aos participantes juntaram-se um grupo de cicloturistas e outro de *motards* que seguiram com grande animação até ao Mosteiro dos Jerónimos, onde eram aguardados por uma multidão.

No final representantes de Timor, da Inter-jovem, da frente Anti-racismo, da Torcida Verde e dos *motards*, e a vereadora do Desporto da CML fizeram um apelo à tolerância para que o racismo e a xenofobia sejam banidos definitivamente da sociedade.

Nos primeiros meses deste ano

## JCP registou 400 novas adesões



A Direcção Nacional da JCP anunciou na passada segunda-feira que nos primeiros meses deste ano aderiram à organização mais de quatro centenas de jovens, o que «confirma as potencialidades de crescimento da JCP».

A Direcção Nacional que esteve reunida durante o fim-de-semana, divulgou ainda a realização de debates sobre política juvenil e de afirmação das propostas e dos ideais comunistas, inseridas na iniciativa central do PCP «Portugal 2000 - Debates para uma política de esquerda».

Referindo a intensa actividade desenvolvida nos últimos meses, a DN destacou o encontro, festa realizado em 4 de Abril, os encontros distritais de Braga, Évora, Lisboa e Santarém, estando já a ser preparados os de Beja e Portalegre e as iniciativas de contacto com jovens trabalhadores.

O trabalho será agora balizado pelo referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez e pela preparação e construção da Festa do «Avante!». A Direcção Nacional aprovou uma resolução confirmando o seu envolvimento na campanha pelo Sim no referendo do próximo dia 28 de Junho.

## 6º Congresso da Anafre Reclama mais verbas para as freguesias

Os novos órgãos dirigentes da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) aprovaram um conjunto de exigências que inclui uma atribuição de uma verba mínima de cinco mil contos anuais por freguesia.

Os cerca de mil delegados que estiveram reunidos em 9 e 10 de Maio, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, reclamaram igualmente um aumento de 20 por cento do Fundo de Equilíbrio Financeiro, a atribuição de novas competências e o alargamento de regime de permanência.

O Congresso que decorreu sob o lema «Um novo milénio com plena autonomia» ficou marcado pela eleição dos órgãos dirigentes que resultou

da fusão das três listas (PS, PCP, PSD) numa só liderada pelo socialista José Rosa do Egito, autarca da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais (Lisboa). Como vice-presidentes do Conselho Directivo estão Marçal Pina (PSD), presidente da direcção cessante e membro da Assembleia de Freguesia da Costa de Caparica (Almada) e António Pereira (PCP) presidente da Junta de Marvila (Lisboa).

Para Conselho Geral dos congressistas, elegeram o socialista Palmeira de Carvalho e, para a mesa do congresso, a social-democrata Maria Aurora Vieira. No Conselho Fiscal ficou José Portel, do PCP.

## TRABALHADORES

## Professores reafirmam a via da luta

No 6º Congresso Nacional da Fenprof foi aprovada a realização de uma manifestação nacional no próximo dia 29 e foram admitidas outras formas de luta, entre as quais uma greve nacional ainda antes do final do ano lectivo.

O Congresso Nacional dos Professores decorreu em Braga, de quarta a sexta-feira da semana passada, sob o lema «Uma educação e uma escola para o século XXI» e com especial acento colocado na exigência de revalorização da carreira docente. Em foco estiveram também reclamações antigas e ainda não satisfeitas pelo Governo saído das eleições de 1995, como a contagem integral do tempo de serviço dos docentes, o Estatuto da Carreira Docente e a autonomia e gestão democrática.

A moção que propõe aquelas acções de luta classifica como muito insatisfatórias e globalmente negativas as mais recentes propostas do Ministério da Educação. Logo na intervenção de abertura, Paulo Sucena (reeleito neste con-

gresso secretário-geral da Fenprof) aproveitou para sugerir ao ME «que rasgue a proposta de emendas ao ECD, na parte respeitante à estrutura da carreira e à grelha salarial, e apresente rapidamente uma verdadeira proposta de revalorização da carreira, aguardada quase há dez anos pelos educadores e professores de Portugal».

Paulo Sucena sublinhou que «não há futuro para Portugal, se não se reduzir drasticamente a clivagem existente entre a educação exigida pelo mundo contemporâneo e pelo futuro próximo e aquela que o sistema educativo português tem oferecido». Defendeu «uma concepção de escola e de educação ao serviço da vida e dos homens, e não apenas do mercado, o que implica a reivindicação

de uma nova política para uma escola nova, que recoloca o ensino público e a sua mais alta qualidade no centro das atenções e da mobilização de energias colectivas».

Neste «congresso aberto à sociedade» e não apenas «inclinado para o mundo docente e para os problemas educativos e profissionais», Paulo Sucena apelou a que os professores não se deixem «embriagar pelas luzes da Expo, nem pela música do euro». Numa Fenprof que «é um espaço de firmeza e de combate» e dirigindo-se a docentes que «não consideram como irreversível o processo de mundialização da economia, desenvolvido sob a desfraldada bandeira do capitalismo de mercado liberalizado, desregulamentado, privatizado e ferozmente competitivo», o sindicalista propôs a preparação de um conjunto de iniciativas no próximo ano lectivo para assinalar os 25 anos da revolução de Abril.



Professores reafirmam em Congresso a sua disposição de continuar a luta

## Profissionais querem dignidade na informação médica

Teve lugar em Coimbra, na sexta-feira e no sábado, a I Conferência Nacional da Informação Médica. As condições de acesso, a certificação profissional e a carta reivindicativa ocuparam um lugar de destaque durante a iniciativa, bem como a discussão e a aprovação do Código de Ética destes profissionais.

Segundo uma nota da Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, este documento «reconduz à dignificação do exercício profissional sob a égide das normas legais, regulamentares e éticas aplicáveis e o reforço e salvaguarda da dignidade pessoal».

Neste código inscreve-se o dever dos profissionais de recusarem toda e qualquer orientação proveniente das entidades empregadoras que possam violar disposições legais recomendações da Organização Mundial de Saúde ou normas éticas, bem como a sua obrigação de obedecer a ordens que tenham consequências civis ou criminais ou que se relacionem com o

aliciamento de profissionais de saúde.

Afirmando que a sua relação com os médicos é pautada de «confiança recíproca», os participantes da conferência reclamam o dever de «não colher, não fichar ou fornecer informações sobre quaisquer aspectos que constituam devassa da vida pessoal e privada dos médicos», ou de recusar dados com as mes-

mas características fornecidos por outras empresas.

A Comissão Organizadora da Conferência foi mandatada pela conferência para solicitar reuniões com a ministra da Saúde, a Apifarma e a Ordem dos Médicos.

Os participantes decidiram ainda realizar um seminário internacional e de organizar no próximo ano a II Conferência de Informação Médica.

## Administrador «arruaceiro»

O Sindicato dos Metalúrgicos dos distritos de Coimbra e Leiria, numa nota à comunicação social, revelou que na Anodipol, no passado dia 13, dois sindicalistas «depois de se apresentarem na recepção, foram confrontados com o comportamento arruaceiro do administrador, Armindo de Oliveira, que os mandou «pôr na rua», e que ou saíam ou chamava a polícia». Perante «a firmeza dos dirigentes na exigência do exercício dos direitos democráticos, o administrador, não sem antes ter arrastado fisicamente um dirigente do local onde se encontrava, acabou por consumir a ameaça».

O sindicato, afirmando que «as coisas não atingiram uma maior gravidade devido à serenidade dos dirigentes», anuncia que irá participar do administrador da firma de Pombal, pertencente ao grupo Anodil.



## TRABALHADORES

# Acções sindicais intensificam-se Trabalhadores saem às ruas na próxima semana

## Ex-Renault parada

Entraram em greve anteontem, por tempo indeterminado, os trabalhadores da Sodía, exigindo que sejam dadas garantias de emprego e indemnizações justas, após o encerramento da ex-fábrica da Renault, em Setúbal. Uma reunião inicialmente marcada para o final da semana passada, com o secretário de Estado Vítor Ramalho, acabou por ser adiada só para segunda-feira, o que levou os representantes dos trabalhadores a acusar o Governo de, mais uma vez, estar a protelar a resolução dos problemas. Das cerca de 600 ofertas de emprego necessárias para abranger todo o pessoal, o Governo apresentou pouco mais de três centenas. Quanto às indemnizações devidas pela empresa, as contas conhecidas atribuíam a vários trabalhadores apenas dois mil contos, o que levou à exigência de um valor mínimo de 4250 contos – segundo disse um membro da CT ao «Diário de Notícias» de terça-feira.

## Enfermagem

Alunos e enfermeiros vão desencadear «um grande movimento de esclarecimento e contestação», reclamando que o Governo consagre a formação de base de 4 anos, com nível de licenciatura, tal como consta na actual Lei de Bases da Educação, rejeitando assim propostas «que conduzam a uma formação bi-etápica e, conseqüentemente, a exigência de dois níveis de formação para a prestação de cuidados gerais», informam, num comunicado conjunto divulgado após uma reunião realizada anteontem, os sindicatos e associações representativas da classe, que exigem «para a mesma profissão, um único nível de formação».

Durante a próxima semana, vai ter lugar uma vigília nas escolas de Enfermagem e uma greve; dia 26 os docentes reúnem em plenário; vão ainda realizar-se debates em Faro, Évora e Porto (e, no início de Junho, em Lisboa e Coimbra).

## Coomapor na Expo

Cerca de 3 mil sócios da Cooperativa de Mão-de-Obra do Pessoal do Tráfego Portuário e seus familiares decidiram concentrar-se amanhã junto aos acessos à Expo'98. As instalações da Coomapor foram expropriadas pelo Governo para a construção da exposição mundial, mas as indemnizações devidas ainda não foram pagas e nenhum dos trabalhadores despedidos foi colocado, afirma um comunicado da direcção da cooperativa, onde revela que desde Fevereiro foi pedida a intervenção do primeiro-ministro.

Várias lutas estão em curso e vão resultar em acções com impacto público durante os próximos dias, com destaque para as concentrações de quarta-feira, em Lisboa.

Por decisão do recente encontro de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores do distrito, está convocada para dia 27, a partir das 15.30 horas, na Praça

da Figueira, uma concentração que tem por objectivos combater as anunciadas alterações da legislação laboral (designadamente sobre trabalho a tempo parcial, retribuição de trabalho e

regime de *lay-off*), repudiar a política de privatizações e redução das funções sociais do Estado. A USL/CGTP e a CIL (coordenadora das CTs de Lisboa), que promovem esta acção, incluem ainda nas exigências dos trabalhadores a redução dos horários, a defesa da Segurança Social, a melhoria dos salários e a garantia dos direitos.

Também nesse dia, a partir

das 15 horas, inicia-se no Terreiro do Paço uma manifestação nacional dos trabalhadores da Administração Local. Promovida pelo STAL e o STML, a manifestação é antecedida de uma deslocação de dirigentes sindicais à residência oficial do primeiro-ministro, na segunda-feira, para entregar a António Guterres um documento onde são apontados os motivos que levaram à convocação desta acção.

Na nota divulgada à imprensa, os sindicatos recordam que os trabalhadores, passados dois anos e meio de mandato, «continuam ainda a defrontar-se com uma política que o governante, enquanto candidato a formar governo, havia prometido mudar», e mantêm-se sem satisfação as grandes reivindicações apresentadas ao executivo do PS: cumprimento do acordo de 1996 (especialmente a revalorização das carreiras e a regulamentação final do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, com efeitos a 30 de Junho de 1996, como constava no

acordo), a colocação do índice 100 no mesmo valor que o salário mínimo nacional, salários justos, e defesa do emprego, da aposentação e dos serviços públicos.

No distrito de Aveiro, vai decorrer, durante a próxima semana, «uma forte acção de informação e debate com os trabalhadores», realizando-se quinta-feira à tarde, na capital da ria, «uma acção pública contra as alterações à legislação laboral e pela defesa e melhoria da Segurança Social». O plenário de sindicatos da USA/CGTP, reunido sexta-feira, marcou ainda uma concentração para Espinho, a realizar no dia 20 de Junho.

O Sindicato dos Têxteis da Beira Alta – refere a Agência Lusa, ao noticiar a greve do pessoal da Têxtil Lopes da Costa (de que damos nota noutra local) – está a organizar uma «grande jornada» dos trabalhadores do sector abrangendo os concelhos de Seia e Gouveia, onde a indústria têxtil tem importante peso económico.



A par das acções com impacto público, decorrem inúmeros plenários nas empresas (na foto, uma recente reunião sindical na Fábrica de Cabos Ávila)

## Greve na Petrogal foi «novo marco»

A comissão de trabalhadores da Petrogal considerou como «novo marco memorável» a greve levada a cabo na semana passada, exigindo que a administração aceite, «como responsável já reconheceram vários quadros superiores, nomeadamente dirigentes das refinarias, que agora nada

poderá ser como antes de 14 de Maio».

A CT refere alguns factos demonstrativos da grande adesão à greve: parques totalmente paralisados; mais de 90 por cento de grevistas na fábrica de combustíveis da refinaria do Porto e nas fábricas I e II da refinaria de Sines, tal como

nas fábricas de aromáticos e óleos; cem por cento de adesão nos turnos da Segurança e nos dois laboratórios da refinaria do Porto, bem como nas centrais/utilidades de Sines e do Porto (exceptuando neste o último turno, com 70 por cento) e nos turnos da movimentação de produtos de Sines e do Porto (excepto, aqui, o último turno); paralisação total nas expedições de carros-tanque da refinaria do Porto (excepto um trabalhador); suspensão total do fornecimento ao pipe-line Sines-Aveiras; anulação das cargas e descargas de navios nos terminais portuários de Leixões e Sines; «e tanto, tanto mais, até à extraordinária adesão dos tra-

balhadores da CLC, bem como dos mais diversos sectores de serviços».

A CT e as diversas organizações sindicais da empresa, reunidas segunda-feira, propuseram à nova administração uma reunião, ainda durante a corrente semana, dando disso conhecimento à Comissão Executiva da Petrogal e retomando pedidos de audiência já feitos a nível do Governo. Até dia 27, vão realizar «novas iniciativas de informação e debate, incluindo a realização de plenários», para analisar a situação e seus desenvolvimentos.

A luta na Petrogal – segundo uma nota da Fequifa/CGTP – tem por motivos a defesa do

emprego (só em 1997 foram mandados para o desemprego mais de 600 trabalhadores), uma política salarial justa (há diferenças de dezenas de contos em salários que correspondem a funções idênticas e, em 1998, foi imposto um aumento geral de 2,2 por cento, enquanto o «mérito» individual chegou a merecer aumentos de mais 4 por cento), uma justa participação nos lucros, redução e reorganização do tempo de trabalho, um plano de carreiras digno, um subsídio de penosidade e perigosidade, e mais segurança no trabalho (prejudicada pela entrega da manutenção a terceiros e pelo aumento da carga e ritmos de trabalho).

## Obtido acordo na Auto-Sueco

Os trabalhadores da Auto-Sueco chegaram recentemente a acordo sobre as suas reivindicações com o Conselho de Gerência da empresa.

Depois de quase seis meses de luta – nomeadamente através de greves e cortes de estradas –, conseguiram ver os seus salários aumentados mais do que quatro por cento, alcançar a garantia de que vão receber entre 50 a 60 por cento de um mês extraordinário (o que perfaz cerca de oito por cento do montante global da massa global) e pôr fim aos despedimentos.

«Foi a unidade, a organização e o acreditar na luta que conseguiram os resultados positivos neste processo, que à partida pareciam impossíveis de alcançar, numa das poucas empresas em que os trabalhadores têm regalias e direitos acima da média», lê-se numa nota à imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos.

«É por isso que dizemos que vale a pena lutar. É por isso que dizemos que estar sindicalizado é essencial para que a organização nas empresas seja mais forte. É por isso que dizemos que só através da unidade e da consciência de classe conseguimos atingir os nossos justos objectivos, as nossas justas reivindicações», conclui.

## Euronadel

Os trabalhadores da Euronadel cumpriram um dia de greve na semana passada, exigindo aumentos salariais justos e protestando contra a repressão, a discriminação e a violação dos direitos. Os 600 funcionários desta fábrica de agulhas de abóbada pararam completamente a produção.

## Despedimentos na Ponte 25 de Abril

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços (CESP) vem a público afirmar que a Gestiponte, a concessionária da Ponte 25 de Abril, se prepara para despedir sem justa causa a maior parte dos seus 100 empregados.

Apesar dos funcionários terem contratos de trabalho com vínculo efectivo, a empresa considera que são contratados a termo. Quando iniciaram as suas funções, estes trabalhadores foram contratadas em regime temporário, mas após a intervenção da Inspeção Geral do Trabalho (IGT), foram celebrados novos contratos pelo período de seis meses.

«Dos trabalhadores contratados em Novembro e Dezembro de 1995, vários foram já despedidos

sem justa causa, sendo substituídos por outros igualmente contratados de forma precária para postos de trabalho que são fixos», afirma o sindicato num comunicado.

O Tribunal de Trabalho já recebeu quatro processos de pessoas despedidas, com o respectivo pedido de reintegração ao serviço.

Por outro lado, o CESP afirma que são feitos descontos dos vencimentos dos cerca de 60 portageiros actualmente em serviço, sem o seu conhecimento, por alegadas falhas de caixa.

Verificam-se ainda outras ilegalidades como a não afixação das escalas de trabalho, a inexistência de registo de férias e a obrigação dos trabalhadores de trabalharem no segundo dia de descanso.



## Campanha sobre o Euro



O deputado comunista Bernardino Soares criticou o tipo de campanha lançada pelo Ministério das

Finanças a propósito do Euro, considerando-a desajustada às necessidades de esclarecimento dos cidadãos sobre os efeitos e as consequências da entrada para a moeda única. Falta ainda, no entender de Bernardino Soares, "uma explicação clara e sem juízos de valor ou outras considerações". Contrariamente ao que seria de esperar, por conseguinte, nenhum daqueles aspectos está presente na campanha em curso. Ao contrário, condenou, o que se assiste é ao uso de "um discurso propagandístico" no qual se apresentam "opções políticas como factos objectivos". Neste contexto - e foi esta questão que motivou um pedido de esclarecimento ao Governo em requerimento subscrito por Bernardino Soares - importa perceber quais os critérios utilizados na escolha da agência que elaborou a campanha, bem como saber as razões que justificam o seu teor e discurso. No texto do requerimento, o parlamentar comunista sublinha ainda a importância de uma adequada campanha de informação, tanto mais que, observa, a entrada do nosso país na moeda única fez-se "sem um verdadeiro e contraditório debate sobre as implicações e as opções políticas e económicas que lhe estão subjacentes".

## Viagens dos deputados



A Assembleia da República aprovou recentemente um projecto de deliberação sobre o

regulamento interno das viagens dos deputados. Subscrito pelo Presidente do Parlamento, o texto que estabelece as novas regras foi aprovado por todos os deputados presentes, à excepção do socialista Eduardo Pereira que votou contra. A partir de agora, os deputados terão de recorrer a uma filial de uma agência de viagens a instalar na Assembleia da República, por onde passarão as marcações de avião e de hotéis. Sempre que viajarem em transporte aéreo, os deputados passarão a ter de entregar o respectivo bilhete nos serviços financeiros da Assembleia da República, com o Boletim Itinerário. Pelo novo sistema, também se impede o desdobramento de bilhetes de avião, tendo os deputados de apresentar recibos comprovativos das despesas efectuadas.

# Preocupações do PS e PSD pelo Alentejo "Súbito amor" é propaganda

O Grupo Parlamentar do PCP considerou que o "súbito amor" do Governo e do PSD pelo Alentejo "não é mais, no fundamental, do que uma operação mediática com o objectivo de fazerem passar a mensagem de que estão preocupados com o interior". A questão foi levada a plenário pelo deputado comunista Rodeia Machado, numa intervenção proferida no período de antes da ordem do dia, no decorrer da qual demonstrou que durante os cerca de três anos de governação socialista a distribuição do investimento tem-se feito "em prejuízo do interior do País".

"Ao contrário do que o PS prometeu em plena campanha eleitoral, o Plano de Emergência de Combate ao Desemprego e os Planos Integrados de Desenvolvimento não viram, até ao momento, a luz do dia", sublinhou, depois de ter recordado como neste período não sofreu alteração o ritmo de perda da população no interior e se manteve no Alentejo a mais alta taxa de desemprego no País (18 por cento).

Para esta situação, no entender de Rodeia Machado, concorrem vários factores, entre os quais, desde logo, o não reforço nem reprogramação das medidas e verbas previstas no II Quadro Comunitário de Apoio destinadas ao Alentejo. A testemunhar esta realidade, exemplificou, estão os projectos das autarquias e de agentes regionais que obrigariam a um reforço do Programa Operacional da região do Alentejo em cerca de

20 milhões de contos, mas em relação aos quais não foi dado nem mais um tostão.

Do mesmo modo, acrescentou, o Governo diz não haver dinheiro para os aterros sanitários que as Câmaras de Évora e Beja pretendem construir, como diz não ter para incrementar os projectos de investimento propostos pelas autarquias da área dos mármorees.

Idêntica situação vivem as regiões de turismo do Alentejo que, em vésperas da Expo98, não conseguem obter dotações financeiras especiais que lhes permitam desenvolver acções promocionais ajustadas àquele evento.

## Populações esquecidas

Mas não são apenas nestes domínios que as coisas estão mal. Objecto de fortes críticas de Rodeia Machado foi igual-

mente o que se passa na área da Saúde, onde, observou, continua a verificar-se o encerramento de extensões de saúde, a redução de horários dos centros de saúde e a falta de pessoal médico.

"A concepção economicista dos rácios por população continua a presidir a uma política que não responde às necessidades do vasto território que é o Alentejo com uma população envelhecida carecida de cuidados de saúde primários", acusou, dando como exemplos mais recentes os casos de Mértola e Vendas Novas.

À atenção do parlamentar do PCP não escapou, ainda neste capítulo, a questão do Alqueva. Entendendo que este empreendimento não pode ficar apenas "como uma grande obra de construção civil", inquiriu: "onde estão as medidas para garantir o acesso à terra de uma nova geração de jovens agricultores, agricultores familiares, trabalhadores rurais sem terra? Onde estão as medidas para alterar os sistemas agrícolas? Onde estão as medidas destinadas a garantir a transformação e

comercialização dos produtos? E as destinadas à formação e reconversão dos agricultores da região necessária à transição de uma agricultura de sequeiro para regadio?"

Matéria que mereceu a reflexão de Rodeia Machado, noutra plano, foi a referente às medidas de apoio às vítimas dos temporais que assolaram a região em Dezembro passado. Depois de se interrogar sobre "o que foi feito até agora?", concluiu que "muito pouco", que o essencial do que está feito deve-se às autarquias locais e que em todo este processo, para além das suas deslocamentos de propaganda, o Governo primou pela "incompetência, incapacidade e, sobretudo, muita burocracia".

Para Rodeia Machado, "o PSD também não quis perder o comboio das operações mediáticas". "É pena - sublinhou - que não se tivessem lembrado do Alentejo durante os 10 anos que estiveram sozinhos no Governo e onde a região viu acelerada a desertificação, a perda de população e o desemprego".



O Alentejo carece de um verdadeiro plano com políticas de orientação estratégica e suporte financeiro que promovam o seu desenvolvimento integrado

## Apoio às vítimas das intempéries

Os prometidos apoios do Governo às autarquias e populações do Alentejo afectadas pelas intempéries em Novembro do ano passado foram ainda tema na sessão de perguntas ao Executivo da semana transacta. O deputado Rodeia Machado, intervindo em nome da bancada comunista, quis saber concretamente quando é que estariam disponíveis as verbas para a reconstrução das habitações e, por outro lado, se o Governo inscrevia nos seus propósitos a afectação de mais algum dinheiro a fundo perdido por forma a que as autarquias não comprometam o seu já difícil equilíbrio financeiro.

Na resposta, o secretário de Estado informou estarem já disponíveis as verbas destinadas às habitações, mas recusou qualquer apoio a fundo perdido às autarquias, alegando a existência de linhas de crédito para esse fim. Bem mais evasivas, num registo diferente, foram as suas palavras quanto a uma outra questão igualmente colocada por Rodeia Machado. Embora não o tenha referido explicitamente, percebeu-se que não está propriamente nas preocupações do Governo a libertação

de verbas para acudir aos danos sofridos pelos pequenos agricultores, comerciantes e industriais da região de modo a que os mesmos possam refazer as suas vidas.

Em todo este processo de apoio às vítimas do mau tempo que atingiu o Baixo Alentejo em finais do ano passado, para além das incertezas e atrasos que o têm caracterizado, importa ainda destacar que do conjunto de verbas disponibilizadas só uma pequena percentagem corresponde a fundo perdido.

Dos 4 milhões e 850 mil contos destinados às autarquias, por exemplo, apenas 150 mil contos são a fundo perdido, de acordo com o deputado comunista Bernardino Soares, em declarações no programa televisivo "Parlamento". Por si recordados foram também os números afectos à agricultura - 1 milhão e 567 mil contos - dos quais apenas 128 mil foram a fundo perdido, ou seja, cerca de nove por cento.

Em síntese, dos 9 milhões e 200 mil contos a atribuir pelo Estado, só 2 milhões e 200 mil contos são a fundo perdido, isto é, 23 por cento.

## Por um futuro melhor

Reiteradas por Rodeia Machado durante a sua intervenção foram algumas das medidas e propostas concretas defendidas pelo PCP para a região. Como assinalou, trata-se de "propostas abertas, sérias e construtivas, baseadas num conhecimento profundo da região e num diálogo e auscultação permanente com as populações, autarquias e agentes locais".

Nessa medida, explicou, "são propostas que garantem um desenvolvimento sustentado, mais emprego e mais rendimento para os Alentejanos, melhores condições de vida para todos e, em particular, para sectores mais carenciados como os reformados e os pensionistas".

Entre as medidas preconizadas no imediato, destacam-se:

- Reforço do Programa Operacional da Região do Alentejo (PORA) em 25 milhões de contos com reprogramação do II QCA;
- Desbloqueamento do SIR e do RIME;
- Meios imediatos financeiros, técnicos e humanos que assegurem o realojamento das populações vítimas dos temporais de Dezembro;
- Medidas que garantam o aumento dos horários de funcionamento dos Centros de Saúde, bem como a reabertura de extensões de saúde e o aumento do pessoal médico;
- Reforço substancial do PIDDAC no próximo Orçamento de Estado.

De acordo com as palavras de Rodeia Machado, para além destas medidas imediatas, são ainda defendidas pelo PCP a curto e médio prazo as seguintes propostas:

- Elaboração com a participação das autarquias e agentes locais, de um Plano Integrado de Desenvolvimento para o Alentejo com vista, designadamente ao III QCA;
- Programa estratégico de aproveitamento de todas as potencialidades abertas por Alqueva, designadamente no que se refere na agricultura, ao acesso à terra à alteração dos sistemas culturais, à transformação e comercialização, à formação bem como nas restantes valias (indústria, turismo, etc.);
- Programa de incentivos visando a fixação na região de indústria de transformação que assegurem a produção na região de mais valor acrescentado e, conseqüentemente, mais emprego, designadamente no campo das rochas ornamentais. Assegurar o futuro das Pirites Alentejanas;
- Definição de uma estratégia regional para o desenvolvimento do Turismo;
- Reavaliar e reorientar a utilização do Porto de Sines;
- Programar a construção e melhoramento das estradas regionais bem como a modernização da rede ferroviária para o Sul.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Constituição de associações de freguesias Parlamento aprova projecto do PCP

A Assembleia da República aprovou o projecto de lei do PCP que prevê a constituição das associações de freguesias. Todas as bancadas reconheceram méritos na iniciativa comunista, o que se reflectiu na sua posição de voto, com o PS, PSD e PEV a votarem favoravelmente ao lado do PCP. O CDS/PP, apesar de também considerar a ideia boa, optou pela abstenção. O diploma baixou à comissão parlamentar de poder local para ser apreciado na especialidade.

Com esta aprovação, na sequência de outras medidas no mesmo sentido preconizadas pelo PCP, um importante passo é dado com vista a reforçar o importante papel das freguesias. Como salientou o deputado comunista Luís Sá em declarações ao "Avante!", as freguesias "não são uma espécie em vias de extinção", como alguém já disse, mas, pelo contrário, "devem ser autarquias de corpo inteiro e com dignidade reconhecida".

Tanto mais que, sublinhou, "são as autarquias que mais perto estão das populações e como tal cumprem os objectivos de aprofundamento da democracia e em particular o de participação dos cidadãos na administração".

Daí o valor das medidas agora aprovadas, tanto mais que - e esta foi outra razão fundamental que presidiu à elaboração do diploma - a associação de freguesias abre caminho a uma maior racionalização e aproveitamento dos

recursos materiais, permitindo simultaneamente rentabilizar melhor o quadro de pessoal.

Invocada por Luís Sá foi ainda uma outra ordem de razões, a qual tem a ver com o facto de terem sido criadas centenas de freguesias, sem que ao longo destes anos nenhuma tivesse sido extinta. Significa isto, face à dimensão reduzida que muitas apresentam - e para manter esta linha de não extinção - que importa aprofundar os níveis de cooperação.

Por outro lado, explicou, com as novas atribuições e competências da freguesias - alcançadas através da sua luta e sempre com o apoio do PCP -, necessário se torna que existam "possibilidades acrescidas de racionalizar os meios existentes e de os aproveitar melhor".

É esse instrumento que o diploma do PCP agora vem



As associações de freguesias permitem uma maior racionalização e aproveitamento dos seus recursos no trabalho que desenvolvem a favor das populações

criar, com a possibilidade de criação de associações de freguesia, materializando, de resto, uma proposta nesse sentido feita pela bancada comunista que a última revisão

constitucional veio a consagrar.

Luís Sá manifestou, entretanto, a disponibilidade da bancada comunista para melhorar o diploma em sede

de especialidade, encontrando designadamente soluções aceitáveis para algumas questões de carácter organizativo que foram colocadas pelos restantes partidos.

## Negócios com grupos económicos

# Esclarecer em nome da transparência

Foi já agendado para o próximo dia 28 o pedido de inquérito parlamentar do Grupo comunista aos actos dos governos PS e PSD envolvendo o Estado e grupos económicos. Formalizada na semana transacta, após decisão nesse sentido tomada nas suas Jornadas Parlamentares, esta iniciativa da bancada do PCP visa clarificar os contornos pouco claros de negócios sobre os quais recaí a suspeita de que terá havido favorecimento a determinados grupos económicos.

Para o Grupo parlamentar do PCP, que sempre se bateu pelo princípio da subordinação

do poder económico ao poder político, trata-se de averiguar se ocorreram ou não situações que de alguma maneira possam ter beliscado a absoluta transparência que deve presidir às relações entre o Estado e os grupos económicos, sejam eles quais forem. Foi sempre esta a postura por si coerentemente assumida, como lembra o texto em que é requerido o inquérito parlamentar, fosse no processo de privatizações levado a cabo no consulado cavaquista, seja agora nos casos vindos a público envolvendo o Governo do PS.

Daí que, na escolha dos exemplos para apreciação

política, não tenha olhado aos nomes dos grupos económicos favorecidos. "Para o PCP não há grupos económicos «filhos» e «enteados», os «nossos» e os dos «outros», salienta o documento.

Em causa estão, por conseguinte, não apenas os casos que o PSD recentemente trouxe a lume relacionados com o Governo PS e que motivaram o seu pedido de inquérito par-

lamentar, mas também os casos de privatizações de empresas públicas ocorridos precisamente nos governos de Cavaco Silva, os quais, no entender do PCP, se apresentaram "revestidos da maior opacidade e consubstanciaram situações de favorecimento de grupos económicos".

Situações estas que, importa recordar, justificaram na altura múltiplas iniciativas da bancada comunista com vista

ao seu cabal esclarecimento, incluindo por diversas vezes a figura do pedido de inquérito parlamentar, os quais, todavia, encontraram sempre a barreira opositora da maioria absoluta laranja.

Entre os casos que o PCP quer ver analisados em sede de comissão de inquérito contam-se: a alienação da Torralta; a participação do IPE no capital da "Companhia Real de Distribuição"; o processo de atri-

buição da terceira rede de telefones móveis; a dação em pagamento das dívidas da Grão-Pará ao Estado; a substituição de gestores das empresas públicas EDP, Transgás e Portucel; os processos de privatização do BTA, do BESCL, do Jornal de Notícias e Diário de Notícias, da Tranquilidade e da Mundial Confiança; o processo de oferta pública de aquisição do BPA lançado pelo BCP.

## Actualização dos cadernos eleitorais

# PCP solicita debate de urgência

Na sequência das suas Jornadas Parlamentares, onde a medida foi aprovada, o Grupo Parlamentar do PCP requereu a realização de um "debate de urgência" sobre os "resultados

da actualização extraordinária do recenseamento eleitoral". Formalizada na passada semana em carta assinada por Octávio Teixeira, presidente da bancada comunista, esta ini-

ciativa é justificada com notícias recentemente vindas a público dando conta de que no processo de actualização extraordinária do recenseamento eleitoral "terá ficado

por corrigir grande parte da 'abstenção técnica' provocada por duplas inscrições ou pela não eliminação de inscrições, em especial de eleitores falecidos".

"A correcção dos cadernos eleitorais é essencial sabendo-se que os referendos só são vinculativos com participação de 50 por cento dos eleitores", assinala a missiva de Octávio Teixeira dirigida ao Presidente do Parlamento, na qual sublinha, por outro lado, que é também do número de eleitores que "depende o número de deputados de cada círculo eleitoral, o número de mandatos das Câmaras e Assembleias Municipais", bem como o número de eleitos dos executivos das autarquias e boa parte das receitas dos municípios e freguesias.

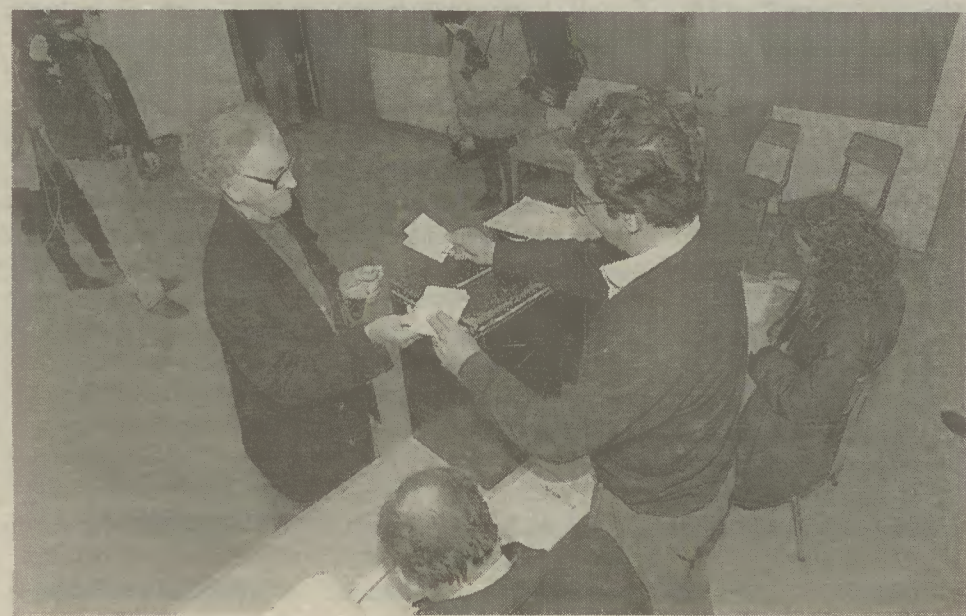
## Ensaio nucleares motivam protesto

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um voto de protesto pela realização de testes nucleares na Índia. Apresentado pelo Partido Ecologista "Os Verdes", o texto "condena vivamente a atitude do Estado da Índia" e exige o "abandono definitivo de todos os ensaios nucleares".

"Com a realização de três explosões nucleares no passado dia 11, o Estado da Índia veio de forma chocante atentar contra o desejo de paz da opinião pública mundial e reinstalar um clima de equilíbrio de terror que se julgava pertença do passado", refere o documento.

Depois de recordar os esforços da "comunidade internacional para a não proliferação de armas, para o desarmamento global e para a interdição total de testes nucleares", o PEV sublinha que "cada ensaio nuclear constitui um atentado ecológico de incalculáveis dimensões para o Planeta e uma ameaça para a paz, a segurança colectiva e a vida".

De acordo com o voto aprovado, compete agora ao Presidente da Assembleia da República transmitir o seu conteúdo ao Governo, ao Presidente da República e ao Parlamento Europeu.



Operação de "limpeza" nos cadernos eleitorais não correu bem



## INTERNACIONAL

## Auxílio humanitário volta ao Afeganistão

Depois de dez dias de negociações, a ONU e o governo talibã acordaram no reinício da distribuição de ajuda humanitária às populações. «Embora tenhamos ainda algumas coisas a discutir, estamos satisfeitos com este acordo e pensamos que foram feitos progressos consideráveis», afirmou o chefe da equipa das Nações Unidas, na passada quinta-feira. Esta organização pretende ainda comprometer os talibãs a conceder um acesso igualitário na educação e nos serviços de saúde para homens e mulheres e a reabrir as estradas no centro do país.

## Conversações no Kosovo

O presidente jugoslavo, Slobodan Milosevic, e o líder dos albaneses do Kosovo, Ibrahim Rugova, decidiram iniciar conversações sobre o futuro daquela província. Trata-se de um primeiro encontro entre os dois dirigentes, que teve lugar na sexta-feira, e que constitui, nas suas palavras, «um primeiro passo» para a resolução do conflito. As negociações iniciam-se amanhã a nível de delegações representativas das duas partes.

## Questão fronteiriça opõe Etiópia e Eritreia

As autoridades da Etiópia acusaram na semana passada a Eritreia de transporem a fronteira entre os dois países, classificando o acto como «uma agressão não provocada». Na ocasião, o governo etíope afirmou que «tomará todas as medidas necessárias» para salvaguardar o seu território e aconselhou a Eritreia a resolver a questão através do diálogo. Na segunda-feira, Adis Abeba rejeitou a mediação dos EUA no conflito e aumentou o seu exército na zona fronteiriça.

## Fim de sanções para investidores de Cuba

Os Estados Unidos e a União Europeia chegaram a acordo, na segunda-feira, sobre o fim das sanções de Washington contra as empresas dos Quinze que invistam em Cuba, no Irão e no Líbano. A extraterritorialidade das leis americanas Helms-Burton e D'Amato é agora posta de lado.

# Grã-Bretanha Cimeira do G8 manda liberalizar

Os chefes de Estado e de Governo dos sete países mais industrializados do mundo, acompanhados da Rússia, reuniram-se no passado fim-de-semana em Birmingham para analisar o estado do mundo. Feito o balanço, lamentaram os crescentes problemas que afectam o planeta e insistiram na 'receita' - aceleração da mundialização ultraliberal da economia.

Como de costume, não faltaram as fotos de «família» e as participações em iniciativas mediáticas, que este ano incluíram até a participação num concerto de rock e numa final de futebol. Mas as manobras de diversão não chegaram para eludir a gravidade dos problemas a que o G8 não consegue dar resposta, nem sequer as divergências que grassam no seio da «família».

As questões económicas dominaram as atenções, como seria de se esperar.

Numa declaração divulgada na sexta-feira, o G7 (a Rússia ficou de fora) pediu ao FMI para «exprimir» publicamente «as suas eventuais preocupações» face aos países que não seguem uma «boa política económica», instando ao mesmo tempo os países mais pobres a acelerar a liberalização da sua economia em troca do que a respectiva dívida poderia ser «aligeirada».

O convite não é inocente. No início da semana, começou em Genebra a segunda conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), cujo alargamento interessa sobremaneira ao G8. Daí a insistência com que apelam para que «todos os países abram os seus mercados e resistam à tentação proteccionista», enquanto reafirmam o seu «forte empenho na continuação da liberalização das trocas e dos investimentos».

Conhecido o fosso que cada vez mais separa os países pobres

do Sul dos países ricos do Norte, não é preciso ser-se especialista para perceber as «vantagens» do alargamento da OMC, sobretudo tendo em conta que aí se cozinham projectos como o Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI) ou o Novo Mercado Transatlântico (NTM), cujos objectivos confessos são a desregulamentação total de investimentos e trocas comerciais. O que interessará certamente muito ao G8 ou G7, conforme as ocasiões, mas representa um verdadeiro atentado aos trabalhadores e aos povos, em particular dos países pobres.

Para que não restem dúvidas, o documento do G8 vai mesmo ao ponto de afirmar «desejável» que a OMC «aborde novos domínios na óptica de uma ampla liberalização multilateral».

## As boas intenções

Para que não se diga que os grandes do mundo só se interessam pelas questões do vil metal, o G8 também manifestou as suas «preocupações» com o «perigo acrescido» de proliferação de armas nucleares, a propósito das experiências realizadas pela Índia e a possibilidade de o Paquistão lhe seguir o exemplo. Fora de questão, evidentemente, esteve qualquer iniciativa para a destruição do potencial nuclear que a maioria do G8 detém,



Os cozinhados do G8 encontram pela frente a oposição dos trabalhadores

como insistentemente vem sendo proposto, há várias décadas... pela Índia.

A Indonésia não podia ser esquecida. Aliado de longa data do cartel dos ricos, o regime de Suharto «preocupa» o G8, que encoraja «as autoridades a reagir rapidamente», promovendo o diálogo que dê «resposta às

aspirações do povo indonésio» e levando a cabo «as reformas necessárias». Para que não restem dúvidas quanto ao tipo de reformas, chama-se a atenção para a necessidade de aplicar os planos recomendados pelo FMI. Os mesmos planos que levaram ao aumento brutal dos bens de primeira necessidade e ao des-

pedimentos de milhões de trabalhadores na Indonésia, como noutros países asiáticos.

No rol das «preocupações» consta também a situação que se vive no Médio Oriente. O G8, afirma o comunicado final, está «vivamente preocupado com o impasse em que se encontra o processo de paz». Ora aí está.

## Cadeia humana pela anulação da dívida

Mais de cinquenta mil pessoas desfilarão sábado à volta de Birmingham, numa cadeia humana de dez quilómetros para exigir a anulação da dívida dos países do Sul. Na iniciativa participaram deputados de vários países, religiosos e inúmeras crianças, que para terem a certeza de que a sua mensagem seria ouvida pelo G8 produziram, às 15 horas em ponto e durante cinco minutos, uma autêntica algazarra com apitos, batuques e gritos.

Os promotores desta campanha, designada «Jubileu 2000», propõem-se continuar a desenvolver acções semelhantes até ao final do sécu-

lo para «pressionar os homens de dinheiro e coração de pedra que não compreendem os problemas dos países pobres e o que representa o fardo da sua dívida para com os países ricos».

A ministra britânica Clare Short agradeceu a iniciativa, que entende como um apelo «ao fim do egoísmo e da voracidade dos anos oitenta», comprometendo-se a entregar aos Chefes de Estado e de Governo do G8 a petição entregue pela directora da campanha, Ann Pettifor, assinada por 1.500.000 pessoas, exigindo a anulação das dívidas dos países pobres.

# Organização Mundial de Comércio sob fortes protestos em todo o mundo

A segunda Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC) teve início na passada segunda-feira, ao mesmo tempo que se realizavam centenas de protestos em todo o mundo.

Segundo dados da Acção Global dos Povos (AGP), milhões de pessoas de todos os sectores sociais - onde se incluem camponeses, índios, trabalhadores, grupos étnicos e desempregados - expressaram a sua condenação contra a OMC, o sistema multilateral de comércio e o neoliberalismo, participando em jornadas de protesto a nível internacional que principiaram no dia 1 de Maio.

No sábado, teve lugar uma «festa global» em 38 cidades,

entre as quais Genebra, Birmingham (onde teve lugar a cimeira do G8), Sidney, Praga e Toronto. De acordo com os organizadores, cada iniciativa contou com a participação de vários milhares de pessoas.

No fim de semana, no Brasil, 40 mil camponeses do movimento «Sem-Terra» chegaram a Brasília, integrados em várias marchas, a que se juntaram 10 mil desempregados na segunda-feira. Para ontem estava prevista a realização de uma manifestação na zona governamental da capital.

Na Índia, no início da semana, tiveram lugar 23 conferências regionais contra a OMC, depois de se terem realizado cerca de 100 acções de cariz

semelhante no sábado. No dia 1, centenas de milhares de camponeses e operários saíram às ruas para exigir que o seu país se retire daquele organismo.

De acordo com uma nota da AGP, terão decorrido nos Estados Unidos, na segunda-feira, «acções concretas contra centros simbólicos do capitalismo global e do Comércio da Morte, como é o caso do gabinete comercial da empresa de armamento Lockheed».

## Repressão contra protestos

Os protestos levados a cabo em Genebra tiveram como res-

posta uma repressão considerada «grotesca» pela Acção Global dos Povos.

«Arbitrariamente, a polícia controla, detém e mantém presas durante horas as pessoas de toda a cidade sem nenhuma base legal. Estrangeiros que não trazem dinheiro «suficiente» consigo passam a ter ficha na polícia, são deportados e proibidos de regressar ao país», lê-se no comunicado.

Muitas pessoas foram gravemente feridas pelas autoridades, e pelo menos um indivíduo encontra-se nos cuidados intensivos devido a uma hemorragia interna.

Mas as acções policiais não se ficaram por aqui. Os participan-

tes da caravana «Dinheiro ou Vida» proveniente da Alemanha, bem como 40 italianos que chegaram a Genebra de comboio, foram detidos e expulsos do país.

Durante o regresso do equipamento e dos veículos da caravana, 10 pessoas foram detidas, incluindo um jornalista suíço e uma jornalista alemã. «Estas pessoas tiveram de permanecer várias horas com um intenso frio num bunker onde estiveram retidos. Posteriormente, foram pressionados a assinar um documento escrito em francês, que os declarava culpados de ter participado em todas as acções e manifestações», explica a CGP.



## INTERNACIONAL

# Confrontos marcam aniversário de Israel

## «Nós lançamos pedras, eles disparam balas»

O 50º aniversário da «Al Nakba» - o dia da criação do Estado de Israel - foi marcado pela tragédia. Na quinta-feira, dez palestinianos morreram e mais de 400 ficaram feridos em confrontos com as forças de segurança hebraicas, um número que pode ser visto como um símbolo da luta dos palestinianos desde 1948.

Segundo fontes policiais palestinianas citadas pela agência Lusa, sete pessoas morreram e doze ficaram gravemente feridas depois de terem sido atingidas na cabeça com balas reais por atiradores de elite israelitas.

«Nós lançamos pedras, mas eles disparam balas reais e de borracha», declarou à imprensa um jovem palestiniano. «O massacre que o governo israelita cometeu hoje prova que os palestinianos precisam de segurança e que a única garantia é a retirada total dos israelitas das nossas terras», disse por seu lado o minis-

tro da informação da Autoridade Palestiniana, Yasser Abed-Rabo.

No mesmo dia, em Gaza, Yasser Arafat pediu «uma paz verdadeira, justa e global». «Não somos refugiados em busca de piedade ou de esmola, mas um grande povo que faz parte de uma grande nação», afirmou o presidente palestiniano, acrescentando: «Reclamamos os nossos direitos, e o direito ao regresso é sagrado para nós.»

«Não pedimos a lua. Pretendemos virar para sempre a página da primeira «Al Nakba» para que os refugiados regressem a casa,

para que possamos construir um Estado palestiniano independente na nossa terra como fazem os outros povos, e celebrar esse acontecimento na nossa capital eterna: Jerusalém», defendeu.

«A pátria é muito mais do que uma pedra, uma árvore ou o mar, é a soberania e a liberdade. Não somos convidados neste mundo, mas parceiros de parte inteira e essa parceria não se realizará plenamente enquanto não tivermos uma pátria como todas as pátrias», sustentou Arafat.

Entretanto, a Liga Árabe instou todos os países árabes a apoiar os líderes palestinianos a criar um Estado independente. No mesmo dia, uma organização israelita de defesa dos direitos humanos divulgou que os serviços secretos de Telavive torturaram 85 por cento dos presos palestinianos que interrogam.

### Cronologia

As sirenes soaram na Palestina ao meio-dia da passada quinta-feira, assinalando o início das acções lembrando a criação do Estado de Israel e prestando homenagem aos palestinianos mortos em cinquenta anos de confrontos. A cronologia que se segue dá a imagem do drama que há meio século se vive no Médio Oriente e que, desde a chegada de Benjamin Netanyahu ao poder, parece cada vez mais longe de uma solução.

**2 de Novembro de 1917:** Em Londres, Arthur Balfour promete aos dirigentes sionistas uma «Nação judia» na Palestina.

**23 de Agosto de 1929:** Explodem em Jerusalém e em várias cidades da Palestina os confrontos contra o afluxo de imigrantes sionistas, provocando centenas de mortos.

**1936-1939:** «Grande revolta árabe» contra o mandato britânico e a imigração judia. A revolta é esmagada pelos britânicos, que publicam um «Livro Branco» limitando a imigração judia, e prometem a criação de um Estado palestiniano.

**27 de Novembro de 1947:** As Nações Unidas adoptam a Resolução 181 dividindo a Palestina em dois Estados, um judeu e um árabe, no final do mandato britânico. Os palestinianos - à excepção dos comunistas - e o mundo árabe rejeitam-na.

**14 de Maio de 1948:** Proclamação do Estado de Israel.

**15 de Maio de 1948:** Os exércitos árabes entram na Palestina. As tropas israelitas reagem. Mais de 400 aldeias árabes no interior das fronteiras de Israel são arrasadas e entre 700.000 a 900.000 refugiados instalam-se na Cisjordânia, Gaza ou nos países árabes.

**Abril de 1951:** A Jordânia anexa a Cisjordânia. O rei Abdallah vem a ser assassinado três meses mais tarde, em Jerusalém, por um palestiniano.

**28 de Maio de 1964:** Criação da Organização de Libertação da Palestina (OLP) que proclama a luta armada contra o Estado judeu.

**Junho de 1967:** Israel ocupa Jerusalém Oriental, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

**16-22 de Setembro de 1970:** Sangrentos combates entre as forças palestinianas e hachemitas na Jordânia fazem mais de 3.000 mortos e forçam a OLP a retirar-se do Líbano.

**12 de Junho de 1974:** A OLP aprova a criação de um Estado «em cada parte da Palestina libertada». Arafat reafirma a decisão em 22 de Novembro de 1974 perante as Nações Unidas, em Nova Iorque, onde se apresenta com um ramo de oliveira e uma pistola. A OLP consegue o lugar de observador na ONU.

**Junho de 1982:** As forças israelitas invadem o Líbano, cercam Beirute e forçam a OLP a retirar-se para Tunísia.

**9 de Dezembro de 1987:** Começo da «Intifada», que dura seis anos.

**15 de Novembro de 1988:** O Conselho Nacional Palestiniano, reunido em Argel, proclama a criação de um Estado palestiniano independente com Jerusalém por capital, ao lado de Israel.

**13 de Setembro de 1993:** Assinatura dos acordos de Oslo.

**1 de Julho de 1994:** Regresso de Yasser Arafat a Gaza.

**20 de Janeiro de 1996:** Após a retirada de Israel das principais cidades da Cisjordânia, Yasser Arafat é eleito presidente da Autoridade Palestiniana através de um sufrágio directo e universal. No mesmo dia é eleito um Conselho Legislativo de 88 membros.

### Frente de esquerda

#### no Brasil

Numa reunião realizada em São Paulo, na semana passada, o Partido dos Trabalhadores, o Partido Democrático dos Trabalhadores, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil decidiram apoiar uma lista para as eleições presidenciais que tem como primeiro nome Luís Inácio Lula da Silva (PT), seguido de Lionel Brizola (PDT).

### Ministro brasileiro

#### pede prisão

#### de fazendeiro

O ministro da Reforma Agrária brasileiro pediu recentemente ao Ministério da Justiça que ordene a prisão de Narciso Claro, presidente da Associação Nacional de Produtores Rurais e grande proprietário do Pará, acusado de formação de um grupo armado contra o Movimento dos Sem-Terra e de incitação à violência. Foi ainda pedida interdição de três empresas de segurança que estarão envolvidas no exército particular de Claro.

### Lebed vence

#### na Sibéria

O general Alexander Lebed - ex-candidato à presidência da Rússia, antigo braço direito de Boris Ieltsin e líder do Partido Republicano - foi eleito governador da região siberiana de Krasnoyarsk, com 57 por cento dos votos. A vitória de domingo permite a Lebed tornar-se membro do Conselho da Federação - a câmara alta do parlamento russo -, que lhe poderá servir de trampolim para o cargo de presidente do país.

### Referendo

#### na Irlanda

#### do Norte amanhã

Realiza-se amanhã o referendo sobre o futuro do Ulster. A população irá decidir sobre a criação de um órgão democrático autónomo da Irlanda do Norte, a instituição de organismos de cooperação entre as duas Irlandas e a definição das relações do Ulster com o resto da Grã-Bretanha. É cedo para fazer quaisquer previsões sobre o resultado desta consulta, mas os analistas apontam para uma possível vitória do «sim». Os primeiro-ministros britânico e irlandês, o Sinn Fein e outras organizações apelaram à aprovação das propostas. O grupo U2 deu um concerto na terça-feira a favor do «sim».

## Ensaaios nucleares indianos. Que condenação?

■ Manuel Gouveia

### Não pactuar

A Índia procedeu a 5 ensaios nucleares. Somos informados de que é unânime a condenação no exterior e o apoio no interior. Os unanimismos são sempre suspeitos, e trazem sempre o olor pestilento do pensamento único.

E de facto, há quem dê um passo em frente, destacando-se destes coros de hipócritas. Nomeadamente, os comunistas. É que na Índia esta medida do Governo Indiano é fortemente contestada. E, no exterior, a condenação autorizada pelo pensamento único implica o apoio ao *status quo* imperialista.

É que não podemos condenar o Governo Indiano por não assinar o Acordo de Não Proliferação de Armas Nucleares! O título, como tudo o que vem do marketing imperialista, parece extremamente atractivo, só que esconde uma realidade crua, pois Acordo de Direito Eterno ao Monopólio das Armas Nucleares aos EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha e China corresponderia mais ao objecto. Aliás, foi o anterior Governo Indiano, com a participação dos comunistas, que não assinou este Tratado. E correctamente. Porque um Tratado de Não Proliferação tem que implicar o compromisso (e as medidas) dos actuais detentores de procederem à eliminação das que possuem.

É que não podemos condenar o Governo Indiano por não assinar o Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares! Lembremo-nos primeiro que os maiores defensores deste Tratado já realizaram centenas de Testes Nucleares, inclusive, um deles, já lançou duas bombas atómicas sobre população civil indefesa. Já atingiram o nível de desenvolvimento tecnológico que lhes permite assinar este Tratado. É evidente que a solução para, neste campo, ultrapassar os desequilíbrios gerados pelo colonialismo e o imperialismo no desenvolvimento mundial, não é começarem agora todos os países a realizar testes e construir armas nucleares. Mas é fundamental que os que atingiram o estatuto de potências nucleares à custa da opressão e exploração dos povos e de hediondos crimes contra o meio-ambiente (a mais das vezes de outros países e continentes), abdicarem do que conquistaram por esses processos e não apenas que impeçam outros de os utilizar.

É que não podemos aceitar sanções contra a Índia por ter realizado ensaios nucleares! A Índia não está obrigada por nenhum acordo internacional a não realizar ensaios, pelo que as sanções internacionais não podem ser aplicadas. Ao que assistimos é a sanções unilaterais, dos EUA nomeadamente, na linha imperial. As sanções dos EUA é que são condenáveis, pois representam a utilização da sua força económica para impor a um país terceiro uma determinada linha política que este tem o direito de não seguir. E é bom lembrar que foram os EUA os principais responsáveis pela não conclusão de um acordo internacional sério de não proliferação nuclear ao não abdicarem da sua posição hegemónica.

Dito isto, podemos então sim, afirmar: condenamos a realização de ensaios nucleares pelo governo indiano! Exigimos um tratado internacional de proibição total de ensaios nucleares! Exigimos um tratado internacional para a erradicação das armas nucleares!

E dizemo-lo, sem entrar em contradição, e na excelente companhia das forças mais progressistas e conseqüentes indianas, os comunistas e seus aliados.

Porque não pactuar com o imperialismo é diferente de nos envolvermos numa escalada bélica, não é por acaso que os comunistas indianos não assinaram os citados tratados, mas também não realizaram ensaios nucleares. E os povos (de forma particularmente gritante na Índia e Paquistão) têm outras necessidades prementes que não se compadecem com corridas aos armamentos.

Porque sabemos que o agravamento das relações entre a Índia e o Paquistão, e entre Hindus e Muçulmanos dentro de cada um destes países, consequência inevitável desta decisão do Governo Indiano, interessa apenas às forças mais obscuras e reaccionárias, bem representadas nos governos actuais destes dois países, que encontram aqui eixos para a manutenção do poder das classes dominantes e das respectivas políticas exploradoras.

Porque sabemos que o argumento das ameaças externas nucleares à segurança da Índia, em que o actual Governo da Índia sublinha a China e incluiu o Paquistão, são destituídos de sentido, e nomeadamente no caso da China, procuram simplesmente um perigo que possa compartilhar com os EUA e destruir o trabalho de normalização e reforço das relações entre a China e a Índia desenvolvido nos últimos dez anos, e que certamente não agradou aos EUA.

Porque sabemos ambos que simulando enfrentar-se com o imperialismo, o Governo reaccionário indiano procura distrair o seu povo de uma política nacional subordinada aos ditames do imperialismo, nomeadamente com a entrega da economia nacional às multinacionais.

Porque sabemos que as armas nucleares, nas mãos dos seus detentores, além de um instrumento mais de pressão no quadro da dominação e opressão imperialista do mundo, representam um perigo permanente e não desprezável de extermínio pendente sobre toda a humanidade, mas que a «democratização» do seu acesso representaria um perigo igual ou maior, potencializando a sua utilização à escala regional, e não eliminando o perigo global.

Porque sabemos que os ensaios nucleares são um crime hediondo sobre toda a humanidade que urge proibir.

Porque sabemos que a segurança de todos os povos, no que concerne à ameaça nuclear, conquista-se no desenvolvimento de uma política firme por parte dos diferentes Estados nacionais, de recusa do presente *status quo* nuclear, de recusa de Acordos Internacionais impostos pelos EUA, uma política que leve à definitiva erradicação destas armas.

Passemos pois o ónus da condeção ao imperialismo, por sistematicamente impedir a assinatura de acordos internacionais que resolvam os problemas (neste caso, que erradique as armas nucleares) tentando sempre (e a mais das vezes conseguindo) ditar a sua lei e o domínio dos seus interesses ao resto do mundo. Sem esquecer, é claro, os nacionalistas hindus e muçulmanos, cujo poder nasce e se reforça no ódio, e as classes e os regimes que se servem deles para manter privilégios.



Já se sentem os efeitos da primeira fase da privatização da EDP

# Os lucros estão primeiro ... e a electricidade só vem depois

Texto  
Domingos Mealha

Fotos  
Jorge Caria

Quase um ano depois da primeira alienação de capital da Electricidade de Portugal (holding que reúne quase dezena e meia de empresas do sector eléctrico, resultantes do desmembramento da empresa pública), o Governo avança com a segunda e a terceira fases da privatização. Não sendo obrigatória a ordem dos nomes com que foram baptizadas, a segunda fase consistirá na venda directa de 4,5 por cento do capital da EDP a um ou dois parceiros estratégicos, enquanto a terceira — a decorrer em finais de Junho — culminará em mais uma operação pública de venda na Bolsa de Lisboa.

No final, o Governo ainda admite que ficará no Estado um pacote correspondente a 50 por cento das acções mais uma.

O «Avante!» procurou saber como vêm as organizações representativas dos trabalhadores mais este passo na venda da EDP. Para tal, conversámos com Artur Malheiro, coordenador da CT (mais precisamente, da coordenadora que reúne as 14 comissões de trabalhadores do Grupo EDP) e dirigente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal, e José Machado, membro do Conselho Nacional da CGTP e coordenador da FSTIEP/CGTP-IN.

«Avante!»: Quer a CT que a FSTIEP, têm-se manifestado contra a privatização, nomeadamente quando da sua primeira fase (30 por cento do capital), em Junho do ano passado. Há alguma diferença nos motivos que então justificaram aquela posição relativamente às razões por que hoje se opõem à continuação da linha privatizadora?

Artur Malheiro: Enquanto há um ano falávamos daquilo que supúnhamos que iria acontecer com a privatização, hoje falamos daquilo que já está a acontecer. Se há um ano prevíamos algumas «desgraças» para este sector e os seus trabalhadores, hoje já falamos da grande diminuição que houve no número de trabalhadores, depois de a administração ter definido uma meta de redução de 2500 postos de trabalho até ao ano 2000. O ritmo da redução teve que acelerar, para poder chegar a este objectivo.

Aumentaram enormemente, por isso mesmo, os ritmos de trabalho; os trabalhadores não saem em função de estarem mais ou menos ocupados, mas sim em função da antiguidade ou da disponibilidade para aceitar a rescisão. Como resultado, trabalhadores com grande experiência estão a deixar a empresa e não são substituídos.

A empresa investe muito menos, e há uma degradação na qualidade dos serviços. Isto eram coisas que nós prevíamos que acontecessem... e que vão continuar. A qualidade de serviço vai piorar ainda mais, porque a prazo vão sentir-se os efeitos de medidas como passar a fazer cada três ou quatro anos manutenções que deveriam ser feitas cada dois anos.

Hoje já se sente que há mais avarias, com os piquetes, agora concentrados, a demorarem mais tempo a acorrerem a essas avarias.

Dizíamos que uma empresa que presta um serviço essencial às populações e à economia do País não deveria enveredar pela procura do lucro a todo o transe. E o que vemos hoje é que toda a gestão da EDP é feita num só sentido: não o serviço público e a qualidade, mas sim a rentabilidade e os menores custos.

José Machado: Quando a FSTIEP e os sindicatos associados reagiram fortemente contra a primeira fase da privatização da EDP, esse combate assentou numa questão fundamental: a privatização da EDP surgiu

como decisão política, que não tinha subjacente nenhuma razão técnica ou económica, que tivesse em conta o interesse do Estado ou dos trabalhadores. Considerámos que havia uma aceleração do processo de privatização, por parte do Governo, interessado no encaixe financeiro para reduzir o défice do Estado e cumprir um dos critérios de convergência exigidos para a moeda única. Isto para nós era claro.

Mas também acentuámos as implicações sérias que a privatização teria. Hoje está comprovado que essas implicações se verificaram. Na EDP, hoje, aparece a imoralidade dos interesses, dos

grupos, das pressões e dos negócios. Por responsabilidade grave deste Governo, pela degradação da sua gestão e pelo conjunto de interesses que a envolvem, a EDP deixou de ser uma empresa com uma gestão ao serviço do interesse público.

O tempo confirmou as razões do nosso combate contra a privatização, na primeira fase — eliminação de postos de trabalho, degradação do serviço público, ataque aos direitos dos trabalhadores.

Diziam que a privatização da EDP iria prejudicar os trabalhadores, os consumidores e o País. Têm conhecimento de alguns casos que confirmem a justeza deste alerta?

AM: Com a fixação de reduzir custos, nalguns centros de distribuição os trabalhadores têm que ir trabalhar ao domingo, o dia em que podem ser feitos cortes de corrente. Mas, para esses custos não aparecerem na contabilidade a agravar os custos, o director propõe que não recebam a remunera-

ção a que têm direito pelas horas trabalhadas a troco de dias de férias. Além desta ilegalidade, também não são pagas ajudas de custo de almoço. Há uma degradação enorme dos serviços médicos da EDP. Os serviços médicos passaram para uma nova empresa, que funciona também com a filosofia do lucro, o que exige redução de custos e piora a qualidade.

Os consumidores, que também aparecem a protestar, estão cada vez mais a pagar facturas por estimativa, uma vez que as leituras deixaram de ser feitas mensalmente, para serem feitas de quatro em quatro meses e, agora, vão passar para seis meses. Com a generalização da estimativa, a facturação apressou-se e houve imensos casos em que, num mês, os consumidores receberam duas facturas para pagar.

Ainda citando apenas alguns exemplos, há já autarquias que se queixam de que o planeamento e o investimento para o desenvolvimento da rede eram feitos em função de um levantamento das necessidades, hoje o critério é fazer primeiro o que vai render mais.

José Machado: Tenho aqui alguns documentos dos sindicatos preparados para um levantamento nacional das implicações da privatização. E há casos gravíssimos de degradação do serviço público e do próprio serviço da EDP. Há equipas de higiene e segurança que não têm meios para se deslocarem! Isto, que era impensável numa EDP pública, coloca em causa a defesa da segurança, da saúde e dos próprios equipamentos.

Foram desmanteladas equipas especiais de intervenção em média e alta tensão, e a empresa entregou estes trabalhos a empreiteiros de deficiente qualidade. Neste estudo dos sindicatos há uns 40 ou 50 exemplos nesta linha.

A privatização foi defendida e preparada pelos governos do PSD e é acelerada pelo Governo do PS. Justifica-se lutar contra uma orientação que é partilhada pelos dois maiores partidos e cuja concretização já vai tão adiantada?

JM: Nós entendemos que se justifica, em absoluto, manter o combate e a crítica. O Governo dá sinal de uma clara falta de seriedade política neste processo. Primeiro, avançou com os trinta por cento e, nessa primeira fase, glorificou a disseminação do capital. Avisámos, na altura, que por trás desta operação estavam grandes grupos internacionais perfilados para controlar o capital social da EDP e assumir uma posição forte na sua gestão. Passados meses, o Governo veio decidir vender 4,5 por cento do capital a um parceiro estratégico. Afinal — apesar das divisões que há mesmo no próprio Governo sobre se o parceiro deve ser espanhol ou alemão, ou talvez acabem por ser dois parceiros — a disseminação não é tão boa como diziam e sempre há outros interesses.

Outro motivo para continuarmos o combate à privatização é o facto de o Governo hoje, já não dizer que só privatiza 49 por cento, mas diz que vende 50 por cento menos uma acção. Isto não é sério. O Governo quer ir além dos 50 por cento, mas não tem condições políticas para isso. E nós vamos continuar a contribuir, com a nossa acção, para que o Governo não tenha mesmo condições políticas para o fazer.

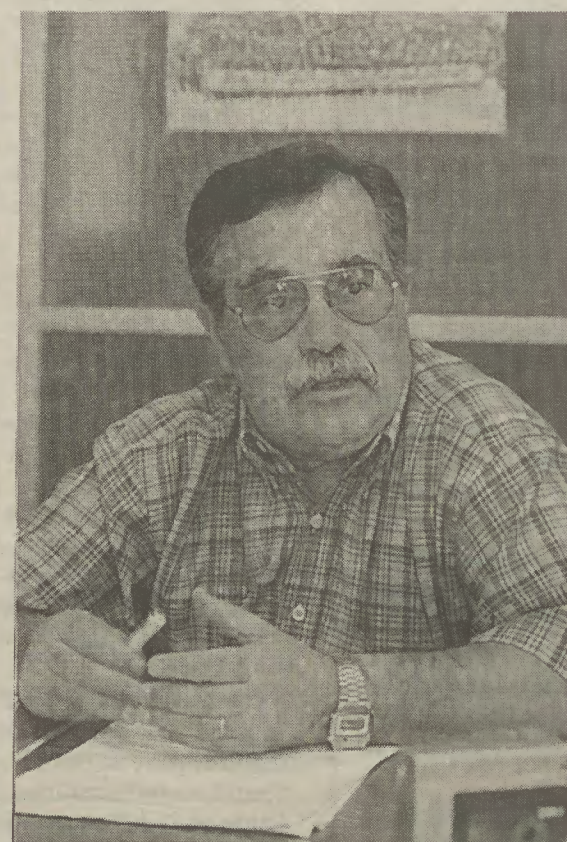
Além da falta de seriedade, este limite dos 50 por cento menos uma acção coloca outras questões. O Governo cedeu acções à Caixa Geral de Depósitos e cedeu acções à CP, em condições que não conhecemos com toda a profundidade, e não se sabe como vai ser a movimentação dessa acção no futuro. Não está claro, neste quadro, que a privatização da EDP não acabe por deixar o Estado com menos metade do capital. E isso terá um repúdio forte dos trabalhadores.

AM: Não vamos desistir da luta contra a privatização, apenas porque já está feita a mais de 30 por cento e porque quem detém o poder pretende uma EDP privatizada. Mesmo quando não vivíamos em democracia, lutávamos contra o poder, por considerarmos que tínhamos razão, portanto não é isso que nos vai demover hoje.

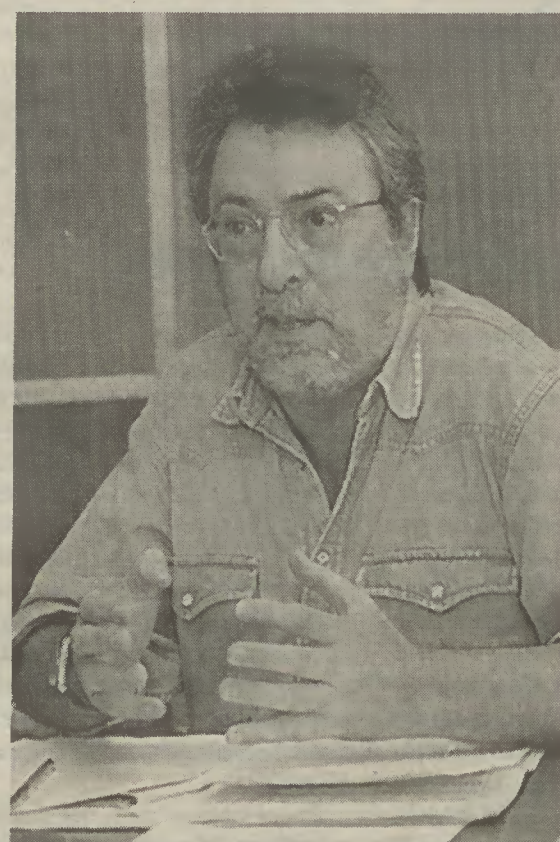
Os próprios trabalhadores da EDP que votaram no PS não acreditam que o Governo possa vir a ceder a maioria ao capital privado.

## Como comentam as alterações na administração da EDP?

AM: Não tem que haver confiança política relativamente aos gestores das empresas públicas, eles têm que gerir bem. A lógica contrá-



Artur Malheiro



José Machado

“Com a generalização da estimativa, a facturação apressou-se e houve imensos casos em que, num mês, os consumidores receberam duas facturas”

“O Governo quer ir além dos 50 por cento na privatização, mas não tem condições políticas para isso”

ria é a que conduz à história dos «boys» e a situações surpreendentes, como esta: um elemento da coordenadora do PS na empresa chegou a considerar publicamente ilegal a constituição da empresa para tomar conta dos Serviços Médicos da EDP, mas a seguir aceitou ser administrador dessa mesma empresa.

Nós reclamamos a mudança de política, não a substituição de administradores ou ministros.

Quando das eleições de 1995, houve grande expectativa entre os trabalhadores, muitos dos quais votaram no partido que hoje está no Governo porque o PS e as suas estruturas na EDP defendiam alterações radicais na política de Cavaco Silva. Defendiam o retorno à empresa única, reclamação que era um forte motivo de união dos trabalhadores nessa altura.

O certo é que o novo Governo apenas alterou o estilo de privatização (vender a holding e não empresas separadas) e acelerou o processo.

O presidente agora demitido já tinha sido nomeado pelo Governo do PS. Independentemente das fortes queixas quanto à forma ditatorial como actuava e aos grandes exageros no aproveitamento de regalias, a verdade é que ele executou na perfeição as orientações políticas que lhe traçaram. E não foi demitido por fugir a essas orientações.

Agora foi demitido, leva cem mil contos, entre indemnização e comparticipação nos lucros... E, escândalo dos escândalos, este homem, que é reformado da Banca, vai ficar com direito a usufruir dos serviços médicos da empresa! Bom, e se é verdade o que tem vindo nos jornais, o mesmo homem que não tinha perfil para gerir a EDP e a quem o Governo deu tão rico castigo pode acabar por ter perfil para continuar a gerir património público.

JM: Sempre encaramos a administração da empresa como o executor de uma política, definida pelo Governo e o Ministério da Tutela. Não são eles que decidem a privatização, nem a tabela salarial.

Mas vemos com muita indignação a imoralidade instalada na relação entre o Governo e a EDP e a partidização da gestão de empresas públicas. Condenamos que o ministro da Economia, que já reuniu com as demais estruturas dos trabalhadores da EDP mas recusa receber a mais representativa, a FSTIEP, vá reunir regularmente no Largo do Rato com o núcleo do PS na EDP para tomar decisões de fundo sobre a empresa.

## Como vai desenvolver-se a vossa intervenção?

JM: Vamos virar-nos novamente, nesta terceira fase, para os trabalhadores, para os consumidores e para a opinião pública. Tencionamos fazer, com o contributo dos trabalhadores, uma compilação das implicações da privatização para o serviço público e para as condições de tra-

balho. Vamos dizer aos consumidores que se confirmaram os nossos avisos, vamos mostrar-lhes exemplos do grande desinvestimento feito na EDP que está a degradar a qualidade do serviço.

Pensamos realizar, coincidindo com a terceira fase da privatização, uma tribuna pública de opinião. E vamos voltar à Bolsa no dia em que tiver lugar a OPV.

Naturalmente, iremos convidar personalidades, organizações sociais e de consumidores, autarquias, o Instituto de Defesa do Consumidor, os grupos parlamentares, técnicos e especialistas, que poderão dar o seu contributo para uma avaliação do erro político e económico que é esta privatização e a sua continuação.

## O valor da unidade e o preço das acções

«Avante!»: Quando do desmembramento da EDP e, mais tarde, na primeira fase da privatização, foi visível, até em manifestações de rua, a unidade dos trabalhadores e até das diferentes estruturas representativas. As vantagens concedidas para a compra de acções conseguiram vergar este espírito de unidade contra a privatização?

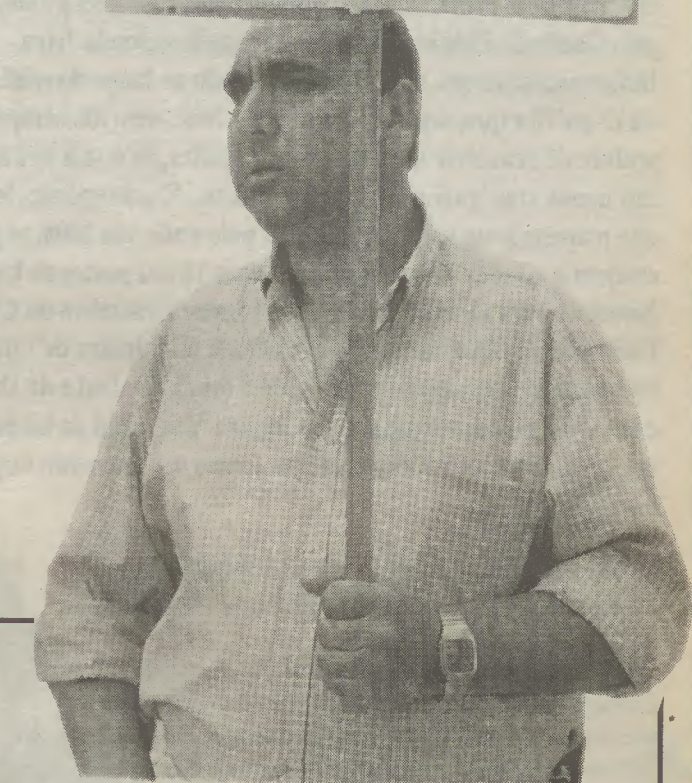
JM: Agora, como já na primeira fase, os trabalhadores debatem-se com uma contradição. Todos compreendem que a privatização é um erro, que não tem fundamento técnico nem económico; mas, perante o facto consumado da decisão política, olham para o significado das mais-valias que a privatização pode trazer.

Tivemos, como estruturas sindicais, cuidado e respeito pela opção individual dos trabalhadores e pela manifestação dos seus interesses particulares. O que estava em causa para nós não era a opção de cada trabalhador quanto à compra de acções, mas sim a decisão política da privatização.

No conjunto das organizações sindicais da empresa, a FSTIEP assumiu sem equívocos o combate contra a privatização.

As outras organizações perderam-se em ambiguidades e claro oportunismo — por um lado, tinham um discurso esbatido admitin-

Venda da EDP:  
Uma "Paixão"  
para "Peixões"



do que a privatização não teria interesse; mas, por outro lado, houve uma intervenção forte para a compra de acções e até alimentaram os trabalhadores a expectativa de poderem vir a ser gestores da empresa, por essa via. Isto foi uma aldrábie, uma irresponsabilidade e um oportunismo político, como nós na altura expressámos claramente.

Nas segunda e terceira fases estamos mais convictos da nossa razão, mas estamos conscientes de que outras organizações não têm convicção nem moral para fazer o combate sindical que nós fazemos à privatização.

AM: Há unanimidade, entre os trabalhadores, no apoio à análise que nós fazemos e à denúncia de que, com privatização, pioraram as condições de trabalho e a qualidade do serviço. Os próprios sindicatos que, demagogicamente, dizem que os trabalhadores podem ser donos da EDP — são organizações sem implantação na empresa — também fazem comunicados com as mesmas denúncias que nós fazemos, só não chegam às mesmas conclusões.

Agora, na terceira fase, não vai haver nenhuma unidade na acção com estas estruturas. Uma organização vai andar a ver se compra acções ou a tentar que os trabalhadores comprem. Como hoje também é evidente, a EDP foi vendida a preço de saldo. Os trabalhadores compraram acções e já as venderam, já realizaram mais-valias. Ao contrário do que essa organização dizia, não ficaram com acções.

A outra organização, embora compreenda e aceite os nossos argumentos, está de tal modo enfeudada ao Governo, que não vai fazer uma denúncia pública como nós.

Na CT não se notam dificuldades em tratar agora este tema?

AM: Não. Tivemos recentemente, em meados de Março, eleições para as comissões de trabalhadores das empresas do Grupo EDP, e as listas unitárias — que no seu programa se manifestaram contra a privatização — ganharam esmagadoramente em quase todas.

Na CPPE, empresa de produção, verificou-se a maior votação de sempre da lista unitária; ficámos com 6 mandatos, em 11, e faltaram apenas dois votos para ficarmos com 7. Na REN (transporte de electricidade), a lista unitária obteve 4 mandatos em 7.

Na distribuição ainda é maior a diferença: 8 mandatos em 11, na EN (Norte) e na LTE (Lisboa e Vale do Tejo); na SLE (Sul) só se apresentou a lista unitária e, mesmo assim, houve cerca de 70 por cento de votantes.

O espírito de unidade dos trabalhadores não será indiferente ao facto de, por decisão unânime das CTs das várias empresas, ser feita uma lista única para a comissão coordenadora.

Por tudo isto, estou certo que a CT também tomará posição contra mais este passo na privatização — a não ser que surja algum caso de cegueira política.



A privatização da EDP surgiu como decisão política, que não tinha subjacente nenhuma razão técnica ou económica



## Comissão Política do PCP previne

# Expo'98 - e depois do adeus?

Uma «oportunidade para renovar e realizar em termos urbanísticos, ambientais e sociais a degradada zona oriental da cidade de Lisboa e uma parcela do Município de Loures», considerou Carlos Luís Figueira, na declaração (que a seguir se transcreve) proferida na conferência de imprensa promovida pela Comissão Política do PCP, na passada segunda-feira. Daí, as questões que o PCP tem levantado ao longo da edificação da Expo'98 e que, segundo Demétrio Alves, «têm ido sempre no sentido de acautelar que esta grande realização o seja não só durante uns meses mas igualmente para o futuro». E, a propósito, lembrou que naquela zona vai ser criado um pólo onde, em 2008, se prevê estejam a viver 25 mil pessoas e existam 18 mil postos de trabalho. Na mesa, para além de Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política, e de Demétrio Alves, presidente da Câmara de Loures, encontravam-se Luís Fernandes, do Comité Central e da DOR Lisboa, e Rita Magrinho, vereadora da Câmara Municipal de Lisboa, que igualmente considerou a Expo «como um momento ímpar para Lisboa».

A escassos dias da abertura oficial da Expo'98, a Comissão Política do Comité Central do PCP entende sublinhar o seguinte:

A realização em Portugal, na cidade de Lisboa, da última Exposição Mundial deste século constitui um facto da maior relevância. Pela dimensão do acontecimento, pela sua projecção internacional, pelos seus reflexos culturais e económicos, a Expo'98 constitui um significativo factor de dinamização interna e uma oportunidade ímpar de projecção de Portugal no Mundo, realidades tornadas possíveis pela Revolução de Abril e pelo Portugal democrático que dela nasceu.

A Expo'98 existe porque congregou esforços de todo o País e de vários sectores do trabalho e da inteligência nacionais, porque soube lançar raízes na nossa Cultura e na nossa História e integrar uma visão de futuro que abarca grandes problemas e horizontes que a Humanidade enfrenta neste dobrar do milénio. Não é um projecto de governos, é o resultado de um esforço nacional. Como tal tem de ser visto e como tal o próprio poder político o tem de respeitar.

No tocante às áreas de exposição e aos novos equipamentos construídos, sublinha-se a qualidade arquitectónica de que se revestem representando um importante salto qualitativo na produção arquitectónica nacional.

A expectativa positiva que rodeia a abertura da Expo'98 não pode contudo fazer esquecer reparos, preocupações e críticas a que a sua construção deu origem ou que o futuro aconselha.

Sendo um importante acontecimento em termos de exposição e de imagem, a Expo'98 é muito mais do que isso. Trata-se de uma oportunidade para renovar e realizar em termos urbanísticos, ambientais e sociais a degradada zona oriental da cidade de Lisboa e uma parcela do Município de Loures.

Os planos urbanísticos aprovados — e em execução — apesar das inúmeras propostas dos Municípios de Lisboa e de Loures, não afastam totalmente a possibilidade de uma difícil articulação das novas áreas construídas com o tecido urbano consolidado, podendo vir a criar-se uma «ilha» de privilegia-

dos em lugar de uma verdadeira «nova centralidade» da Cidade e da Área Metropolitana de Lisboa.

É, assim, indispensável que, com a participação dos Municípios de Lisboa e Loures, se estabeleçam, desde já, as formas e os calendários para que no pós-Expo'98 as novas zonas urbanizadas e os importantes equipamentos delas constantes sejam absorvidos pela Cidade e pela Área Metropolitana de Lisboa. Urge, portanto, desenvolver e aplicar um verdadeiro Plano de Urbanização e respectivos Planos de Pormenor de toda a área envolvente da Expo'98, devolvendo aos municípios as competências urbanísticas entretanto retiradas.

Por outro lado, não estando terminadas as obras de despoluição e ordenamento dos rios Trancão e Tejo, necessário se torna que prossigam os investimentos em

A realização da Expo contribuirá este ano para um aumento significativo de visitantes a Lisboa com repercussões positivas na actividade comercial e turística não só da capital mas também de uma vasta zona que a envolve. Tal realidade não pode todavia fazer esquecer a ausência de coordenação que esteve presente entre a Administração do Parque e o ICEP no que respeita à promoção deste importante evento em prejuízo da mobilização de visitantes e sobretudo na potenciação da Expo para a fixação de novos contingentes turísticos para o País.

Nesse sentido, não pode passar sem reparo a deficiente coordenação entre a Expo, o ICEP e as Regiões de Turismo, no sentido de uma maior intervenção informativa junto do afluxo turístico excepcional que previsivelmente o certame induzirá este ano. Foram manifestamente insuficientes as medidas tomadas para que ele possa constituir base a uma fixação futura de novos visitantes, tanto nas Regiões onde a indústria turística tem já assinalável desenvolvimento e capacidade, como naquelas que nela procuram soluções para situações de crise ou debilitação económica gerada pela política seguida nas duas últimas décadas.

Negativamente exemplar é a ausência de incentivos às Regiões de Turismo e às Associações Empresariais para a criação de alternativas de pacotes turísticos que já neste ano pudessem mitigar os inconvenientes gerados pelos atrasos na construção da auto-estrada para o Algarve.

Olhando para o período pós-Expo'98, há que acautelar de imediato as necessárias medidas de absorção da inúmera mão-de-obra com diferentes níveis de qualificação que

ficará disponível com a desaceleração do elevado número de obras que, directa ou indirectamente, a Expo'98 implicou.

O Governo ainda não deu qualquer sinal de ter uma estratégia de investimentos públicos e de dinamização de investimentos privados que permitam fazer face à retracção do emprego que certamente se verificará em Lisboa e na sua Área Metropolitana.

Por último, a Comissão Política do PCP, respondendo a preocupações que hoje já se manifestam nesse sentido, anuncia desde já o seu propósito de, no quadro da iniciativa Portugal 2000, promover em Setembro um debate sobre o pós-Expo no sentido de, com base em toda a experiência resultante do período de funcionamento da Exposição, contribuir para o melhor aproveitamento futuro de todos os investimentos realizados e potenciados em diversos domínios, designadamente, quanto à utilização e gestão dos equipamentos aí construídos; à rentabilização do crescimento da oferta de alojamento edificada; à ampliação dos benefícios das novas tecnologias instaladas nos domínios das infraestruturas, da utilização racional de energia, das actividades científicas, culturais e ambientais, visando afirmar Lisboa no plano turístico, cultural e científico.



curso, tendo em vista a obtenção de uma qualidade ambiental compatível com as exigências e direitos das populações no dobrar do milénio.

Sendo justo referir, do que nos é dado conhecer, que na concepção da Expo'98 se teve em conta as experiências negativas que estiveram presentes na Exposição Mundial de Sevilha, não deixamos de sublinhar as preocupações que nos suscitam eventuais derrapagens financeiras deste projecto motivadas, entre outros aspectos, pelos atrasos que se verificam na execução de obras no interior do Parque e particularmente no que se refere às acessibilidades.

### PCP debate pós-Expo

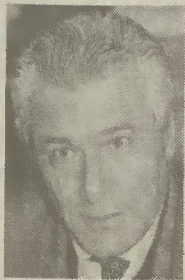
A dimensão do investimento realizado exige por sua vez que sejam prestadas ao País, o mais prontamente possível, informações detalhadas sobre os seus custos finais e a sua rentabilização.





# Sim às regiões

**E**nquanto se concentram esforços na campanha pelo sim à despenalização do aborto, os partidários do não às regiões não perdem tempo. Constituíram um movimento e alimentam com regularidade a comunicação social com notícias e opiniões atacando a regionalização. Que fazer? Há que responder-lhes. Com que meios? Com argumentos, evidentemente, mas também com organização. Realizando-se o debate do referendo sobre a regionalização, vale mais prevenir do que remediar.



■ João Amaral

A organização que os partidários do não às regiões lançaram conta com a enorme confusão de argumentos que alimentou e estabeleceu na opinião pública. Conta com as hesitações que aparecem em torno do problema. Conta com o peso de algumas figuras de proa que congrega. E conta com a exclusiva concentração de esforços no debate sobre o aborto para ocupar cada vez mais terreno.

Depois de uma enorme massa de argumentos, parece agora que a campanha do não optou definitivamente pelo tema do

medo como tema central de referência. O papão de desagregação do País, o papão da subida dos impostos, medo de que aumente a burocracia, medo de que se multipliquem os "Alberto João Jardim".

O medo é combinado, na propaganda do não, com a imagem de que os seus partidários são muitos, são todos muito mais inteligentes do que os outros e são todos superpatriotas, os que lhes confere uma legitimidade superior para debaterem esta questão.

Para levarem a água ao seu moinho, não escolhem meios. Os partidários do não às regiões são os primeiros a subverterem o sentido do referendo, transformando-o num referendo sobre a Constituição e os artigos que nela inscrevem a regionalização. Até de um conhecidíssimo constitucionalista de Coimbra já veio uma ajuda nesse sentido, considerando que não devia ser presidente da junta regional o primeiro candidato da lista mais

Acho, por exemplo, que a introdução do referendo sobre o mapa das regiões foi um erro.

Mas, neste momento, essa é uma questão arrumada. Pode fazer parte do capital de queixa, mas é com ela que temos que viver. Os partidários da regionalização que queiram efectivamente instituir as regiões não fazem desse tema, ou doutros defeitos que o capítulo constitucional da regionalização contenha, a questão central do referendo. O que farão é apelar ao sim, explicar o que está em debate, juntar os argumentos a favor do sim e organizar a campanha. É a única forma de dar ao sim a oportunidade de vencer.

Há em todo o debate sobre este referendo, designadamente no debate sobre a sua oportunidade, um factor que tem de pesar. Esse factor relaciona-se com a pressão que é feita com as sondagens para inculcar a ideia do compasso de espera.

Entre Douro e Minho, no Alentejo, e na Estremadura e Ribatejo, os resultados teriam boas perspectivas ou seriam mesmo favoráveis ao sim. Até na Beira Litoral, apesar da forte campanha liderada por Vital Moreira e outros defensores de uma região CCR-Centro (ou mesmo defensores da CCR-Centro, *tout court* ...), o resultado seria razoável. E nos Açores e Madeira, que também respondem à pergunta genérica sobre o mapa das regiões, o sim também deverá ter boas perspectivas.

O problema estará em Lisboa e Setúbal, mais permeáveis à campanha do não. O seu peso eleitoral é muito grande, quase um terço do total do eleitorado.

Este panorama levanta uma pista de argumentação e mostra uma direcção de trabalho.

A pista de argumentação tem a ver com o quadro geral da campanha. Os partidários



votada para o executivo ou para a Assembleia (conforme haja ou não eleição directa da Junta).

Eu também acho que a Constituição tem vários disparates. Acho que na Constituição há coisas que não deviam estar, como acho que há muita coisa que foi de lá tirada e não o devia ter sido.

Essas sondagens têm sido feitas quando no terreno está a campanha pelo não, mas não está a campanha pelo sim. Têm sido feitas com perguntas manipuladoras e pouco claras, que desvirtuam o sentido do problema. Mas, quem encomenda e está interessado nessas sondagens, tal como têm sido apresentadas?

Há um aspecto dessas sondagens que merece reflexão. É que todas elas foram feitas quando já é conhecido o mapa das oito regiões tal como consta da lei aprovada. Mas nenhuma delas fez o exercício simples de apurar os resultados obtidos reportando-os ao conjunto e a cada uma das oito regiões.

Este facto merece um sublinhado, pela simples razão de que ninguém duvida que os resultados das sondagens seriam substancialmente diferentes, consoante as regiões.

Por exemplo: certamente que no Algarve, em Trás-os-Montes, na Beira Interior, em

os do não às regiões não podem fazer um balanço global do processo e esquecerem as suas componentes regionais. Se, por responsabilidade dos medos e fantasmas que levantaram, o não de Lisboa e Setúbal se sobrepusesse ao sim das outras regiões, uma maioria do não seria a pior "vitória" possível. Muita gente lhes pediria contas!

Esta questão mostra a enormíssima debilidade em que se encontram os partidários do não e mostra também uma direcção de trabalho. Para a campanha do sim, a acção de esclarecimento só ganha em ser feita região a região, com a sua lógica própria, com os seus movimentos específicos.

Contraopondo-se ao centralismo da organização do não, o que é preciso é que apareçam os movimentos do sim a cada uma das regiões, a mostrarem que a regionalização se faz a partir da base e o não à regionalização se faz a partir do topo.

Quanto aos conteúdos de argumentação, há muito que são conhecidos e estão expostos. Mas, uma coisa tem que se pedir aos partidários das regiões. Por favor, não digam que com elas ficará tudo resolvido, nem que ela é a super-reforma, nem que sem ela é o caos. Não dramatizem, por favor.

Deixem isso para os partidários do não!

E, mais um favor: expliquem aos unicitários que Portugal não é tão unicitário como o imaginam, e que há mesmo enormes diferenças, de desenvolvimento económico e social e de perspectivas futuras. Não falem das regiões fechados em casa, senhores anti-regionalistas. Por favor, visitem o País. Têm um Portugal por descobrir!







■ Domingos Lopes

## Ser mais comunista

**P**arece que voltamos a ser notícia, a propósito de uma reunião do órgão máximo do PCP. Há curiosidade acerca do PCP, do que é e sobretudo do que vai ser.

Ao contrário do que alguns têm afirmado quanto à falta de futuro do PCP, se se mantiver comunista (entrevista de Mário Soares ao DN), entendemos, nós, comunistas, sujeitos do PCP, que o futuro passa pelos comunistas serem mais comunistas e não por deixarem de ser comunistas. Entendamo-nos: ser mais comunista significa neste contexto fazer um esforço para que a nossa prática esteja mais perto do nosso ideal. É nesse sentido que o PCP deverá ser mais comunista.

Para enfrentar os detractores da política do PCP e defender que o projecto de sociedade do PCP se funda, tal como está defendido no Programa aprovado no X Congresso, no respeito pela soberania popular expressa em eleições livres e democráticas.

Para intervir mais lucidamente na luta pelo ideal socialista onde os homens e mulheres serão cidadãos livres, iguais, sem padecerem da exploração que marca o actual sistema capitalista.

Para se demarcar dos que em nome do ideal socialista e comunista, onde quer que seja, levam a cabo práticas políticas totalmente contrárias àqueles ideais, tendo consciência que, apesar da grandeza dos ideais da Revolução de Outubro, nem sempre os comunistas no poder agiram de acordo com esses ideais, tendo muitas vezes pisado aos pés esses ideais conspurcando-os e criando acrescidas dificuldades àqueles que por eles lutam.

Para compreender melhor o tempo presente e agir no sentido da transformação social política que vá ao encontro de uma democracia participativa nas vertentes política, económica, social e cultural.

Para congregar, unir e mobilizar trabalhadores, cidadãos, homens, mulheres, jovens para conjuntamente pôr de pé uma nova política que ponha termo ao situacionismo de rotatividade de poder entre PS e PSD.

Para melhor convencer os portugueses que é necessário, desejável, possível e benéfico para Portugal que os comunistas reforcem as suas posições políticas, tanto a nível social como a nível eleitoral.

Para denunciar mais firmemente que uma democracia que menospreze a vontade de centenas e centenas de milhares de portugueses é uma democracia limitada. E que os projectos adiados do PS e PSD visam retirar representatividade à democracia portuguesa.

Para estar permanentemente mobilizado e disponível para encontrar meios e formas de organização que lhe permitam reforçar a sua influência social, política e eleitoral.

Para valorizar ainda mais o enorme esforço e entrega que é hoje militar contra a corrente do situacionismo num partido que

proclama corajosamente que é possível mudar de política e encontrar uma alternativa de esquerda.

Para reforçar o Partido de homens e mulheres livres cuja acção política só pode ser eficaz se assentar em bases e pressupostos profundamente democráticos em que aos mais diversos níveis os militantes participam e vêm a sua participação e opinião transformar-se em orientação política tendo em conta as regras democráticas do Partido.

**Por tudo isto, ser mais comunista** implica uma acrescida responsabilidade cívica e política. Os comunistas e outros homens de esquerda exigem ao PCP um combate sem tréguas ao poder do dinheiro, à exclusão social, à limitação das liberdades democráticas, à luta contra o desemprego e a precariedade, à deterioração do meio ambiente, à proliferação da droga, ao culto do obscurantismo e do individualismo.

É evidente que o governo da moeda única, dos cortes nas despesas sociais, das privatizações, da falta de clareza quanto à despenalização do aborto e da criação das regiões, dos pactos com o PSD e o PP, não é um governo de esquerda, nem governa à esquerda, antes realiza uma política que conta com elogios do grande capital e dos grandes grupos económicos. Governar à esquerda não é receber os elogios das organizações patronais e a crítica e o combate das organizações sindicais.

É por isso que é necessário ser mais comunista para melhor lutar por uma alternativa, seguro que nada é eterno e é possível alcançar o objectivo por que se luta.

É ainda, por isso, que qualquer mudança no PCP deverá para ser mais comunista, para estar mais próximo do ideal comunista. Que ninguém se iluda sobre o futuro do PCP. Um PCP que não fosse comunista seria uma perda para o regime democrático, seria uma enorme perda para potenciar a capacidade dos portugueses de criarem uma sociedade mais justa e melhor e uma democracia mais avançada onde os cidadãos contam a todos os níveis e não apenas no dia de votar.

Nada é eterno a não ser própria eternidade. Tudo é relativo. Eterna é a fome de justiça e liberdade dos homens. É esse sentimento vindo do tempo passado e se projecta para o tempo futuro que os comunistas encarnam. Por isso, vale a pena ser comunista. Mais comunista. Mais próximo desse ideal humano. O Manifesto de Marx tem 150 anos. Ao lê-lo, sentimos o pulsar das sociedades passadas e o caminho do futuro. Eterna é essa fome e sede dos homens de justiça e liberdade. E só o socialismo, no tempo presente, responde a essa vontade. E por ele lutam os comunistas. E vale a pena sê-lo por muito que os contornos do situacionismo queiram "liquidar" o PCP e o seu futuro. Um Partido Comunista mais forte faz falta aos trabalhadores, ao povo português, à democracia, a Portugal.

## Indonésia

# A grande incógnita

**A** hora do fecho desta edição desconheciam-se ainda o resultado da jornada nacional de manifestações agendada para ontem na Indonésia. Numa altura em que os acontecimentos se precipitam e a todo o momento surgem novas incógnitas na complexa equação indonésia, a única certeza que parece adquirida é que o reinado de Suharto está a chegar ao fim, 32 anos depois de ter mergulhado o país numa feroz repressão e na mais brutal exploração.

De acordo com as informações disponíveis, as dissidências no campo de Suharto não param de aumentar. Na hora da derrocada, os fiéis do regime mudam rapidamente de campo, procurando no compromisso a solução que permita a sua sobrevivência política e económica.

Tendo em conta as características do regime, tudo vai depender da posição dos militares. Que posição será essa, é uma incógnita a que ninguém parece capaz de responder. Aparentemente, tudo gira em torno do poderoso general Wirianto, ministro da Defesa e chefe das Forças Armadas, que segunda-feira veio a público afirmar ser ilegal o apelo do Parlamento à demissão de Suharto, e garantir que os militares estudam com o Presidente uma solução para a crise.

O que significa isso, de facto? Que Wirianto se prepara para ser ele próprio a alternativa a Suharto? Que as Forças Armadas - que não impediram a anarquia dos últimos dias e chegam mesmo a confraternizar com os manifestantes - vão agora tomar conta da situação? Ou que estão dispostas a cautionar uma mudança de cosmética? Ou ainda que as divisões entre as altas patentes militares - em particular entre Wirianto

e o general Prabowo Subianto, genro de Suharto, que chefia o Comando de Reserva Estratégica do Exército, com 27 mil homens - são tão profundas que todas as partes procuram ganhar tempo para garantir as suas posições e a sua quota-parte do poder?

Todas as alternativas parecem em aberto num país onde a oposição civil mal começou a dar os primeiros passos para se organizar. Segundo um analista financeiro citado pelo 'El País', «face à ausência de uma oposição política claramente organizada, os mercados tendem a pensar que a salvação vai vir do Exército».

Os chefes militares «não podem tolerar a ideia de disparar contra o povo», pelo que, conclui o analista, «uma parte do Exército deseja que Suharto chegue à conclusão de que o melhor seria retirar-se com honra, o que equivaleria a uma espécie de golpe de Estado encoberto».

## Alguns dados

**História:** Ocupado por Portugal de 1511 a 1570, o país cai em seguida sob o domínio holandês. Durante um ano (de 1810 a 1811) foi colónia francesa, passando depois para as mãos dos ingleses. Em 1824, o tratado de Londres divide o mundo malaio entre a Inglaterra (Malásia) e a Holanda (Indonésia). Após o fim da ocupação japonesa em 1945, e de uma tentativa sangrenta de reconquista holandesa, a República da Indonésia é formalmente criada em 1950.

**Capital:** Jacarta.

**Superfície:** 1.913.000 Km<sup>2</sup>. O país é formado por mais de 13.000 ilhas, das quais três mil habitadas, sendo a densidade populacional de 105 habitantes por quilómetro quadrado.

**População:** 202 milhões de habitantes.

**Moeda:** rupia.

**Principal religião:** islâmica.

**Chefe de Estado:** General Suharto desde Março de 1968, que efectivamente controla o poder desde o golpe de Estado que derrubou o Presidente Sukarno. Nos três anos que se seguiram ao golpe de Estado, foram massacrados cerca de 500.000 comunistas e outros democratas.

**Línguas:** indonésio, malaio, javanês, para além de mais de 200 dialectos regionais.

**Mortalidade infantil:** 58 por mil.

**Esperança de vida:** 62,7 anos.

**Analfabetismo:** 16,7 por cento.

**Ocupação:** Mais de metade da população activa (46 por cento) trabalha na agricultura.

**PIB:** O Produto Interno Bruto por habitante era em 1995 de 3.800 dólares, o que situava o país em 87º lugar mundial, num conjunto de 175 países. Em termos de desenvolvimento, a Indonésia ocupa o 99º lugar mundial num total de 175 países.



## À espera de Washington

A questão que se coloca - e a que a jornada de luta de ontem pode ajudar a dar resposta - é se, depois de ter vivido a semana mais sangrenta dos últimos trinta anos, a população indonésia está disposta a aceitar uma mudança de cenário que deixe tudo, ou quase tudo, na mesma.

Ao apostar na mobilização de um milhão de indonésios em Jacarta, e mais meio milhão noutras cidades, a novíssima oposição liderada por Amien Rais, ex-aliado de Suharto e dirigente de uma organização muçulmana que diz contar com 28 milhões de seguidores, não escondeu o temor de que a jornada de ontem pudesse acabar num banho de sangue. «Suharto será responsável pelas novas mortes que venham a registar-se daqui em diante», disse Rais. Curiosa afirmação. Quem são então os responsáveis pelas mortes que ocorreram até agora?

Amien Rais, Megawati Sukarnoputri, e as dezenas de intelectuais e antigos colaboradores do regime que dão corpo ao cha-

mado Conselho Popular, a nova organização política emergente na Indonésia, estão longe de formar um bloco homogéneo com propostas comuns para o futuro do país.

Aproveitando a dinâmica criada pelas manifestações estudantis e o movimento de revolta popular provocado pela crise económica, os opositores de Suharto têm apenas uma exigência em comum com os milhões de indonésios que nos últimos dias saíram à rua: a demissão de Suharto. Quanto ao futuro, é difícil encontrar pontos de afinidade.

Em declarações públicas, o dirigente muçulmano já afirmou que, caso venha a sentar-se na cadeira do poder, não deixará de recorrer à 'ajuda' do FMI. «Sem dúvida que o FMI é a única alternativa», diz, enquanto acena aos EUA, cujo apoio moral considera indispensável para a «concretização dos esforços de democratização». Amien Rais espera um sinal de Washington, mas a Casa Branca mantém-se silenciosa. Num jogo tão baralhado como este, os EUA preferem esperar para ver. Afinal, a Indonésia de Suharto sempre foi um fiel aliado.

# A crise anunciada

A violência registada na Indonésia contra a população de origem chinesa, que controla três quartas partes da riqueza do país, não é nenhum fenómeno novo. Entre 1965 e 1966, após o derrube de Sukarno, a comunidade viveu um ano de terror. Então, os saqueadores não hesitaram em matar os comerciantes. Agora, 'limitaram-se' a roubá-los e a destruir os seus bens.

As razões para uma tal sanha antichinesa radicam na crescente consciência das profundas injustiças económico-sociais existentes na Indonésia, um país onde 80 por cento das 163 companhias cotizadas na Bolsa pertencem a empresários de origem chinesa.

É neste contexto, de resto, que se pode compreender o verdadeiro caos em que mergulhou a Indonésia. Os primeiros sinais de que o país podia explodir a qualquer momento surgiram em 1997, quando os mercados asiáticos entraram em crise e a rupia se desvalorizou, num curto espaço de tempo, cerca de 60 por cento.

Incapaz de controlar a situação, Suharto é forçado a aceitar, em 15 de Janeiro, as duras exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o saneamento da economia.

O FMI, recorda-se, impôs medidas drásticas de liberalização económica, o encerramento de empresas consideradas inviáveis, a suspensão de uma série de projectos governamentais e a supressão de subsídios. O resultado foi o despedimento de milhões de trabalhadores e uma subida brutal do custo de vida.

A crise acentou-se em 1998 e a fome das multidões despojadadas do mínimo para a sobrevivência passou a falar mais alto.

## Os dias da revolta

Os primeiros confrontos de vulto ocorrem a 2 de Fevereiro, quando na sequência dos aumentos de bens essenciais se registam graves distúrbios em Java e nas ilhas Celebes. A polícia reprime os manifestantes, provocando vários mortos em Lombok. Segue-se uma aparente acalmia, durante a qual Suharto é 'releito' por aclamação na Assembleia do Povo, dominada pelo partido oficial Golkar.

A situação precipita-se em Maio, após Suharto afirmar que não haverá reformas políticas até ao final do seu novo mandato, em 2003.

No dia 4, enquanto se realizam manifestações de protesto em várias cidades do país, os estudantes ocupam o campus universitário. Dois dias depois, em confrontos com a polícia, duas pessoas são assassinadas em Medan, na Sumatra. A 12 de Maio, violentos confrontos entre forças policiais e estudantes resultam na morte de seis universitários. A população sai à rua em protesto contra a repressão e os distúrbios generalizam-se em Jacarta.

Cada vez mais incontrolável, a situação interna obriga ao regresso antecipado de Suharto do Cairo, onde se encontrava em visita oficial. Numa tentativa de conter os protestos, o Presidente anuncia uma baixa dos preços de bens essenciais. É já demasiado tarde. A população em fúria exige agora a sua demissão, os assaltos a estabelecimentos sucedem-se, os bancos distribuem dinheiro na tentativa de evitar os saques, a moeda entra em queda livre. Em apenas uma semana, a rupia desvaloriza-se 20 por cento e a sua cotação acaba por ser suspensa.

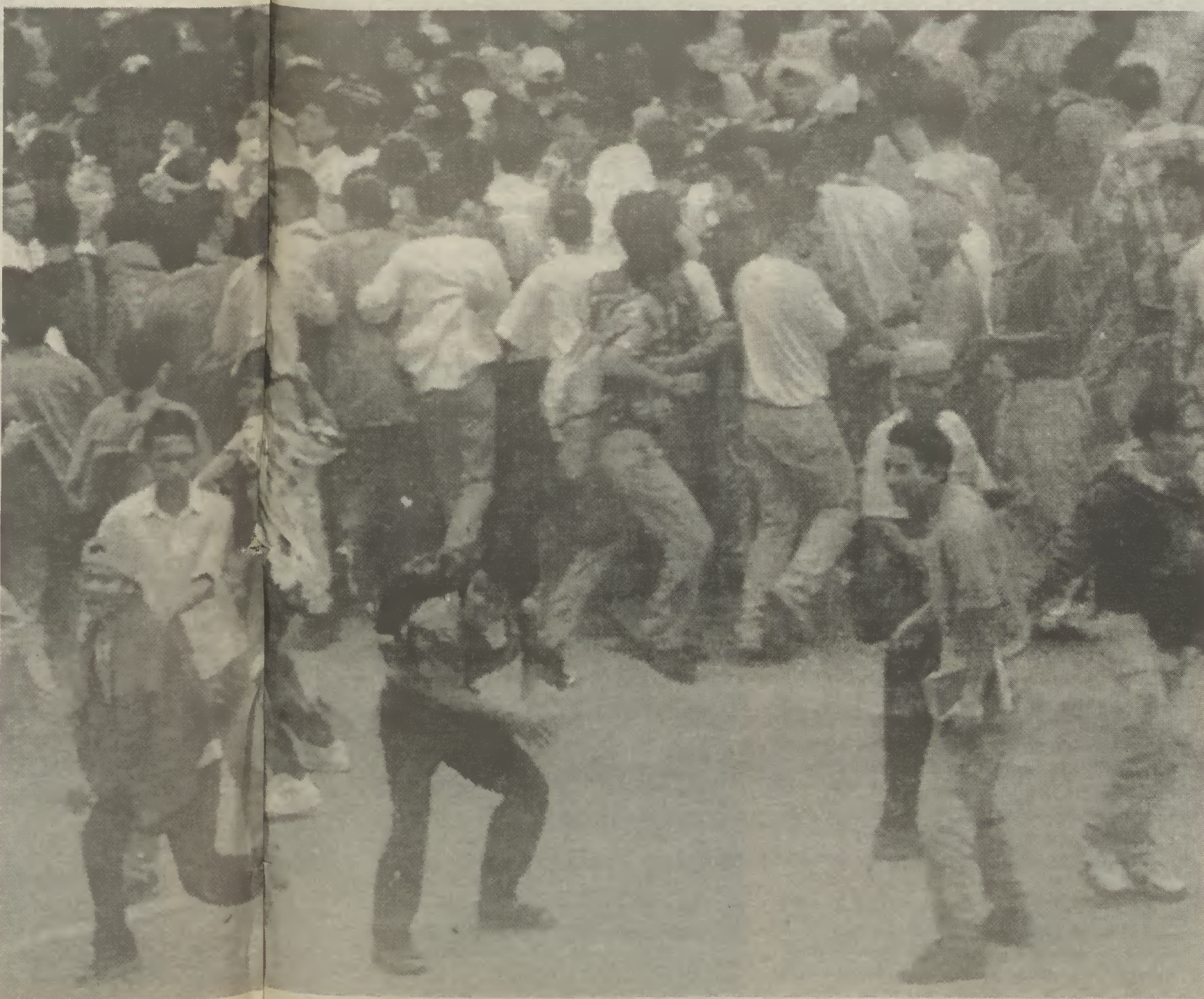
A 16 de Maio, num assalto a um centro comercial, centenas de pessoas morrem vítimas do próprio fogo que haviam ateadado. Suharto destitui o Governo, enquanto vai anunciando que não se demitirá a não ser que o 'povo assim o decida', segundo as normas constitucionais, o que significa deixar a decisão nas mãos da Assembleia onde desde sempre se sentam os seus familiares e apoiantes (85 por cento dos seus membros são nomeados pelo próprio ditador). As Forças Armadas anunciam que pelo menos quinhentas pessoas morreram nos tumultos dos últimos dias.

Os estrangeiros fogem do país.

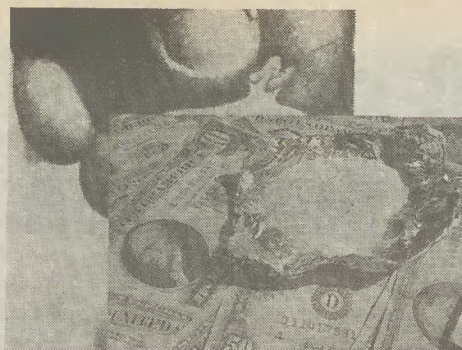
A incipiente oposição começa a organizar-se: Amien Rais, líder muçulmano, alia-se com Megawati Sukarnoputri e forma o Conselho Popular, movimento político que exige a demissão de Suharto. Ambos, juntamente com os estudantes e diversos sectores sociais, a que se juntam elementos do Golkar e inúmeros generais na reforma, marcam para 19 de Maio uma marcha contra Suharto.

Entretanto, no dia 18, estudantes de 56 universidades do país concentraram-se junto ao Parlamento para exigir que a assembleia debata o futuro do país. Os militares não só não intervêm como permitem que uma delegação estudantil entre nas instalações do Parlamento, onde apresentam as suas reivindicações. No mesmo dia, o Presidente da Assembleia Nacional, Harmoko, pede a Suharto que se demita, no que é secundado terça-feira pelo próprio Parlamento.

É o fim do reinado de Suharto. Resta saber quem é o senhor que se segue.







Aproveitando a sua participação no Fórum promovido pelo PCP sobre droga e branqueamento de capitais, o «Avante!» falou com Francesco Forgione, da Direcção Nacional do Partido Refundação Comunista, deputado da Assembleia Regional siciliana e membro da comissão parlamentar antimafia, e François Auguste, do Conselho Nacional do PCF e responsável da luta contra a droga. Quis saber, designadamente, a sua opinião sobre esta iniciativa dos comunistas portugueses.

Como membro da comissão antimafia da Sicília, pode dizer-nos qual a dimensão e como se caracteriza hoje a mafia em Itália?

Como uma grande organização criminal, empresarial e financeira. Que sofreu grandes golpes por parte do Estado no plano militar mas que continua a manter uma grande força económica e financeira e uma grande capacidade de condicionamento da política e das instituições. Isto, para além do controlo do território em quatro grandes regiões da Itália - Sicília, Nápoles, Calabria e Puglia -, respectivamente, por quatro grandes organizações - Cosa Nostra, Camorra, 'Ndrangheta e Sacra Corona Unita.

Há, portanto, uma ligação profunda às instituições e ao Estado?

Em Itália a relação entre a política e a mafia foi sempre uma relação muito forte. Basta lembrar que estiveram envolvidos em processos por associação mafiosa um ex-chefe de Estado de estatura mundial, como Andreotti, e quatro ministros do Governo italiano. O número três dos serviços secretos italianos, Bruno Contrada, foi condenado, no ano passado, a dez anos de prisão por ter favorecido a mafia.

Foi essa grande penetração no aparelho do Estado, na burocracia, na economia, na finança que permitiu à mafia ter, nos últimos cinquenta anos, tamanho poder económico. É uma verdade que começa agora a emergir no plano judiciário e no plano político. Ou seja, para além de saber se Giulio Andreotti pode ou não ser condenado é também importante saber que Giulio Andreotti e a democracia cristã têm sido o suporte da mafia, nos últimos vinte anos, na Sicília.

Mas a mafia conta também com o medo das pessoas?

Como diz a lei italiana, a mafia «vale-se do poder intimidatório da violência para conseguir o máximo lucro». Esta é a definição sobre associações mafiosas que consta do código penal. Serve-se da violência e da pobreza das pessoas. Onde a crise económica e social é mais forte é também mais forte a sua capacidade de intervir sobre os processos económicos, de dar trabalho, de distribuir riqueza, de fazer o que o Estado e as estruturas económicas não fazem.

Que tipo de medidas têm sido tomadas no combate à mafia?

Está em discussão o melhoramento da legislação antimafia. Há, entretanto, a lei La Torre (que tem o nome do seu primeiro signatário, deputado do Partido Comunista Italiano e secretário do PC da Sicília, assassinado pela mafia em 1982), que prevê a apreensão do capital, e uma nova lei que prevê a confiscação do capital e do património dos mafiosos. Ainda na semana passada, em Corleone, a vila de Toto Rina foi apreendida, confiscada e entregue ao município de Corleone. Agora é um centro social e uma biblioteca.

Eu creio ser este o principal objectivo, no momento: golpear a mafia no coração dos seus interesses - o capital e as finanças -, confiscar-lhe os bens e entregá-los à sociedade e controlar toda a actividade de branqueamento.

Sob este ponto de vista, o Fórum de Lisboa foi importante.

Sim, porque a partir do momento em que as organizações criminais podem movimentar os capitais via internet deixa de haver qualquer controlo sobre o tráfico de capitais. O que exige a transparência dos mercados e dos capitais, a abolição do sigilo bancário e a observação, depois, de todas as actividades de cobertura da actividade ilegal.

Em Itália, por exemplo, a facturação da mafia é avaliada em 150 mil milhões/ano. Destes, 55 mil milhões vêm do tráfico da droga. Ou seja, a mafia é, praticamente, a segunda empresa italiana, depois da Fiat de Agnelli, pela capacidade de acumulação da riqueza do capital.

Tornou-se, então, mais fácil o branqueamento?

Dentro da economia legal encontramos, neste momento, um terreno propício ao branqueamento, devido ao processo de privatizações e a um liberalismo cada vez mais selvagem que pressupõe o desapareci-

mentos estão a tornar-se factor não só compatível mas orgânico.

O que tem a esquerda a dizer sobre os lucros fáceis? Como se beneficia socialmente o terreno onde a mafia, através da protecção, da usura ou do controlo do mercado do trabalho, encontra alimento e força?

Pode dizer-se que o PCP, com o seu Fórum, já contribuiu para essa reflexão?

Claro. E penso que é significativo que se tenha realizado em Lisboa, onde aparentemente não existe um problema de mafia e de criminalidade. Mas, se aprofundarmos a análise, descobrimos que Portugal hoje, pela colocação geográfica, pelo acesso do Atlântico à Europa, pode ser um dos pólos fundamentais

não só do narcotráfico mas também do branqueamento de capitais. É igualmente importante que a iniciativa parta do PCP porque eu creio que neste momento só a esquerda pode obrigar ao controlo da actividade criminal.

## Droga e branqueamento de capitais

# «Paraísos fiscais» no coração da Europa

### Entrevista com Francesco Forgione

mento das formas de controlo de regulação do mercado, ao mesmo tempo que invade a economia legal com capitais ilegais e favorece o relançamento da mafia.

Eu julgo que vamos entrar numa fase em que teremos actividades lícitas geridas e alimentadas por capitais ilícitos.

Para isso também contribui o euro?

Sim, porque o euro favorece a circulação de capitais mas não questiona nem controla a natureza e a qualidade desses capitais. Se a Europa dos bancos e dos mercados não conseguir chegar a um direito internacional mínimo - ao menos numa base europeia - para combater o branqueamento, arrisca-se a colocar dentro de si os «paraísos fiscais» do Sul-América, do Centro-América, das Caraíbas.

Também aqui as forças de esquerda devem recuperar uma autonomia de análise e de crítica dos processos de modernização capitalista, com os quais as organizações criminais e os capitais crimi-



nao só do narcotráfico mas também do branqueamento de capitais. É igualmente importante que a iniciativa parta do PCP porque eu creio que neste momento só a esquerda pode obrigar ao controlo da actividade criminal.

# É preciso avançar na prevenção

Qual é a posição do PCF quanto à questão de despenalização da droga?

Um certo número de pessoas deseja o levantamento desta proibição, quer a despenalização ou mesmo a legalização do uso da droga. Não é o ponto de vista do PCF - pensamos que é necessário manter o interdito social e, simultaneamente levamos em conta evoluções importantes que se deram sobre este assunto, nomeadamente na política de cuidados após a lei de 1970. A legislação francesa sobre este problema data de 1970, portanto desde há quase trinta anos. Houve evoluções importantes depois dessa altura.

A solução para os consumidores da droga não pode ser a prisão - por vezes é o contrário que se dá, entra-se na prisão como pequeno consumidor e sai-se como grande traficante. É necessário portanto encontrar soluções alternativas, soluções terapêuticas ou mesmo sanções judiciais, mas pensamos que é preciso distinguir

entre consumidores de droga - muitas vezes jovens que se encontram já com dificuldades, com trabalho precário ou no desemprego, jovens que sofrem e merecem um tratamento humano e solidário -, é preciso distingui-los dos grandes traficantes e dos autores de branqueamento do dinheiro da droga, para os quais, evidentemente, é necessário manter a repressão. É necessário, como se viu neste fórum, encarar reformas ainda mais audaciosas que permitam perseguir e punir com maior severidade os autores do branqueamento e os grandes traficantes. É esta a posição do PCF sobre esta questão precisa - manter ou não a proibição da droga.

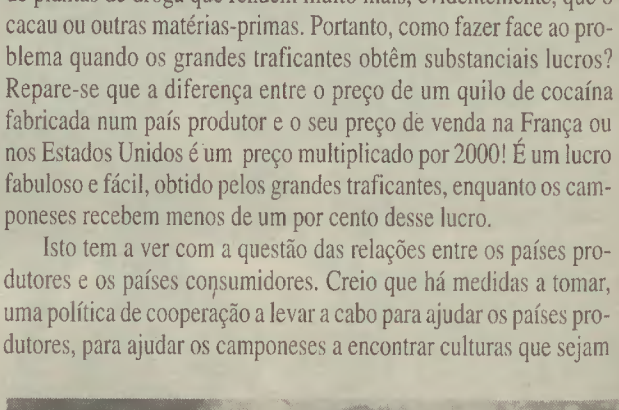
Falou-se de prevenção. Mas, concretamente, que medidas se encaram?

Somos favoráveis a que sejam atribuídos meios mais importantes no Orçamento do Estado a favor da prevenção primária e de todas as medidas de prevenção, em particular na escola - pensamos que se trata de um lugar importante na prevenção - mas também nos bairros e colectividades. A prevenção é a nosso ver insuficiente e portanto é necessário tomar outras medidas e atribuir outros meios. Trata-se de um debate que abrange a política social. Não é fácil obter meios orçamentais suplementares, dado que temos um orçamento espartilhado pelos critérios de Maastricht. Pensamos que é nesse sentido que é preciso caminhar - desbloquear meios suplementares a favor da prevenção.

O camarada focou um aspecto que geralmente não é abordado e me parece importante e que é: como agir em relação aos países produtores para conseguir a redução da produção de droga?

Trata-se de facto de uma questão decisiva e essencial. Há um aumento considerável da produção de drogas no mundo inteiro. Há praticamente uma explosão do fenómeno. E há responsáveis, há causas - a queda das matérias-primas nos anos 80, a crise da dívida. Os países capitalistas têm responsabilidades essenciais na situação, pois que, para fazer face aos graves problemas que decorrem desta política, os camponeses produtores viram-se para a produção de plantas de droga que rendem muito mais, evidentemente, que o cacau ou outras matérias-primas. Portanto, como faz face ao problema quando os grandes traficantes obtêm substanciais lucros? Repare-se que a diferença entre o preço de um quilo de cocaína fabricada num país produtor e o seu preço de venda na França ou nos Estados Unidos é um preço multiplicado por 2000! É um lucro fabuloso e fácil, obtido pelos grandes traficantes, enquanto os camponeses recebem menos de um por cento desse lucro.

Isto tem a ver com a questão das relações entre os países produtores e os países consumidores. Creio que há medidas a tomar, uma política de cooperação a levar a cabo para ajudar os países produtores, para ajudar os camponeses a encontrar culturas que sejam



Texto: Margarida Folque  
Fotos: Jorge Caria e Sérgio Moraes

Também nós, comunistas, pensamos ter em Itália, no Outono, uma iniciativa a nível europeu sobre o tema.

A Refundação Comunista defende a despenalização da droga?

Foi aprovada ontem na Comissão de Justiça do Parlamento, por proposta da Refundação Comunista, a despenalização do acto de consumo, sobretudo no que respeita às drogas ligeiras. Ou seja, que a repressão, em vez de se exercer sobre os pequenos consumidores se exerça sobre os traficantes. Isto, tendo em conta que, em Itália, 55% dos encarcerados, estão-no por delitos ligados à droga e que 30% dos toxicodependentes das prisões estão infectados com o vírus da Sida.

Trata-se, pois, de um problema de intervenção social. Sobre tudo na área de maior sofrimento juvenil, de maior sofrimento social, nos bairros degradados, periféricos, onde a solidão profunda conduz ao consumo da droga e à marginalidade.

Vamos agora ver como vai agir o Parlamento.

Quando se fala em branqueamento, liga-se geralmente à droga. Mas existem outras actividades...

De facto, a segunda principal actividade da mafia italiana é o tráfico das armas que provém, sobretudo, do potencial bélico e militar do ex-Pacto de Varsóvia. Aliás, uma parte do exército do ex-Pacto de Varsóvia está à cabeça das grandes organizações criminais russas e dos países de leste. Trata-se de um tráfico que diz res-

peito ao potencial militar bélico mas também ao potencial militar nuclear, para os países da África, do Sul-América onde há conflitos regionais. Em Itália, foram encontrados em poder de mafiosos mísseis nucleares terra-ar do ex-Pacto de Varsóvia, pacotes de urânio e de componentes nucleares.

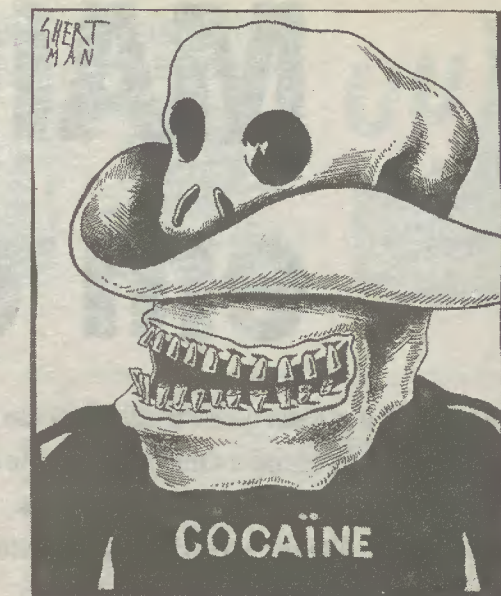
Neste momento, os países de leste são uma verdadeira zona franca para todas as actividades económicas e criminais ilegais. Até pelos processos de liberalismo selvagem que aí existem.

Que sucessos se têm verificado na luta antimafia?

No centro-sul, o nosso partido tem um slogan que se pode sintetizar assim: «Luta social e luta contra a mafia». Porque a luta contra a mafia é a outra face da grande questão social no sul de Itália, onde se concentra 20 a 30 por cento do desemprego.

É a própria degradação social, o desemprego, a desagregação da sociedade civil organizada que permite à mafia radicar o seu poder. Um poder que, em certo sentido, e dada a falta de perspectivas, arrisca-se a ser «a última possibilidade» que se oferece às pessoas desesperadas de ter um trabalho na sociedade, alguma capacidade económica, algum futuro.

É por isso que, no centro-sul, fazemos da luta contra a mafia e da luta social um ponto de identidade política do Partido. Sabendo que é difícil, porque até na esquerda, na esquerda moderada, a aceitação acrílica do mercado e da dinâmica do mercado faz baixar o nível de análise do combate à mafia. Assim, apoiamos,



por um lado, a magistratura - que nos últimos anos teve a capacidade de pôr a nu a ligação entre a mafia política, entre a mafia e as instituições -, e pedimos que se vá sempre mais alto ao nível do poder do Estado. Mas, por outro lado, consideramos que sem uma nova etapa da luta social e sem um novo modelo de desenvolvimento - dentro do qual a mafia não tenha qualquer papel, capacidade ou força económica -, não haverá sucesso contra o poder criminal.

Caso contrário, o risco é que se regenere, nesta fase de liberalismo selvagem, aquela a que nós chamamos a «burguesia mafiosa», isto é, profissionais, categorias económicas e sectores da burocracia que têm vivido, enriquecido e tido um avanço social com a mafia, não estando em condições nem com vontade política de romper todas as ligações com ela e com este modelo de desenvolvimento.

### Entrevista com François Auguste

alternativas à produção de droga. Isso exige medidas muito específicas e directas, de modo a que sejam desbloqueados meios para ajudar esses agricultores a reduzir a produção de droga. São medidas difíceis de tomar no plano internacional, já que a relação de forças é o que é, mas creio que não se pode renunciar a levar a cabo acções nos planos europeu e internacional - a Europa, o Parlamento Europeu podem contribuir para o estabelecimento de novas relações entre os países produtores e os países consumidores.

No fundo, estão detectadas as grandes bases de branqueamento de capitais - os chamados paraísos fiscais e o sigilo bancário... No caso do sigilo bancário, a verdade é que nenhum país avança com medidas, porque serão impopulares. Como reagiria, por exemplo, a opinião pública em França?

Trata-se efectivamente de uma questão muito importante para lutar contra o branqueamento do dinheiro da droga. Um certo número de medidas foram tomadas no plano internacional desde os anos

80, foram concluídos acordos e convenções no Conselho da Europa, nas Nações Unidas, que vão no sentido da abertura do sigilo bancário. O Conselho da Europa, em 1980, obrigou, por exemplo, à declaração de identidade quando da abertura de uma conta - o que antes não era o caso. Foi um progresso. Recomendações do GAFI - Grupo de Acção Financeira Internacional -, que datam de 1989, vão no sentido da declaração de suspeita por parte dos bancos. E houve um certo número de declarações que foram feitas, cerca de 1500 em França, neste período. São medidas relativamente recentes. Em nossa opinião, a questão é aplicar as recomendações feitas - porque são insuficientemente aplicadas ou de modo muito desigual, há países que escapam a estas recomendações e alguns nem sequer as reproduziram nas suas legislações. Pensamos mesmo que estas não são suficientes - propomos reformas mais audaciosas e importantes para se obter um levantamento mais franco do sigilo bancário, de modo a que novos direitos sejam instituídos para os empregados dos bancos e das empresas que permitiram ajudar e alertar acerca de movimentos fraudulentos de capitais relacionados com o branqueamento da droga.

Há ainda o problema da prova, que levantei no fórum - e não estive sozinho, ouvi magistrados levantarem o mesmo problema, pois que hoje em dia é à justiça que compete o ónus da prova de que há branqueamento de capitais, o que torna tudo mais complicado. Há portanto aí uma reforma a fazer - a nível europeu e internacional de modo a que seja aplicada em toda a parte -, de maneira a que sejam os traficantes e os branqueadores a provar a sua honestidade. Seria muito mais difícil para eles, e muito mais fácil persegui-los. Creio que se começaram a tomar algumas medidas porque as potências capitalistas começam a inquietar-se com a desestabilização que tudo isto pode trazer aos seus próprios circuitos e mercados financeiros. Mas essas potências não querem, por outro lado, erradicar o fenómeno com eficácia porque, se se atacassem realmente o problema do dinheiro sujo, facilmente se concluiria que não há apenas o dinheiro da droga, há aquele das negociatas, há a evasão fiscal, chega-se ao coração do sistema financeiro internacional e do sistema capitalista... Não, pelo contrário, pensamos que é necessário dominar o mercado financeiro para que o dinheiro não leve à acumulação financeira, mas para que sirva ao desenvolvimento humano.

Mas o branqueamento de capitais, hoje, não diz respeito só à droga, nem fundamentalmente à droga. Há o tráfico de armas, a prostituição, o jogo...



Aí também se regista alguma evolução. Na definição do delito e do crime de branqueamento, a evolução vai no sentido de uma definição que não diga respeito exclusivamente à droga, mas que seja mais alargada e que abranja o que acabou de dizer. Aqui também há progressos a fazer. É necessário, por exemplo, conseguir definir o crime de associação mafiosa, de criminalidade organizada.

Se é verdade que se diz que este tráfico ameaça o equilíbrio dos mercados financeiros, há outras medidas, nomeadamente na União Europeia, que vêm facilitar o branqueamento. Por exemplo, a instituição do euro é uma medida que o facilita.

Sim, aliás, disse-o na minha intervenção - pode de facto ser a mais formidável operação de branqueamento de dinheiro sujo que jamais existiu pois, em dois anos, 1500 biliões de francos podem ser branqueados pela compra massiva de euros. Mas pode ser, simultaneamente, a ocasião de desmascarar e descobrir os autores de branqueamento. Para tal, seria necessário haver vontade política e tomar medidas no sentido do que já dissemos - o levantamento real do sigilo bancário, o controlo mais estrito das sociedades off-shore, dos paraísos fiscais - todas as medidas no sentido de lutar eficazmente contra o branqueamento do dinheiro da droga. Se tais medidas fossem tomadas - e é preciso actuar para que tal seja feito - poder-se-ia desferir um golpe severo no branqueamento de dinheiro.

Uma última pergunta: acha que o fórum realizado ajudou de alguma forma ao combate ao branqueamento de capitais ligados à droga?

Penso que se tratou de uma excelente iniciativa que o Partido Comunista Português tomou. Porque esta é uma questão um pouco tabu, o que acontece também em França, onde se fala pouco do problema. A iniciativa de Lisboa certamente contribuiu para instalar um debate - e também à escala europeia - e para sensibilizar a opinião pública. Congratulo-me por esta iniciativa e faço votos e espero que ela tenha prolongamentos não apenas em cada um dos países respectivos mas na realização de outras iniciativas à escala europeia, entre as forças progressistas, para juntar cada vez mais forças e contribuir para que soluções e acções positivas sejam desenvolvidas e levadas por diante.



# MAIO de 68 em debate

**M**aio de 68 - um tema quase inesgotável nas suas múltiplas referências e dimensões - desde os extraordinários acontecimentos de Maio e de Junho de 1968, em França, ao vivíssimo contexto internacional em que ocorreram, à situação e à luta que então se travava em Portugal e às repercussões que o Maio francês teve entre nós, ao que deles perdurou até hoje.

Foi a matéria do debate promovido há dias no Espaço Cultural do Centro de Trabalho Vitória pelo Sector Intelectual de Lisboa. Moderado por José Guilherme, e contando com um painel integrado por Edgar Correia, João Arsenio Nunes, Luís Clíia, Mário de Carvalho e Sandra Monteiro, o debate prolongou-se por mais de três horas. O seu prosseguimento e aprofundamento justificará certamente outras oportunidades de discussão.

**Edgar Correia:** Nós, os comunistas portugueses, estamos numa situação particularmente privilegiada para debater os acontecimentos de Maio de 68 porque poucos anos depois vivemos os desafios e as experiências de uma revolução no nosso próprio país, naturalmente em condições muito diferentes, numa sociedade que em vários aspectos estava muito menos avançada do que a sociedade francesa. Éramos, porém, membros de um Partido que tinha um programa revolucionário, aprovado no VI Congresso, em 1965, o programa que estabelecia os objectivos e definia as tarefas a realizar na Revolução Democrática e Nacional e que a ligava à perspectiva da Revolução Socialista tal como era então a visão dos comunistas. Um programa revolucionário é de extrema importância em todas as circunstâncias. Mas quando uma sociedade entra num período revolucionário ele é absolutamente decisivo.

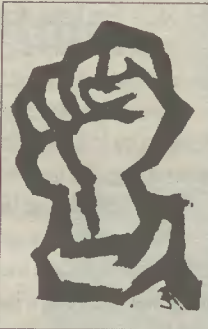
Referindo de seguida alguns aspectos que estiveram presentes a nível internacional e que de alguma forma se cruzaram entre nós com o Maio de 68, EC destacou a guerra do Vietname que era apaixonadamente seguida em Portugal, particularmente no meio estudantil, citando a propósito a primeira acção pública que se realizou em Portugal e que teve lugar na Universidade do Porto em Fevereiro de 1968, numa altura em que estava anunciada uma visita do embaixador americano, protesto esse que foi da iniciativa dos estudantes comunistas. Em relação ao ano de 68 em Portugal, destacou ainda o movimento grevista dos trabalhadores, com uma grande greve dos pescadores em Matosinhos, em Abril, lutas em Maio em muitas empresas e sectores, protestos estudantis em Lisboa e nas outras universidades e, em 3 de Agosto desse ano, um acontecimento que iria acelerar toda a vida política nacional: Salazar sofreu um acidente e menos de dois meses decorridos foi substituído por Marcelo Caetano.

O trabalho continuado realizado no período 65-68 na Universidade do Porto pelas organizações estudantis do PCP permitiram que o Partido contasse, em 1968, entre militantes e simpatizantes, com centenas de ligações, o que viria a reflectir-se numa intervenção grande quer nas movimentações estudantis e democráticas de 68 e 69 quer depois nos anos terminais do combate ao regime fascista.

Em 68, na cidade do Porto, havia uma universidade com um movimento associativo algo tardio, não muito institucionalizado, cujo conteúdo fundamental se situava no terreno do que designávamos na altura por sindicalismo estudantil, o qual foi depois crescentemente influenciado pelos problemas de natureza política e ideológica trazidos pelo Maio de 68, pelo aparecimento de uma grupuscularização quase espontânea, com expressões por vezes muito surpreendentes, de jovens que se proclamavam anarquistas, trotskistas, maoístas diversos, guevaristas, etc. Esse "processo de grupuscularização" e o seu "activismo", apesar do carácter anárquico e muitas vezes inconsequente, contribuiu para um alargamento dos temas que se debatiam na universidade entre os estudantes, os quais passaram, assim, dos temas associativos, das questões reivindicativas concretas e que aparecia também ligado às questões políticas da liberdade, dos direitos, e da guerra colonial, para uma situação muito mais ideologizada, com a multiplicação de cursos livres e de edições de textos marxistas, com debates em que a disputa se fazia em torno de textos de

Marx, Lenin, Mao Tse Tung, Trotski, etc., debates inflamadíssimos e por vezes muitíssimo pouco preparados e fundamentados porque conhecíamos mal os textos e argumentávamos deficientemente como se pode calcular.

Muitos desses grupos de natureza esquerdista foram desenvolvendo uma cres-



cente hostilidade em relação aos jovens militantes do PCP que eram um bocado bombardeados por tudo: porque o PCP "tinha traído" a luta dos trabalhadores... porque as tropas do Pacto de Varsóvia tinham invadido a Checoslováquia... porque na China... Mas apesar de tudo, porque tínhamos muita influência e havia batalhas democráticas muito importantes a travar, nós conseguimos envolver e mobilizar para elas muitos dos jovens pertencentes a esses grupos.

Na perspectiva da reflexão política sobre os acontecimentos de Maio e Junho em França, há hoje um ponto incontornável para os comunistas e que é este: a avaliação da postura e das avaliações do Partido Comunista Francês e das organizações sociais por ele influenciadas, designadamente a CGT, em todo o processo. Tem interesse acompanharmos a própria reflexão que os comunistas franceses estão a fazer nesta matéria. Há pouco mais de 15 dias, o Secretário Nacional do PCF, Robert Hue, afirmou que "o Maio de 68 deixou conquistas sociais formidáveis" e que ele próprio guardava da sua experiência pessoal boa recordação "do que tinham ganho com o aumento do salário mínimo e com os direitos sindicais", mas que hoje - e como dirigente comunista - lamentava "que enquanto PC tivéssemos tido talvez um olhar sobre 68 que estava com os olhos postos nos anos 50 e que teria sido necessário ir bastante mais longe".

Não tendo e sobretudo não pretendendo ter respostas fáceis, é legítimo que nos interroguemos: se de facto em Maio de 68 em França estivemos ou não perante uma situação revolucionária, produto daquela autêntica comuna estudantil, que marcou e marca uma época, e da sua conjugação com aquela que foi a maior greve de massas da história mundial (foram 10 milhões de trabalhadores em greve, com empresas ocupadas, durante semanas) e com o grau de organização, de consciência política e revolucionária da classe operária francesa.

Há muitas outras questões que podemos desdobrar. É o problema da dialéctica do social, incluindo o cultural, e político. Da relação das organizações com os movimentos de massas. Das mutações económicas, sociais e culturais e, no fundo, todo o problema das novas fronteiras das lutas de classes nas sociedades contemporâneas. Quer dizer, há muitas questões em que, creio, Maio ainda nos desafia e que justificam perfeitamente que as tivéssemos chamado ao nosso debate. Um partido comunista, numa perspectiva de superação do capitalismo, não se pode atrasar nem pode ser simplista no estudo das sociedades, particularmente quando essas sociedades são muito complexas, e são múltiplos os factores que intervêm (nos planos económico, social, político e cultural), porque esse atraso de análise é que leva depois a que, no plano político, surjam situações imprevistas ou que não são compreensíveis, pois enquanto o partido está a pensar noutra realidade, não está a ver a realidade que tem de facto pela frente.

**Mário de Carvalho:** O Maio de 68 aparece já numa fase muito tardia, quando o movimento estudantil português já estava numa grande e importante movimentação. Em 65, o Partido sofreu em Lisboa, no meio estudantil, um golpe repressivo muito intenso, foi praticamente destruído. Ficaram uns restos, ficaram "umas pontas" - como nós dizíamos naquela altura. E entre 65 e 68, precisamente, procurámos reorganizar o Partido de uma maneira extremamente paciente, pegando aqui, pegando além, com um trabalho que era bastante discreto, mas que tinha de ser feito, de facto. Em todo o caso, em 68 já o Partido estava de qualquer forma a recuperar. Estávamos envolvidos em coisas que vieram a ter importância - lutas em torno de um programa de oito pontos, que foram cozinhadas no Jardim da Parada, ali nos Prazeres, com o Alberto Costa, concretamente, e que depois não vieram a ser desenvolvidas. A organização do Partido começava



de novo a ter alguma projecção, algum impacto até com o recrutamento de gente nova que ia aparecendo.

No que respeita ao Maio de 68, penso que a grande importância que teve, por um lado, foi acelerar e incentivar o esquerdismo à nossa volta. O ambiente era de facto sob esse ponto de vista, medonho. O Partido era referenciado não só pela polícia mas também pelo esquerdismo no movimento estudantil. Havia um pouco a ideia de que o Partido era de certo modo institucional, fazia parte das instituições a destruir. E havia gente que não tinha pejo nenhum em se lançar contra o Partido, em o denunciar, e em sabotar e contrariar qualquer decisão que suspeitassem que viesse do Partido. Nós tínhamos sempre pela frente este cerco que era constante e que era alimentado com toda a gesticulação e gritaria que vinha de França.

Penso que onde o Partido não se enganou nas suas análises foi quando caracterizou certa juventude como estando transitivamente numa posição revolucionária. Nós dizíamos, e bem, se calhar, pseudo-revolucionários. Juventude que vamos depois encontrar mais tarde e já o prevíamos nessa altura, confortavelmente instalada em lugares de poder. Nisto, de facto, acertámos em cheio.

Dentro do Partido havia ecos esquerdistas das movimentações em França. Discussões do nosso organismo com o clandestino que nos vinha controlar, e eram exactamente sobre o papel do PCF em França. Nós entendíamos que o PCF, a vanguarda, devia assumir o controlo, a cabeça da situação e causava-nos alguma estupefação o papel, que considerávamos passivo, do PCF em relação aos acontecimentos, não tomando a cabeça dos acontecimentos e não fazendo a revolução.

Nem sempre havia por parte do Partido uma compreensão muito clara do que era o meio estudantil e havia uma tendência grande e que nos irritava muito, para subestimar este peso do esquerdismo e do populismo e todas estas coisas que, às vezes as mais absurdas, todos os dias nos apareciam pela frente e que embaraçavam e contrariavam e que não eram propriamente produto da generosidade estudantil, mas era de facto uma força que procurava localizar e abafar o trabalho do Partido. Havia de facto, por parte de muitos camaradas, uma grande condescendência em relação a isto. Pensavam que eram fases em que os jovens estavam, mas enfim... aquilo havia de chegar a bom porto. Em contrapartida, as pessoas que nos apareciam, normalmente da direcção do Partido, traziam uma coisa que nos fazia falta e que era bom senso.

A palavra contestação era uma palavra que na altura estava em vigor, andava em todas as bocas. Trabalhava, penso eu, no fundo, de opor uma posição, a uma outra posição. A contestação, a negação do que quer que se considerasse que era reaccionário, terminologia que não entrava dentro do Partido. A preocupação que uma caracterização que pretendíamos científica das situações e a utilização das nossas próprias palavras e da nossa própria terminologia para nós era extremamente importante. Nisso consistia aquilo a que



es são hoje muito actuais e nós vamos sempre deparando com elas no quotidiano, por exemplo quando se põem questões como esta que vai com certeza ocupar-nos e vai fazer-nos ver ressurgir muitos fantasmas e muitos restos de conservadorismo na sociedade portuguesa, como vai ser a questão do referendo sobre o aborto.

**Luís Clíia:** Penso que se tivesse havido bom senso em Paris, em Maio de 68, nós não estávamos aqui a falar do Maio de 68. Penso que a coisa interessante do Maio de 68 foi o mau senso. Não houve bom senso em lado nenhum. Vivendo em Paris, naquela altura, e vivendo ao pé do "Quartier Latin", ao mesmo tempo eu tinha um grupo com a Colette Magny e com o Paco Ibañez, íamos cantar onde nos chamassem, onde houvesse ocupação de fábricas. O ambiente que me lembro mais do Maio de 68, para mim, foi o ambiente vivido aqui logo a seguir ao 25 de Abril de 74, de euforia e de um grande sentido de liberdade, só com uma diferença, é que logo a seguir ao 25 de Abril toda a gente se abraçava e em Paris quase toda a gente atirava paralelepípedos à polícia. Foi a única diferença que vi.

A minha opinião é que o que acabou de ser dito é um bocado o que se passou, porque por mais voltas que se dê aquilo foi mais ou menos um movimento espontâneo que ultrapassou os partidos políticos e o movimento sindical, pelo menos no princípio.

Quando eu falo do bom senso é que de facto, quando lá estava, não havia bom senso possível a ter. Aquilo transformou-se numa coisa, que enquanto durava, durou. As pessoas estavam conscientes de que era uma posição que não se podia eternizar, um país completamente parado. Se eu fosse raciocinar politicamente, talvez tomasse posições mais críticas, mas como experiência humana foi das mais ricas que já tive na minha vida porque foi a única vez que eu vivi uma situação de total liberdade, em que a frase "é proibido proibir" fazia sentido. Ninguém se coibia de falar com quem quer que fosse... Chegava-se a qualquer lado e falava-se com todos.

Falar a 30 anos de distância, hoje, talvez não torne a coisa muito perceptível, mas de facto vivia-se um clima de mau senso que, sob o ponto de vista humano, foi muito enriquecedor enquanto durou.

A comunidade portuguesa, como toda a gente sabe, era resultante de uma emigração económica. A maior parte dos portugueses que estavam em França eram pouco politizados, mas porque os portugueses também foram envolvidos pelas ocupações das fábricas, não há dúvida nenhuma de que também participaram. Depois os comités de ocupação pediam a mim ou ao Paco Ibañez para irmos cantar para esses portugueses e irmos falar de outras coisas, como por exemplo, da guerra colonial.

Tenho impressão de que aquilo ao princípio foi um movimento de revolta estudantil, puramente, que tinha à frente alguns dirigentes com grande carisma, e nesse aspecto o Cohn-Bendit era de facto um orador extraordinário. Um mês antes de eclodir o movimento houve um debate na televisão com o Ministro da Educação - porque o Governo tentou fazer um debate com os estudantes pensando que ali, em 5 minutos, dava cabo deles - e de facto o Cohn-Bendit arrasou-o de forma extraordinária. Creio que ele teve, nesse aspecto, importância como líder estudantil.

Ao princípio, foi um movimento estudantil que acabou também por se radicalizar devido à brutalidade das intervenções da polícia. Creio que foi um movimento que foi crescendo e a partir de um determinado momento se expandiu por toda a sociedade.

Tenho a impressão que acabou com uma cisão nítida entre o movimento operário e o movimento estudantil. A partir do momento em que o movimento operário teve negociações com o governo, o movimento foi acabando.

A pergunta se alguma vez o Governo tremeu, acho que sim. Nós não podemos esquecer que o De Gaulle, num dado momento em Maio, foi para a Alemanha e esteve lá uns tempos.

É à questão sobre se o movimento se tivesse radicalizado não se podia ter ido para outra

situação em França, penso que sim. Há uma fase em que o Estado e as forças repressivas perdem todo o controlo do momento que se vivia em França, mas o exército também não se envolve no lado contrário. O exército nunca mostrou que podia reprimir ou que podia actuar. Penso que o exército se manteve mais ou menos neutro durante aquele mês.

**João Arsenio Nunes:** Penso que é claro - talvez aqui não tenha sido suficientemente sublinhado - que o Maio de 68 não foi um fenómeno exclusivamente francês mais o reflexo em Portugal. Foi um fenómeno europeu e mundial. O aspecto mundial está presente para todos nós quando pensamos no Vietname e mais globalmente no conjunto das transformações mundiais dos anos 60. Convém sublinhar que, mesmo no aspecto do movimento estudantil e operário teve uma expressão fortíssima, com impacto na história social e política dos últimos 30 anos, nomeadamente, em relação ao que começou a passar-se na Alemanha e depois em Itália.

Em qualquer destas situações e também naquilo que se viveu em Portugal, desde essa época e em especial no período do 25 de Abril, parece claro que há duas componentes que são à partida relativamente distintas. A componente operária e a componente pequeno-burguesa e, quando digo pequeno-burguesa não é um chavão - obviamente o movimento das massas estudantis foi uma forma de expressão numa conjuntura concreta do comportamento de um extracto da pequena burguesia que não foi maioritário. Para o De Gaulle ter a maioria da população, como teve, é porque realmente a pequena burguesia das classes médias não alinhou ou recuou rapidamente em relação aos acontecimentos e sobretudo em relação à solidariedade com o movimento operário.

Sobre os múltiplos aspectos ideológicos do Maio de 68 e de todo esse período, o Mário de Carvalho exprimiu o lado, digamos, de reacção comunista típica da época, aliás, com uma franqueza notável e louvável, a muitos aspectos do anarquismo, se assim se pode dizer, e penso que pode, das componentes anarquistas ou libertárias, se quiserem individualistas, do período, que em Portugal também tiveram projecção. Quanto a mim, embora mantendo-me no quadro do pensamento marxista-leninista, identificava-me com a tendência, com o sentido da contestação social e cultural que via em todo esse processo e, naturalmente com a contestação cultural que abrangia e incluía imensos aspectos da ideologia, da linguagem do estilo dos partidos comunistas.

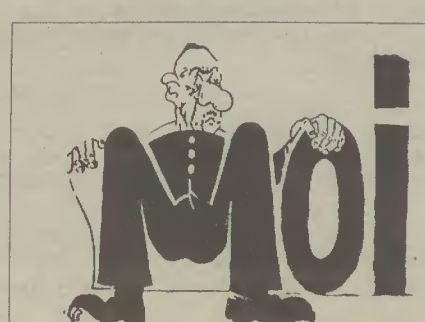
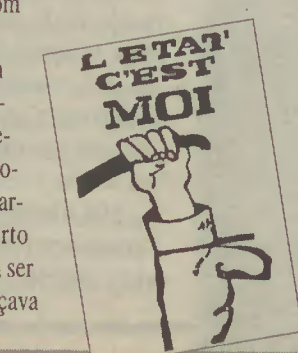
Não podemos subestimar, o que, aliás, foi colocado em relevo pela Sandra, na sua intervenção inicial, a importância que o aspecto de crítica de certas relações de autoridade, e de afirmação individualista, tiveram neste período. Não é só o folclore de Maio, que deu origem a frases belíssimas e a outras bastante mais idiotas - houve de tudo -, mas o sentido geral dos processos desses anos e das transformações que deles resultaram não pode ser subestimado. Quer dizer, a noção, hoje, da autonomia individual, com projecção na situação, nomeadamente dos jovens, das mulheres também, até numa parte decisiva, foi uma transformação cultural de enorme importância.

Por outro lado, para mim a questão teórica foi muito importante: a leitura das obras do Louis Althusser, do Nikos Poulantzas. Nessa época era sobretudo o marxismo francês que influía, e foi importante na crítica de um marxismo-leninismo "canonizado", duma espécie de teologia marxista, muito à volta do humanismo, do progressismo, do historicismo.

Algumas das questões continuam hoje a ser actuais. Penso que se nós em relação a isto medirmos alguns dos problemas postos por aquilo a que se chama o pós-modernismo, veremos que temos mais a aproveitar do confronto com muitas correntes filosóficas contemporâneas do que às vezes nos parece.

O que está na ordem do dia para nós, não é a Revolução Socialista, como aliás já foi aqui referido, mas sim defender e manter as transformações democráticas realizadas sobretudo na sequência do 25 de Abril, defendê-las e mantê-las, o que possivelmente exige um certo número de atitudes revolucionárias e não só de atitudes, mas uma política revolucionária. Se não formos nós a tê-la, obviamente mais ninguém a tem.

A situação de individualismo, sobretudo de corporativismo em que vivemos, é extremamente desagregadora e grave, a solidariedade tende a ser substituída por complicações que no fundo são uma espécie de "salve-se quem puder" colectivo. E se não somos nós, de facto, a dar resposta a isto, as perspectivas são de facto preocupantes.





## Miséria avança na Itália

Ao mesmo tempo que os mais altos dirigentes de Itália participavam na reunião do «G8» em Birmingham em conversas de ricos, o Instituto Nacional de Estatística italiano (Istat) fazia saber ao país e ao mundo que, nos últimos 10 anos, o «perfil» do pobre italiano modificou-se profundamente: se em 1988 os pobres eram os idosos que viviam de uma pequena reforma, actualmente o retrato do pobre italiano é jovem, desempregado, pai de família e residente no Sul do país. O estudo mostra que o Sul do país apresenta claras diferenças em relação ao Norte, concentrando cerca de 70% dos pobres italianos, e explica que uma das razões para a mudança deste perfil da pobreza em Itália se deve a um simples facto: para além de os pais terem dificuldade em se empregar, o mesmo está a acontecer com os seus filhos, fazendo com que a pobreza se instale e se mantenha nas famílias. E andam estes senhores a dar «conselhos» aos dirigentes dos países asiáticos para que «protejam os mais pobres e vulneráveis dos efeitos da crise»...

## O Lebed da Sibéria

O ex-general e ex-soviético Alexander Lebed concorreu à

# PONTOS CARDEAIS

presidência da Região de Krasnoyarsk, na Sibéria, tendo ganho à segunda volta. Catapultado para a ribalta política sob suspeita de ser um homem de mão das actuais mafias russas, Lebed tem um estilo bem adequado aos novos ventos que gelam a Rússia: demagogia primária, populismo terceiro-mundista e uma ambição pessoal a ferver, por trás dos discursos pater-nacionalistas. Movendo-se na anarquia instalada como peixe na água, Lebed e quem o sustenta visam longe – nem mais nem menos que a Presidência da própria Rússia, quando se realizar a próxima eleição presidencial. Pobre Rússia e desgraçado povo. Por este andar, ainda acaba em massa na Sibéria...

## Os testes

As recentes explosões nucleares decididas pelos actuais dirigentes indianos foi uma decisão perigosamente sinistra, tomada de um modo aventureiro e com o objectivo central de distrair os povos da Índia da miséria com que se debatem. Procuraram, assim, os novos senhores do país fazer derivar uma crescente contestação popular ao seu governo para um nacionalismo

acéfalo, tocado pelo estranho orgulho de o seu país também já poder contribuir para a destruição total do planeta, enquanto a fome continua a alastrar e as injustiças sociais a cavar cada dia mais fundo no imenso país de Ghandi. Quem ficou muito preocupado foi o mundo capitalista desenvolvido, com os EUA à cabeça. Confortavelmente instalados na sua supremacia nuclear – que testaram quando e onde lhes aprouve –, descobriram de repente que os testes atómicos indianos são uma ameaça para a segurança mundial. Pois são. O pior é que a ameaça à segurança mundial já está há muito instalada nos milhares de silos e ogivas nucleares com que estes preocupados líderes mundiais abarrotaram os seus países e o mundo, sem que deles abram mão. É isto o capitalismo. O cinismo em movimento.

## A queda do ditador

A queda do ditador Suharto, na Indonésia, já não é uma questão de anos, nem de meses. A contestação popular ao regime evoluiu rapidamente,

# PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

## Diário

### Telejornal

Vai alta a madrugada. Bem eu queria fechar a luz, na calma adormecer. Vejo estrelas no céu desaparecer sigo o seu rasto pela gelosia.

Devo ter febre. Um livro. A teimosia do sofrimento não me deixa ler. Toma um valium. Tens muito que fazer logo pela manhã, e é quase dia.

Não me sai do mais fundo da fadiga aquele operário sobre quem a viga caiu, e o sangue em volta lhe derrama.

Passam adiante no noticiário. Afinal, é apenas um operário que nem se sabe até como se chama...

## Memória

Há dias navegando a papelada que por velhas gavetas se amontoa encontrei, entre o pó que se esboroa, um postal. Um postal, um quase nada.

Já me apressava para o deitar fora quando notei que de Peniche vinha. De Peniche? Ninguém lá tenho agora...

Vi a tetra apertada, miudinha, com um carimbo em cima, bem marcado. Era de José Magro, preocupado pois, não sei como, me soubera doente.

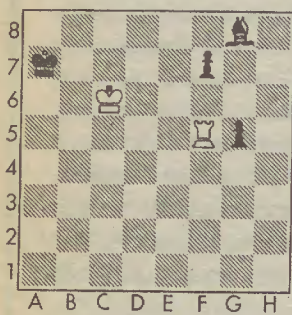
Já tinha não sei quantos de prisão. E teria outros mais. O coração esse andava pelo mundo, livremente.

## XADREZ

DCLVIII – 21 DE MAIO DE 1998  
PROPOSIÇÃO Nº 1998X21

Por: Franz Sackmann  
1915

Pr.: [4]: Ps. f7, g5 - Bg8 - Ra7  
Br.: [2]: Tf5 - Rç6



Branças jogam e ganham  
\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1998X21 [F.S.]

1. Tf1!, f6; 2. Ta1+, Rb8; 3. Tb1+, Rç8; 4. Th1, Rd8; 5. Th8 e g. 3.... Ra7; 4. Tb7, Ra8; 5. Te7, Bç4 [b3]; 6. Rb6 e ganha.

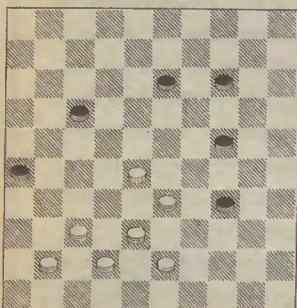
A. de M. M.

## DAMAS

DCLVIII – 21 DE MAIO DE 1998  
PROPOSIÇÃO Nº 1998D21

Por: Pierre Garlopeau  
Au Coeur du Problème, França, s/d

Pr.: [7]: 13-14-17-24-26-34-36  
Br.: [7]: 28-33-37-38-41-42-43



Branças jogam e ganham  
\*\*\*

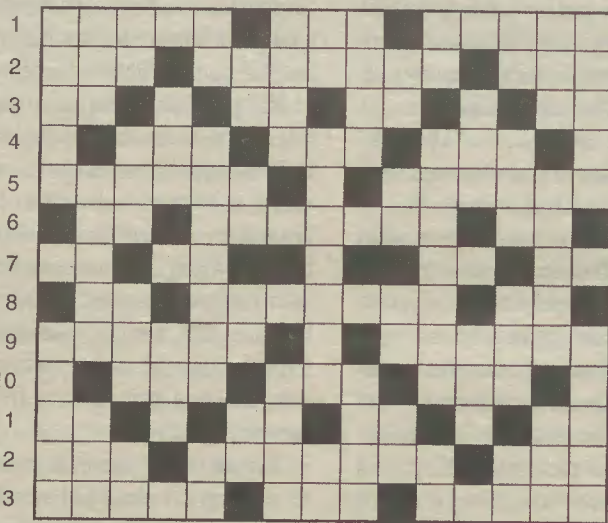
SOLUÇÃO DO Nº 1998D21 [P.G.]

1. 37-31! (26x39); 2. 33x44, (36x47)=D; 3. 44-40; 4. 40x27 +

A. de M. M.

## PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 – Arenito ferruginoso, formado próximo da superfície do solo; patrão; faixa estreita de terra que liga uma península ao continente. 2 – O bagaço de que se faz aguapé; subir; compareciam. 3 – Ósmio (s.q.); igreja episcopal; aparência; medida itinerária chinesa. 4 – Nome da sétima letra do alfabeto grego; rente; pedra de altar. 5 – Posto de parte (poét.); aplanci. 6 – Cãnhamo de Manila; aventureiro-me; Amerício (s.q.). 7 – Compaixão; língua que se falava outrora ao sul de Loire (França); nome de letra; o mais (ant.). 8 – Lírio (s. q.); junta; prefixo, de origem grega, que exprime a ideia de privação, separação. 9 – Mencionar um texto; abelha silvestre cujo mel é azedo (pl.). 10 – Nome de mulher; abóbada celeste, onde parecem colocados os astros, limitada pela linha do horizonte; ferro temperado. 11 – Cento e um romanos; Cálcio (s.q.); Sódio (s.q.); Nióbio (s.q.). 12 – Discursiva; estudante do primeiro ano de um curso superior; o rubor das faces. 13 – Mistura de sais de ácidos gordos e de base geralmente alcalinas empregada para lavar e desengordurar; agora; denuncição.

**VERTICAIS:** 1 – Nome vulgar de umas plantas xerófilas, cultivadas e subspontâneas em Portugal, também denominadas azebres; fruto do coqueiro (pl.) 2 – O m. q. lírio; tornei mole ou brando; fúria incoitada. 3 – Dirigia-se (fig.); ave corredora; rochedo (bras.); entra na formação de várias palavras, designando intensidade, separação, oposição, etc. 4 – Ouvido (pref.); insignificância (fig.). 5 – Selénio (s.q.); acometera; Cobalto (s.q.) 6 – A polícia nazi; suf. de agente; apelido; aqui. 7 – Planta arbórea, dicotiledónea, também conhecida por bordo ou zelha; experiência. 8 – Prejudicial; doença das videiras, originada por um ácaro que ataca as folhas destas plantas, provocando a formação de umas galhas felpudas; profissão (suf.). 9 – Remoinhos de água (prov.); ligava. 10 – Atmosfera; antes de Cristo (abrev.); caminhava; brisa. 11 – Iridio (s.q.); colocara em lotes; rio costeiro de França. 12 – Apelido de poeta português; albino (bras.). 13 – Titânico (s.q.); planos laterais do avião; adoro; Cobre (s.q.). 14 – Enfermidade; nasce; mealheiro (prov.). 15 – Não mencionei; espada curta de um só fio.

**HORIZONTAIS:** 1 – Alhos; amo; ismo. 2 – Lã; escalar; tam. 3 – Os; sét; art; II. 4 – Ela; res; ara. 5 – Semotio; alisei. 6 – Mã; amisco. Am. 7 – Dã; oc; ei; al. 8 – Lã; associa; an. 9 – Cita; rar; aramã. 10 – Ava; cã; ago. 11 – Ch; Ca; Na; Na; Na. 12 – Ora; calôra; cor. 13 – Sabão; ora; acuse.

VERTICAIS: 1 – Alhos; amo; ismo. 2 – Lã; escalar; tam. 3 – Os; sét; art; II. 4 – Ela; res; ara. 5 – Semotio; alisei. 6 – Mã; amisco. Am. 7 – Dã; oc; ei; al. 8 – Lã; associa; an. 9 – Cita; rar; aramã. 10 – Ava; cã; ago. 11 – Ch; Ca; Na; Na; Na. 12 – Ora; calôra; cor. 13 – Sabão; ora; acuse.

ao ponto de os seus próprios aliados e títeres do regime, como o ainda presidente da Assembleia Nacional, já começarem a pedir que se demita antes que seja derrubado. Entretanto, os países capitalistas desenvolvidos, com os EUA à cabeça, vão acordando de repente para o carácter brutal do regime, descobrindo-lhe «defeitos» na área dos direitos humanos, da democracia e da justiça social que nunca vislumbraram em décadas de frutuosa colaboração, onde, a troco de fecharem os olhos à apropriação, pela família Suharto, de fortunas colossais, foram tranquilamente beneficiando da depredação do vasto arquipélago indonésio e da exploração desenfreada dos seus povos. Agora, a preocupação ocidental é que a revolta do povo indonésio não descaambe numa autêntica revolução. Como se costuma dizer, para o capitalismo é preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma...

## Os peregrinos

O Governo de António Guterres demandou mais uma vez o Alentejo para se mostrar interessado pelos seus problemas. O circuito já é conhecido: passa sempre pelo Alqueva, a quem os eternos visitantes gostam de chamar «desígnio nacional», e é invariavelmente temperado com um punhado de promessas. A coisa, de tão repetida, já enfada.



Por seu lado, Marcelo Rebelo de Sousa também descobriu subitamente que tinha uma grande afeição pelo Alentejo e demandou as terras transtaganas exactamente no mesmo horário escolhido por António Guterres. Fez também promessas «para quando for Governo» mas, prudentemente, não recordou as promessas feitas pelo seu próprio partido quando foi poder e que, à semelhança do que agora acontece com o Governo do PS, também não cumpriu. Será que esta gente, conhecida pela sua unção católica, está convencida que as jornadas de promessas ao Alentejo trazem gratificações espirituais e valem como peregrinações?

## Adultos

Quando a URSS existia havia a quem amar e querer bem. E havia puro descoberto o caminho do futuro agora já, não de um longínquo além.

Em Moscovo, onde fui, não vi ninguém desamparado. Aí fiquei seguro de que o futuro estava bem seguro e que tudo o que fora, fora bem.

E de súbito, aquilo. Eu, aturdido, figurava o menino que, aturdido, com outros meninos na azinhaga avança.

Hoje está mais adulta a nossa voz. Somos mais responsáveis, pois a nós cabe, e a partir de nós, erguer a esperança.



## AGENDA

**Plenários de células e organizações do PCP****4ª Assembleia da Organização Regional do Algarve**

Faro - Domingo, 24, às 10h30, no Hotel Eva  
Sessão de encerramento, às 17h30, com intervenção de

**Carlos Carvalhas**

**ÉVORA****4ª Assembleia da Organização Concelhia**

Sábado, 23, às 14h, no Hotel D. Fernando

**VILA REAL****7ª Assembleia da Organização Concelhia**

Sábado, 23, às 15h, no Centro de Trabalho  
com a participação de **Henrique de Sousa**

**PORTO****3ª Assembleia da Célula da Telecom**

Sábado, 23, às 10h, no CT da Boavista

**SINTRA****1ª Assembleia da Organização da Freguesia de Monte Abraão**

Sábado, 23, às 16h - Esc. Primária de Monte Abraão

**5ª Assembleia da Organização da Freguesia de Agualva-Cacém**

Sábado, 23, das 15 às 19h - Salão da Junta de Freguesia

**Fórum Concelhio sobre o PDM - Quinta-feira, 28, às 21h30, no Auditório da Igreja de Rio de Mouro, com Luís Sá****SETÚBAL****Assembleias plenárias no CT - Edifício Arrábida**

Sexta, 22, às 18h - C.R.S.S. - às 17.30h - S. Metalúrgico

Sábado, 23, às 15.30h - Freg. Anunciada, às 21h - Fre. S. Lourenço, no C.C.B.D.A e Domingo, 24, às 15.30h - Freg. S. Julião, Freg. Stª Maria, Pluricoop e Emp. Comércio.

**A MULHER TRABALHADORA NO DISTRITO DE LISBOA NA LUTA PELOS DIREITOS**

- Debate promovido pela DORL -

Sábado, 23, às 14h30, no CT Vitória - Intervenções introdutórias de **António Andrez e Fernanda Mateus**

**BARREIRO****Emprego - Que futuro?**

Conferência, com a participação de **Jerónimo de Sousa**  
Cine-Clube do Barreiro, sábado, às 16h

**SANTA MARIA DA FEIRA**

Sábado, 23, a partir das 10h

**JORNADA DE TRABALHO - PELA RECUPERAÇÃO DO CENTRO DE TRABALHO DO PCP Participa!****LISBOA**

Reunião de Bancários Reformados: quinta-feira, 28, às 14h30, no CT Vitória Benfica - Plenário de Reformados: quinta-feira, 21, às 15h, no CT de Benfica

**RIO MAIOR**

CDU - Reunião de eleitos e activistas do concelho de Rio Maior: dia 23, às 17h30

**SINTRA**

Reunião da Comissão Concelhia de Autarquias: quinta-feira, 21, às 21h30 no CT do Cacém

Célula da Tabaqueira: dia 22, às 17h, na garagem do camarada Lacerda  
Célula da Novo Rumo: dia 23, às 11h, no CT de Rio de Mouro

**V. F. XIRA**

Plenários de militantes preparatórios da próxima Assembleia da Organização concelhia: da freguesia de **Vila Franca** (dia 22 às 21h30), do Comité Local de **Bom Sucesso** (dia 23 às 15h30), das freguesias de **Vialonga** (dia 24 às 15h), **Póvoa de Sta. Iria** (Dia 27 às 21h30) - todos os respectivos Centros de Trabalho locais; da freguesia de **Alverca** (dia 27 às 21h30, na Misericórdia) e da célula das **OGMA** (dia 26 no CT de Alverca), da célula da **Previdente** (dia 28 às 21h30 no CT de Sobralinho) e da célula da **CM/SMAS** (dia 28 às 17h30, no CT de Vila Franca).

**Em debate****AMADORA****• Segurança Social**

A camarada **Maria do Carmo Tavares**, dirigente da CGTP-IN, introduz o debate que sobre o tema se realiza **hoje**, quinta-feira, a partir das 21h, no Recreios da Amadora.

**ALPIARÇA****• A vida e a luta do PCP**

Com a participação do camarada **Álvaro Cunhal** terá lugar no próximo sábado um debate sobre "A vida e a luta do PCP e a actualidade do pensamento comunista": no Salão da Música e dos Bombeiros de Alpiarça, a partir das 21h30.

**BARREIRO****• A actualidade do Manifesto**

Também com a participação de **Álvaro Cunhal** realiza-se **hoje**, dia 21, às 21h30, nas instalações do Grupo Dramático e Recreativo "Os Leças" um debate evocativo do "Manifesto Comunista", a propósito da passagem do 150º aniversário da sua publicação.

**BRAGA****• Comunicação Social**

A Comissão Concelhia de Braga do PCP promove amanhã, sexta-feira, às 21h30, na Casa dos Crivos um debate sobre "Comunicação Social e Informação. Poder Económico. Novas Censuras" que será introduzido por **Móisés Martins**, presidente do Instituto de Ciências Sociais e director do curso de Comunicação Social da Universidade do Minho, e **Fernando Correia**, chefe de Redacção da "Vértice" e docente de Jornalismo.

**CORROIOS****• Movimento Associativo**

A propósito da discussão em curso na AR do "Estatuto do Dirigente Associativo", a Comissão de Freguesia de Corroios organiza um debate sobre o tema no Auditório do Pavilhão Municipal do Alto do Moinho. Sábado às 15h.

**Distrito de AVEIRO**

Quinta, 21 - Empresas do concelho de S. João da Madeira: Oliva, Siaco, Heliotextil, Bertrand Faure, Arauto, Idepa, Flexipol, A. Henriques

Sexta, 22 - Empresas do concelho de Ovar: Yazaky Saltano, Tovartex, Fopil, Salvador Caetano, Philips. Empresas do concelho de Estarreja: Quimigal, Uniteca, Isopor, Nestlé, Bawo

Segunda, 25 - Empresas do concelho de Espinho: Corfi, Fosfo-reira, Cetape, Eurospuma, Poli-Poli

Terça, 26 - Empresas do concelho de Ílhavo: Vista Alegre, Quinta Nova

Quarta, 27 - Empresas do concelho de Oliveira de Azeméis: Silamos, Simoldes, Proleite, Osvaldo Russo

**Distrito de CASTELO BRANCO**

Sexta, 22 - Distribuição na Camila, às 16h30

Segunda, 25 - No Parque Industrial do Fundão, às 12h; na Danone, às 15h; na Dilmir, às 16h15; na Eres, às 17h

Terça, 26 - Distribuição no Hospital da Covilhã; na Cil  
Quarta, 27 - Distribuição nos SMC, às 8h30; na CMC (Gameiro) às 16h

Quinta, 28 - Carro de propaganda no Pelourinho, também com venda do "Avante!", às 10h; na Carveste, Nova Penteação, Tortosendo

**COIMBRA e Distrito de COIMBRA**

Quinta, 21 - Contactos com os trabalhadores da Cimpor, Apolo, Batanete, Sif

Sexta, 22 - Na Ceres

Segunda, 25 - Na Rifer

Terça, 26 - Na Figueira da Foz: CP.

Quarta, 27 - Na Matugal, Na Lousã: na EDP, C. Papel do Prado, Zona Industrial

**TURISMO E REVOLUÇÃO**

*Brigada José Martí*  
Viagem promovida pela Assoc. de Amizade Portugal-Cuba  
6 a 26 de Julho

**HAVANA E SANTA CLARA**

(Informações:  
Tel/fax 01 3857305)

**"ALMOÇO EM MAIO"**

*Almoço-convívio no CT da Graça promovido pela Org. da Freguesia de Penha de França*  
Sábado, 23

**O PCP com os Trabalhadores**

**Valorizar o trabalho e os trabalhadores, defender e concretizar direitos.**

**Campanha Nacional de Propaganda****Distrito de LISBOA**

Quinta, 21 - Lisboa: contactos com os trabalhadores da CML (várias dependências); Distribuição de propaganda junto à Bruno Janz, OGFE (Encontro com os trabalhadores às 12h), INCM, Manuel de Melo; venda do **Avante!** em Lisboa (Lg. Calvário, Campo Grande, Pç. Chile, Restauradores - das 17 às 19h), na Cruz Quebrada e Carnaxide; empresas da Amadora (Sorefame)

A campanha de distribuição do documento nacional e outras acções junto das principais empresas de Lisboa, Cascais, Oeiras, Sintra, Amadora, Loures, Vila Franca prossegue sábado, 23, e nas próximas semanas.

**Distrito de SETÚBAL**

Quinta, 21 - Contactos com os trabalhadores das empresas de Alcochete. Em Almada (Lisnave), Barreiro (Autarquia/Nicola), SLE, Portugal Telecom, Seixal (Kansas)

Sexta, 22 - Em Almada (Arsenal), Barreiro (Autarquia/Obras, Hospital, TCB), Moita (Socorquex), Seixal (Barcos), Sesimbra (Autarquia e empresas da Quinta do Conde)

Sábado, 23 - Em Almada (Charneca, Costa, Trafaria), Barreiro (Fisipe, Misericórdia, Plásticos do Sado), Seixal (SN - Portaria dos Transportes), Sesimbra (CM)

**Barcelos****• 1ª ASSEMBLEIA DE JOVENS COMUNISTAS pela criação da organização da JCP em Barcelos**

Dia 23 às 15h no Centro de Trabalho do PCP

**Beja****• ENCONTRO DISTRITAL DA JCP com actividades desportivas, música, debate**  
Dia 23, a partir das 9h30, em Moura**Lisboa****• DEBATE SOBRE O MANIFESTO COMUNISTA**

Com **Jerónimo de Sousa**

e apresentação da **Campanha de Intervenção** que decorre até Novembro  
Sexta, 22, às 21h, no CT Vitória

**• CONVÍVIO NO CT VITÓRIA - um novo espaço convívio da JCP/Lisboa**

Sábado, 23, às 22h,  
com os **Velvet Inn**

**• DEBATE SOBRE A IVG**

Debate com **Odete Santos**

Terça, 26, às 15h, na Fac. Ciências Sociais e Humanas

**• RESISTÊNCIA E LUTA DOS POVOS**

Debate com **Carlos Aboim Inglez**  
Quarta, 27, às 21h, no CT Vitória

**Montemor-o-Novo****• DEBATE SOBRE A IVG**

Com **Florêncio Cacete** e **Vanessa Silva**

Dia 24, às 15h, no Auditório da Biblioteca Municipal

**Sintra****BARXISMO**

Reabre dia 30 com a Festa do Alentejo







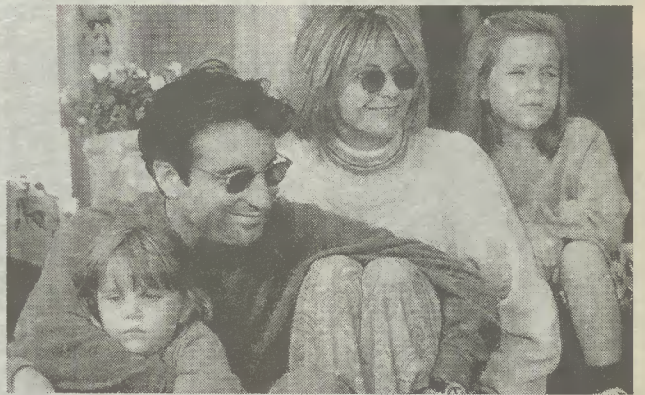
## TELEVISÃO



Jeff Goldblum, numa sequência de «A Mosca», filme de David Cronenberg



Lumi Cavazos e Marco Leonardi, no filme «Como Água Para Chocolate», de Alfonso Arau



A ruptura da felicidade familiar, em «Quando um Homem Ama uma Mulher», de Louis Mandoki

## Por isto e por aquilo...

### A Loucura do Rei Jorge

(Quinta, 22.50, RTP2)

«Em 1788 o rei Jorge III reina há 28 anos na Inglaterra. Nostálgico do Absolutismo e hostil ao Parlamento, onde Fox e a oposição continuavam a criticar o rei pela perda das colónias americanas, Jorge III governava de forma autoritária, servido por um primeiro-ministro fiel e competente. Apesar da sua aparência arrogante e sofisticada, Jorge III era um homem simples, de gostos simples, que o seu filho, o Príncipe de Gales, desprezava e ridicularizava. Este, ambicioso, mesquinho e desejoso de casar com uma católica, leva o pai a um descontrolado estado de cólera e quase à loucura. Fox e o Príncipe de Gales aproveitam esta situação para tentar satisfazer as suas ambições. O rei é considerado louco, afastado do Poder, separado da rainha e observado por médicos incapazes. Finalmente, o bizarro Dr. Willis e os seus estranhos métodos permitem que Jorge III regresse ao trono.» É este o resumo que a RTP avança a propósito da exibição deste filme, em estreia nas nossas televisões. Uma produção que se diz luxuosa, com admirável reconstituição de época, e um elenco de primeiras figuras do teatro, cinema e audiovisual britânicos: na principal personagem Nigel Hawthorne (*Yes! Prime Minister*), aqui num papel dramático, bem acompanhado por Helen Mirren (*Prémio para a Melhor Actriz - Cannes*) ou Ian Holm. Oscar para a Melhor Decoração.

### A Mosca (Quinta, 23.00, TVI)

A história é mais do que conhecida e baseia-se na mesma ideia de um célebre filme da série B, datado de 58, que entre outras desventuras ficou conhecido por certas sequências ridículas, próprias de uma «ficção cientí-

fica» datada, com cenários em papelão e cientistas a trabalharem em laboratórios repletos de máquinas que pareciam complexas painéis de pressão e tubos de ensaio e retortas vertendo líquidos fumegantes e esverdeados, embora a preto-e-branco! Aqui, em pleno reinado da perfeição industrial e tecnológica, Cronenberg apresenta-nos nova versão da história do cientista que inadvertidamente se transforma em mosca. É certo que o faz de forma muito mais competente e requintada mas o que continua a sobressair é a obsessão doentia do realizador pelo exibicionismo das mutações do «corpo» e suas incidências no «espírito»...

### O Analista do Presidente

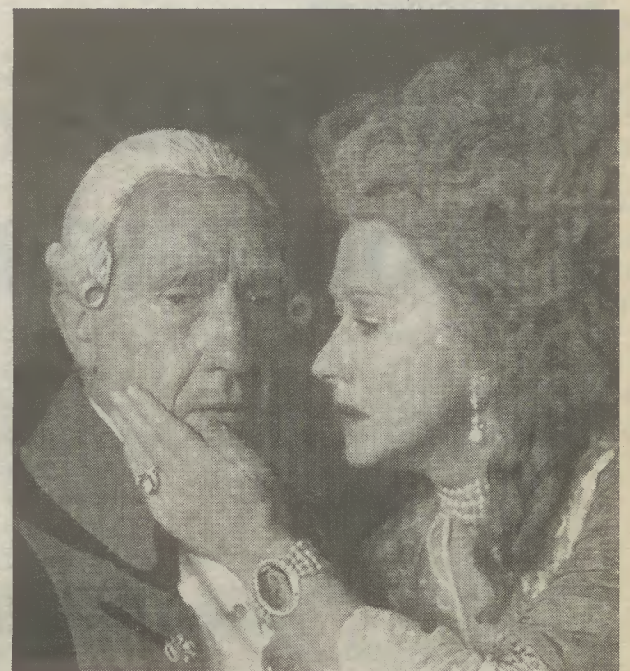
(Sexta, 22.50, RTP2)

O ciclo que a RTP 2 dedicou ao cinema e à política chega hoje ao fim com uma irresistível sátira aos meandros da alta política e que acompanha a trajetória de um psicanalista que é contratado para ficar ao serviço do presidente norte-americano, vindo, a partir daqui, a sua vida tornar-se um sarilho, ao ponto de ser perseguido pelos serviços secretos e até por perigosos agentes da espionagem internacional... Trata-se, ao que parece, de um festival altamente verrioso em relação a algumas paranóias em voga na sociedade norte-americana, com uma excelente interpretação (inesperada pelo tom) de James Coburn.

### Como Água Para Chocolate

(Sábado, 23.25, RTP2)

Adaptado por Laura Esquivel a partir do seu famoso romance, este filme, largamente premiado, tornou-se um dos mais triunfantes êxitos da história do cinema mexicano. O argumento acompanha a trajetória da



Nigel Hawthorne e Helen Mirren, intérpretes principais de «A Loucura do Rei Jorge», de Nicholas Hytner

mais nova de três filhas de uma família conservadora, a qual decide fazer frente às tradições dando largas à sua sensualidade e à sua vontade de independência. Como Água Para Chocolate (frase idiomática que, na gíria mexicana, significa um estado de excitação sexual) é a expressão cinematográfica de um certo «realismo mágico» e foi realizado por um talentoso e polivalente actor, bailarino, mimo, produtor e realizador mexicano, Alfonso Arau, marido da própria Laura Esquivel.

### Sem Defesa (Domingo, 23.00, TVI)

Uma advogada (Barbara Hershey) descobre que um dos seus clientes (que também é seu amante) foi assassinado e procura deslindar o caso. Mas ela é, ao mesmo tempo, aos olhos dos investigadores, uma óbvia suspeita, tanto mais que não possui um alibi credível. É então que surge o assassino (propriamente dito), que a persegue e procura ameaçá-la, mas que acaba por ser descoberto e neutralizado por um detective que vem em ajuda da advogada. Um «thriller» policial sem grandes voos mas relativamente bem urdido e com suspense que baste para entreter umas horas. Com Sam Shepard, Mary Beth Hurt e J. T. Walsh.

### O Pássaro com Plumas de Cristal

(Segunda, 23.50, RTP2)

Prestes a deixar Roma, Sam Delmas, jovem escritor americano em férias, assiste por acaso ao assassinato de um mulher numa galeria de pintura. É meia-noite e as ruas estão desertas e o escritor passa, aos olhos da polícia, de testemunha privilegiada a suspeito número um e retira-lhe o passaporte. Entretanto, outros crimes semelhantes se sucedem, pelo que Delmas é considerado inocente, mas o verdadeiro assassino, julgando que ele o reconheceria, persegue-o. Delmas leva assim a cabo a sua própria investigação, acabando por descobri-lo. Este é o argumento do primeiro (e melhor) filme do cineasta Dario Argento (ao qual a RTP dedica um ciclo), um realizador italiano que atingiu algum renome internacional como especialista do cinema policial e de terror. A descobrir.

### Quando um Homem Ama uma Mulher

(Quarta, 22.35, RTP1)

Nada faria supor que o harmonioso quotidiano de dois jovens esposos, pais de duas belas criancinhas, viesse a perturbar-se a ponto de se tornar insuportável uma vida em comum. O facto é que Alice, sem que Michael, seu marido, se tivesse apercebido, sofre de grave viciação alcoólica. Descoberta a situação, nem mesmo o internamento consegue melhorar as coisas e a vida do casal entra em rápida deterioração. Um melodrama de razoável credibilidade e consistência, com destaque para as interpretações de Meg Ryan e Andy Garcia.

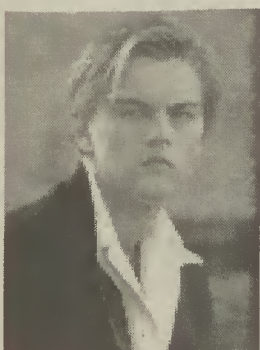
### Suspíria (Quarta, 22.50, RTP2)

Aqui no reino do cinema fantástico, Dario Argento conta-nos uma história desbragada que mete bruxaria e outros mistérios e que se desenrola numa escola de bailado, onde se sucedem os casos mais estranhos. Até que duas das alunas bailarinas decidem ir até ao fundo do corredor, a um quarto que sempre se encontra fechado e vedado à curiosidade (estão a ver?), e é então que... Jessica Harper, Alida Valli e Joan Bennett são as principais intérpretes de um filme que não deixa de inquietar-nos de princípio a fim.

## CABO & SATELITE



«O Cantor de Jazz»



DiCaprio



De Mille

### Mais Cinema no Cabo

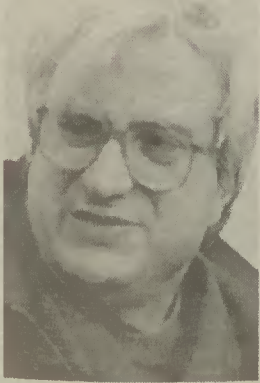
A coincidência na transmissão de algumas preciosidades leva mais uma vez a chamadas de atenção no campo do cinema. Por exemplo, já hoje à noite (com repetição no próximo Domingo), o canal Muzzik leva à cena a versão cinematográfica de «Carmen» (1915), com Geraldine Farrar e Wallace Reid, encenada por Cecil B. De Mille, como se sabe, um mestre do grande espectáculo. Precavido que o leitor fica na perspectiva de ver Al Jolson com a cara pintada de preto (!), outra «curiosidade» que se recomenda (se ainda não viu, claro) é, no canal Arte (às 22.55) o primeiro filme sonoro rodado em Hollywood - «O Cantor de Jazz» - realizado por Alan Crosland. Mas já antes, ao princípio da noite, a TV 5 vai transmitir o filme «Um Dimanche à la Campagne» (1984) de Bertrand Tavernier, enquanto o M 6 não deixa por mãos alheias um documentário sobre a grande vedeta da actualidade: Leonardo DiCaprio. (Quinta-feira: TV 5, das 19.05 às 20.40; M 6, das 19.50 às 20.50; Muzzik, das 20 horas às 21.05; Arte, das 22.55 às 00.25)

### Notícias de Cannes

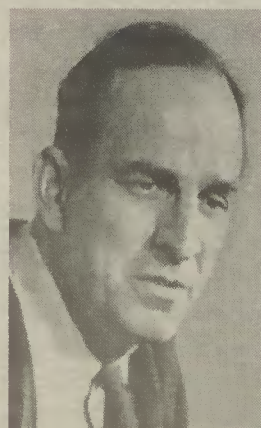
O magazine cultural «Metropolis» é este semana inteiramente dedicado ao Festival de Cannes, com a participação de vários críticos cinematográficos. A descobrir as novidades. (Sábado, das 20.45 às 21.45)

### A noite Bergman

Outro grande destaque da semana é, sem dúvida, a excepcional «Noite Temática» que o Arte dedica ao celebrado mestre sueco Ingmar Bergman. Entre as 18 horas e as 00.25, suceder-se-ão os seguintes momentos: logo a começar e a meio da noite, um documentário em duas partes («Ingmar Bergman - Vida e Labor»), de Jörn Donner; depois, às 19.45, outro documentário, agora de Katja Raganelli, intitulado «As Mulheres nos filmes de Bergman»; finalmente, a transmissão, que constitui um acontecimento, de um telefilme realizado já em 1997 pelo grande cineasta - «Na Presença de Um Palhaço» - estreado na televisão sueca em 1 de Novembro do ano passado. Outra emissão alternativa é transmissão na TV 5 das duas partes do telefilme «O Caso Dreyfus», realizado por Yves Boisset. (Domingo: Arte, das 18 horas às 00.25; TV 5, das 19.05 às 23.30)



Tavernier



Bergman





Uma espectacular confirmação

## Com toda a frontalidade

Era grande a cobertura mediática que por aí ocorria, criando justificadas (mas também estudadas e programadas) esperanças em relação ao novo programa que **Herman José** agora inventara para entreter os espectadores por alguns meses. Se é certo que todas as expectativas em relação a um novo produto audiovisual deste peso regra geral se afiguram plenamente justificadas, também não é menos certo que, submeter-se o crítico à aceitação quase obrigatória de um generalizado unanimismo na apreciação desse mesmo produto, talvez ajude menos a clarificar e a estabelecer o necessário distanciamento em relação a ele. Por isso, para empregar a famosa expressão de uma personagem de **Herman** já consagrada no linguajar contemporâneo, há que tecer «com toda a frontalidade» algumas considerações, porventura menos consensuais, a propósito da estreia deste programa. Deixemo-las, porém, para mais tarde e comecemos, como é de bom tom, pelos aspectos claramente positivos de «**Herman '98**».

Passando por cima da exagerada e quase histórica movimentação da *steadycam*, a realização do programa revela-se, do ponto de vista técnico e conceptual, sem dúvida desenvolvida e dinâmica, sempre procurando escapar aos tempos mortos e capaz de criar um ritmo televisivo agradável. Também a concepção do cenário, as cores nele utilizadas, a associação ao «apelido» '98 através dos pequenos aquários e a iluminação, bem como a distribuição dos espaços para a sucessão e ligação dos vários números, é muito bem conseguida, apenas se afigurando talvez incómoda (também para o espectador) a altura algo pronunciada da secretária à qual **Herman** se senta.

Ainda no plano positivo, e mergulhando já a fundo no conteúdo do programa, praticamente todos os *sketches* nele inseridos vêm dar-lhe o necessário sal e pimenta e estabelecer, aí sim, uma diferença essencial (para melhor) em relação aos habituais formatos dos *talk shows* de referência – **Jay Leno** ou **Conan O'Brien**, por exemplo – nos quais os anfitriões, não sendo grandes actores, privilegiam o uso e a eficácia de outros trunfos. Nesta primeira emissão, foram na verdade hilariantes as incidências e concepção do *sketch* reconstituindo o nascimento, no **Café Martinho**, da **Expo '98** (!), para já não falar do magistral ritmo interno da peça dedicada ao **Padre Frederico**, não se sabendo que mais destacar nesta última: se a imaginação da escrita, se o brilhantismo de **Maria Rueff** no papel de *mamãe* («*tá na hora do leitinho!*»), se a própria composição de **Frederico**, correndo de chicote atrás do seu rebanho, em sal-

tos altos e cinto de ligas, e gritando cá para dentro «*estou inocente!*», se, ainda, esse verinoso desarranço do encontro com o pido **Rosa Casaco** nas «entradas» e «saídas» do Aeroporto. Simplesmente fabuloso!

Mas este lado positivo era, por assim dizer, à partida exigível e também já esperável, escapando afinal ao formato de um *talk show*, razão de ser deste novo programa. O problema é que os aspectos negativos de «**Herman '98**» ofuscam gravemente o assinalável brilhantismo que, em geral, marca a sua concepção. Em primeiro lugar, temos a cópia descarada (e desnecessária) do *press release*; depois, é indistigável o falhanço do *top less*, que devia ter uma construção audiovisual, eventualmente a partir de *telejornais*, e não lida e interpretada por **Herman José**, assim eliminando a preguiçosa e exagerada

concentração deste no «teleponto»; mas também a descarada e intolerável situação de subalternidade a que os convidados se vêem votados, transformados que são em meras figuras decorativas ou em simples suporte presencial

dos trocadilhos e jogos histriónicos do seu anfitrião, levam-nos muitas vezes a sentir-se obrigados a sorrir de forma amarelada (quando não apatetada) às graçolas de mau gosto que invadem aquele palco. E é precisamente este aspecto que constitui a mais forte reserva à conduta de **Herman José**, ao qual pelos vistos já não chega a persistente e militante brejeirice com que ofusca o seu génio e talento nas manhãs da rádio pública. Pelo que se viu e ouviu antontem, ela vai também abundar por ali, subvertendo o brilho de um programa que podia ter uma recepção consensual e agradável.

Sejamos claros: não é líquido que todo o país se tenha transformado num gigantesco auditório rasca e (convenhamos) essa anedota de serviço público em que a **RTP** desde há muito se transformou já tem suficientes e «competentes» produtos nessa área! Nesta mesma ordem de ideais, o aproveitamento indecoroso e abjecto de **Micaela** («*Chupa no Dedo*») não pode deixar de ser considerado como a clara demonstração de uma repelente duplicidade: por um lado, **Herman** não deixa de convidá-la para sugar-lhe de forma oportunista a «*mais-valia pimba*» que, pelos vistos, está a dar; por outro lado, aproveita a circunstância para gozá-la e achincalhá-la em público, com um despudor verdadeiramente inaceitável. E é aqui que **Herman** tem de reflectir muito bem, se estiver interessado em manter a qualidade que, em todas as circunstâncias, no mínimo se lhe exige: uma coisa é ser truculento e picante, outra coisa é ser vulgar e ordinário!

O artista é um bom artista mas, que diabo!, não havia necessidade...

## A saga

Em tempos, a Câmara de Mafra entendeu, no seu iluminado juízo, que não era devido a José Saramago qualquer tributo por ter escrito «*Memorial do Convento*» e, com esse livro universalmente aplaudido, haver projectado como ninguém o crédito e a imagem de uma comunidade perdida na inclemência dos mapas. É certo que existira antes, no Olimpo de Cavaco, aquele nobilitante episódio do subsecretário de Estado Sousa Lara a trucidar «*O Evangelho segundo Jesus Cristo*», decerto em defesa da Fé e do Império, a ele, a ele, senhores!, a ele que o poder é PSD, irrestrito e eterno, a ele e a quantos o apoiem pela acção e pelo silêncio. Estimulado por intelectuais da envergadura de Santana Lopes e seus chefes, Lara assumia assim uma cristianíssima campanha de dislates e dava o mote. As hostes seguiriam o exemplo, esta água que de alto cai acorda fantasmas antigos, Sá de Miranda!, muita espadeirada a espadeirada muita se sucedeu, as luminárias de Mafra acrescentaram treva à treva e não foram poucos os que se calaram, cúmplices ou cobardes, pequeninos sem dúvida, roídos de varizes que são inveja e azedume.

Mais tarde, a Assembleia Municipal da autarquia aprovou uma proposta dos eleitos da CDU para que ao escritor fosse outorgada a Medalha de Honra do concelho. Votação inútil – o veto do Executivo não tardaria. Razões? Para quê recordá-las? São artistas da direita de verbo em riste, gente longamente afeiçoada à inteligência do porrete e do despeito, com ditos como víboras, preferindo a pertinácia dos esbirros ao emendar de mão em caso de atoleiro. O país tomou conhecimento das declarações daquele deputado do PP que, hasteado em censor gramático, tão patusco como o pior Castilho e o pior José Agostinho de Macedo juntos, condenou o português do autor aos calabouços dos réprobos. Tomou conhecimento e riu, quero crer que riu, tantas vezes o riso exprime indignação e desprezo. Falo do país dos leitores, claro. Boa parte do outro permaneceu impávido, esquelético ou bilioso como lhe é peculiar. Entretanto, porque a democracia possui as suas regras e os seus régulos, a Vereação prosseguiu a saga que em hora de glória iniciara, saga de pirilampo doente mas saga, gesta, epopeia à rasa medida do possível.

Enquanto isto, Lanzarote dava ao romanista o estatuto de filho adoptivo e de conselheiro vitalício. Enquanto isto, sucediam-se os doutoramentos *honoris causa* em Universidades das sete partidas. Enquanto isto, uma pequena localidade escocesa quis que uma das suas ruas se denominasse José Saramago. Momentos de simples gratidão e elevação, entre inúmeros, momentos de reconhecimento por uma obra cuja singularidade marca o presente da literatura. O mundo, já se vê, anda virado do avesso, volta as costas aos edis de Mafra e à refulgência do seu pensamento, rico de fibras e artroses. Um horror, um prenúncio de apocalipse. Celebrar quem tão mal se exprime na pátria língua e, não contente com o facto, propaga a subversão marxista nesta época de triunfo neoliberal...

O pior, contudo, é que o caldo se entorna ao pé da porta. Não é que um grupo de docentes se lembrou de atribuir a uma Escola de Mafra o ímpio nome? Fiel ao espírito de missão de que deu provas, o Executivo, mediante parecer meramente consultivo, aferrolhou-se na negativa. Um dique é um dique, com mil diabos, maior ainda quando assente em obsti-

nação e cegueira, que quer a g o r a essa vaga de professo-

### ANACRÓNICAS

Manuel de Melo

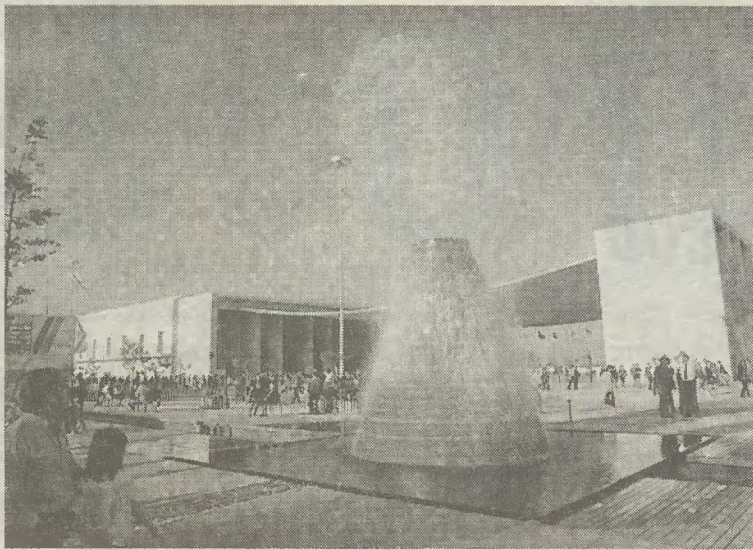
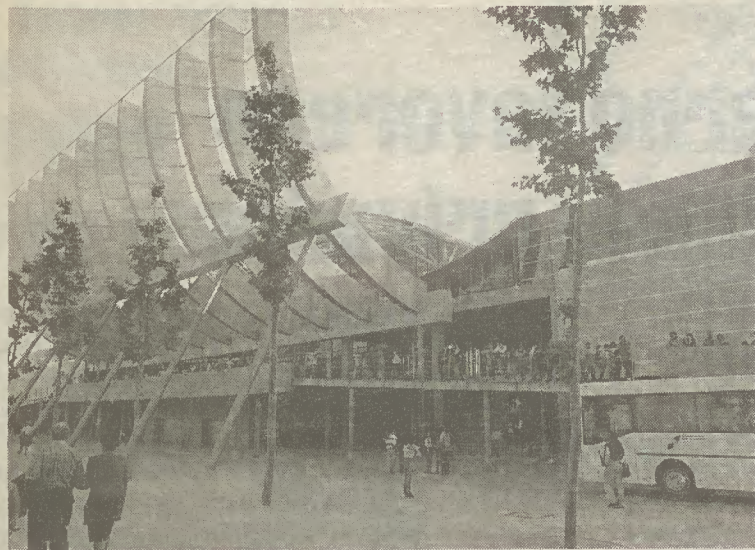
cos tocados a vento vermelho?, só por cima do cadáver dos ilustres do Município e seus institucionais representantes! E ai de quem ouse afrontá-los.

Estão as coisas neste preparo, a ver onde param as modas, em banho-maria ou referendo em lume pouco brando afinal, suspensas da decisão do Ministério da Educação, entidade amiúde casmurra e quase sempre lenta. Que resolverá Marçal Grilo, Marçal Grilo sínodo, Marçal Grilo ou alguém por ele em qualquer caso, ele e Guterres portanto? Irá na peugada do dr. Sousa Lara, premiando o génio dos que combatem a moirama de pena inepta e rebelde? É jeito que se lhe conhece, esse de alaranjar a prática e o discurso... Ou escolherá o lado da clarividência e da saúde democrática? Sem detença nem manobras de diversão? Certo é que, a partir daqui, já os olhos se não porão sobretudo naquele punhado de bravos que vereia por terras do Convento. Tem a palavra o Governo do Partido Socialista. Capaz de tudo, como sabemos.





## ESCAPARATE



## A última exposição do século

É finalmente amanhã que toda a curiosidade e expectativa vai ter uma resposta: chega o dia da inauguração para o grande público da «Expo'98», a última grande exposição mundial do século XX. Subordinada ao tema «Os Oceanos, Um Património para o Futuro», esta grande exposição é assim apresentada pelos seus organizadores: «A última década do nosso século será marcada pelo grande debate sobre as modalidades de integração do espaço oceânico e dos seus recursos no desenvolvimento sustentado do planeta. Face à crescente e intensiva exploração dos recursos e do meio marinho, torna-se urgente evitar a ameaça de uma destruição acelerada do formidável potencial de vida e de recursos, decisivo para o equilíbrio ecológico global. (...) A noção de património é entendida em dois aspectos - por um lado, trata-se de valorizar os bens físicos e culturais oferecidos pelos oceanos e, por outro, está directamente ligada à ideia de conservação e responsabilidade face às futuras gerações.»

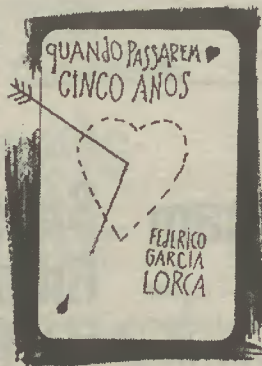
Contribuindo para a radical transformação de uma zona degradada da capital portuguesa, arrastando consigo a criação de importantes infra-estruturas, a Expo'98 será ainda ponto de encontro de todos aqueles que privilegiarão o convívio, procurarão enriquecer os seus conhecimentos, contactarão com as realidades actuais e sondarão as previsões para o futuro e não deixarão de aproveitar a oportunidade para o divertimento. Pavilhões como o de Portugal e mais de uma centena de países ou outros temáticos como o do Território, da Utopia, da Realidade Virtual e tantos outros, sem esquecer o procuradíssimo Oceanário, estarão à espera dos milhões de visitantes que animarão, até Setembro, aquele belo espaço da cidade de Lisboa. O «Escaparate», numa tarefa naturalmente «impossível», procurará regularmente chamar aqui a atenção para alguns dos acontecimentos mais relevantes.

## TEATRO

## Centenário de Lorca

No conjunto de espectáculos que, um pouco por todo o País, estão a comemorar o centenário de Federico Garcia Lorca - e de que já aqui demos notícia - o destaque vai hoje para a peça

«Quando Passarem Cinco Anos» que o Teatro da Cornucópia está a levar à cena no Teatro do Bairro Alto. Com tradução de José Bento, encenação de Luís Miguel Cintra,



cenário e figurinos de Cristina Reis, iluminação de Daniel Worm d'Assumpção e banda sonora de Francisco Leal, esta produção conjunta do Festival dos 100 Dias e da Cornucópia tem espectáculos de 3ª a sábado às 21.30 e aos domingos às 16 horas.

Entretanto, também dedicados a Lorca, outros espectáculos estão neste momento a



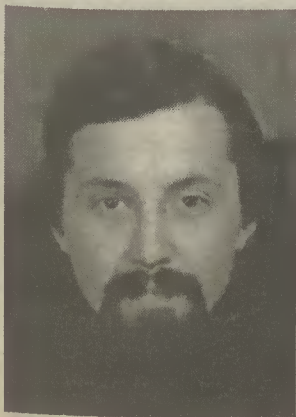
decorrer. Por exemplo: «Amor de D. Perlimplim com Belisa em seu Jardim», com encenação de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada (na Sala Estúdio do Teatro da Trindade, de 3ª a sábado às 19 horas); ou «Paysage Choisi», com encenação de Nuno Cardoso, no Teatro Rivoli (Porto).

## CLÁSSICA

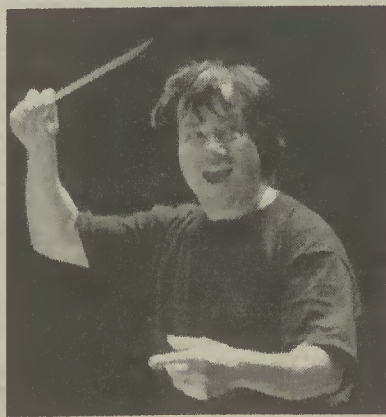
## Música Sinfónica na FCG

Como solista convidado para a Temporada de Música e Dança 1997/1998 da Fundação Calouste Gulbenkian, o violoncelista Ivan Monighetti vai esta semana participar em dois concertos com a Orquestra

Gulbenkian sob a direcção do maestro Muhai Tang. Em 20 e 21 de Maio (respectivamente, às 19 horas e 21.30), o programa dos concertos no Grande Auditório será o mesmo: Concerto para Violoncelo e Orquestra de Witold Lutoslawski e a Suite Sinfónica «Xerazade», op. 35 de Rimsky-Korsakov. Quatro dias depois, 26 de Maio às 19 horas, o mesmo violoncelista actuará a solo num recital que terá no repertório peças de Penderecki e J. S. Bach.



Ivan Monighetti (violoncelo)



Muhai Tang (maestro)

## ÓPERA

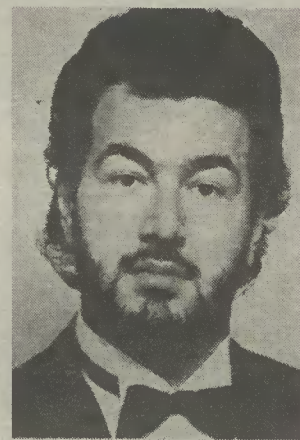
## Um mestre do «belcanto»

Integrada na temporada deste ano do Teatro Nacional de São Carlos, prosseguirá a série de apresentações da ópera «Norma», de Vincenzo Bellini, que, juntamente com Rossini e Donizetti, é um dos maiores cultivadores da arte do «belcanto». As récitas serão nos dias 23 e 26, às 20 horas, restando ainda uma última apresentação a 30 pelas 16 horas. Com encenação de Stefano Vizioli, cenografia de Susanna Rossi Jost, figu-

rinos de Anna Maria Heinrich e iluminação de Claudio Schmid, a direcção musical é de Friedrich Haider, que estará à frente da Orquestra Sinfónica Portuguesa e do Coro do Teatro (cujo maestro titular é João Paulo Santos), sendo solistas Sharon Sweet (Norma), Petia Petrova (Adalgisa), Michel Sylvestre (Pollione), Andrea Silvestrelli (Oriveso), Isabel Biu (Clotilde) e Pedro Chaves (Flavio).



Sharon Sweet (soprano)



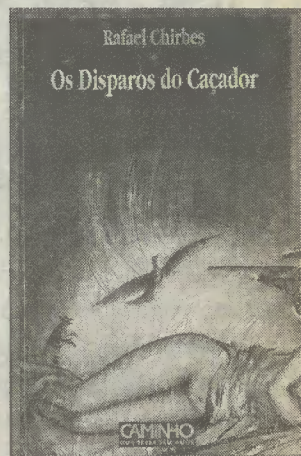
Andrea Silvestrelli (baixo)

## BAILADO

## Companhia Nacional de Bailado

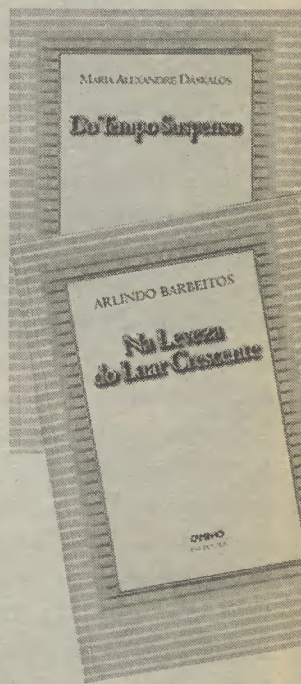
É já a partir da próxima quarta-feira 27 - e continuando nos dias 28, 29 e 30, sempre às 21.30, e no dia 31 pelas 16 horas - que a Companhia Nacional de Bailado (sob a direcção de Jorge Salavisa) apresentará o Programa 2 da sua Temporada 98/99. Os espectadores poderão assistir a duas estreias absolutas: «Bomtempo» com coreografia de David Fielding, cenografia de Henrique Andrade e figurinos de Nuno Gama, para o Quinteto em Mi Bemol, op. 16 de João Domingos Bomtempo; e «Llanto» com coreografia de Rui Lopes Graça, cenografia de Henrique Andrade e figurinos de Nuno Gama, para «Llanto por Ignacio Sanchez Mejias» de Tomás Marco, este último uma encomenda do Festival «Verão Musical de Segóvia» no âmbito das comemorações do centenário do nascimento de Lorca. A Orquestra Metropolitana de Lisboa será dirigida por José Ramón Encinar.

## LIVROS



## Os Disparos do Caçador

Raramente se encontra em Portugal editora que tanta atenção dispense à literatura - nomeadamente ao romance e à novela do país vizinho. O que acontece com a Caminho - em especial com a sua colecção *Uma Terra Sem Amos* - é realmente um caso aparte. Basta deitar uma vista de olhos à extensa lista de volumes publicados e que abrem ao leitor não só um vasto leque de escolha mas uma possibilidade rara de conhecer muitos dos principais nomes da literatura espanhola, para nos darmos conta da importância desta colecção que, já o dissemos, também é única na divulgação de livros escritos em língua portuguesa, com particular atenção dedicada aos países africanos. Hoje damos aqui nota de mais um romance, desta vez da autoria de um escritor valenciano, cuja carreira literária não começou há muito, mas que logo encontrou em Espanha e fora dela. Rafael Chirbes publicou o seu primeiro livro em 1988 e o romance que recenseamos hoje, *Os Disparos do Caçador*, é a sua mais recente produção.



## Poesia

Deixem-nos ainda chamar a atenção para outro notável feito desta editora - a Caminho - que persiste, contra ventos e marés da moda e vagas de silêncio, a publicar poesia, uma aposta arriscada se apenas olhada em termos de mercado. Falemos de dois livros acabados de lançar. Na *Leveza do Luar Crescente*, poemas da autoria de Arlindo Barbeitos, um autor angolano já conhecido do público português e figura conhecida no seu país não apenas pela produção literária mas por ter participado na luta de libertação nacional. Outra voz angolana: a de Maria Alexandre Dáskalos, que publica agora *Do Tempo Suspense*.



## ÚLTIMAS

## ATAQUE DE FOICE A voz dos ricos

O famoso «G-7» - «Grupo dos Sete» países capitalistas mais desenvolvidos - foi uma invenção da Guerra Fria e juntou durante décadas os EUA, o Japão, a Grã-Bretanha, a França, a República Federal da Alemanha, o Canadá e a Itália num clube restrito de pressão capitalista, a juntar a outros organismos com iguais objectivos (e integrando mais ou menos os mesmos protagonistas), como o FMI, o Banco Mundial ou a OCDE. Nesse tempo, o «G-7» reunia com um duplo propósito: o de contribuir, na sua qualidade de cimeira capitalista ao mais alto nível, para acertar agulhas na rapina dos povos e recursos mundiais, e o de articular estratégias na luta ideológica contra o campo socialista. Com a derrocada a Leste, a luta ideológica deixou de ser uma prioridade, pelo que o «G-7» se pôde entregar tranquilamente à sua actividade preferida - a de acertar agulhas na exploração concertada dos povos e dos recursos do planeta. Foi o que mais uma vez aconteceu durante três dias na cimeira de Birmingham, realizada esta semana na Grã-Bretanha, mas com uma novidade: a oficialização da entrada da Rússia como membro de pleno direito do «clube», que por isso se passou a chamar «G-8».

Por coincidência, um dos pontos da agenda do encontro foi «a luta contra o crime organizado e o desemprego». Como a Rússia dos Ieltsins, desfraldada sobre os escombros da União Soviética, se transformou, em meia dúzia de anos, no maior palco mundial do crime organizado e do desemprego, está explicada a sua admissão neste «clube dos ricos»: entrou como «especialista» na miséria.

Quanto à fantástica qualidade de «país rico» do novel membro do clube, a coisa também se arranja com umas adaptaçõesinhas: apesar de ter mergulhado o seu povo na mais vertiginosa miséria de que há memória no pós-guerra, a Rússia dos Gorbachovs, Ieltsins e derivados tornou-se, sem dúvida, um país de muitos «ricos», sem perder uma coisa fundamental para os seus parceiros do «G-8»: recursos naturais incomensuráveis e mão-de-obra absurdamente numerosa, barata e qualificada, para todos explorarem à vontade...

Curioso, entretanto, é o comunicado final apresentado pelos agora «oito mais ricos» do planeta no final da reunião de Birmingham. Entende o «G-8» que os dirigentes dos países asiáticos afectados pela actual crise devem tomar «medidas sociais» nos seus países, explicando que «a reforma económica e financeira deve ser acompanhada de acções e medidas da parte dos países envolvidos tendo em vista proteger os mais pobres e mais vulneráveis dos efeitos da crise».

Pois claro. Agora que estalou na boca a castanha da exploração desenfreada dos povos asiáticos levada a cabo nos últimos anos pela malta do «G-7» (perdão! «G-8») em conluio com os regimes corruptos desses países, os responsáveis locais que se desembrulhem e não pensem que os ricos, que deles se têm aproveitado como autênticos «homens de mão», estão dispostos a abrir os cordões à bolsa (aliás, cheia com a exploração desses e doutros países), nem sequer para os safar neste aperto e manter, assim, a «teta» a correr.

Citando António Botto, o mais que lhes dão é conselhos... Todavia, registre-se um pormenor: o conselho que dão é o de «proteger os mais pobres», na presunção de, assim, retirar algum vapor ao panelão de revolta que fervilha na região. Reformas sérias, que aliviem as monstruosas desigualdades e injustiças sociais, eis o que jamais passará pela cabeça do capitalismo, quer na expressão imperial que dá conselhos quer nas suseranias bárbaras que os mendigam e aceitam.

É por isso que o tal germe da sua própria destruição continua lá bem dentro de si mesmo...

E essa é que é essa.

■ Henrique Custódio

## EFFA's Governo favorece «lobbies» privados

O Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas levou a efeito durante dois dias - ontem e anteontem - uma acção pública de distribuição de propaganda.

A partir de um pavilhão instalado na Praça da Figueira, os trabalhadores denunciaram as medidas que o Governo tem em preparação (e outras já a ser aplicadas no sector) e, ao mesmo tempo, recolher apoios para um abaixo-assinado a dirigir ao primeiro-ministro.

Com «as opções políticas e de gestão do Governo e das Direc-

ções Administrativas» - que apenas favorecem os interesses de «lobbies» privados -, é o futuro das empresas e o emprego de centenas de pessoas que são postos em causa, acusa o Sindicato.

Há muitos anos que os trabalhadores chamam a atenção para a necessidade de «respostas inovadoras» às questões

que o fim da guerra colonial veio colocar. Estes avisos foram, porém, ignorados pelos vários governos e os EFFA's «foram arrastados para uma situação de desajustamento face às novas realidade económicas sociais e estratégicas». Incluindo pelo Governo PS que admite a sua entrega à iniciativa privada ou mesmo o seu encerramento.

Os EFFA's podem reforçar as suas posições no mercado externo e fornecer em condições vantajosas vários artigos à Administração Central e Local, conside-

ram os trabalhadores, dizem ainda os trabalhadores. O que é preciso é que o Governo e os responsáveis dos estabelecimentos os potenciem e perspectivem.

Nesse sentido, defendem a elaboração de um plano de investimento e desenvolvimento que permita apetrechar dos EFFA's com os meios exigidos pela nova realidade, garanta a operacionalidade das Forças Armadas, impeça a secundarização ou encerramento das empresas e assegure a manutenção dos postos de trabalho.

### OGFE ameaçadas

As «OGFE - Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento», mais conhecidas pela população da zona onde se situam como «Casão Militar», ganharam raízes na história de Lisboa e deram trabalho a inúmeras gerações de lisboetas. Contudo, o Governo, «indiferente a este património de trabalho», actualmente com 630 trabalhadores, defende o seu encerramento como a melhor opção, acusa, por sua vez, o PCP.

E, em defesa da continuidade dos EFFA's, os comunistas colocam-se «na frente da luta», prometendo denunciar «todas as premissas que perspectivem o encerramento das OGFE».



Os trabalhadores defendem há muito medidas para fazer face a uma situação «desajustada» da realidade

## Indonésia Oposição recua, populares avançam

A manifestação que ontem deveria trazer às ruas de Jacarta mais de um milhão de indonésios foi desconvocada.

Numa cidade subitamente invadida por mais de dezenas de milhares de efectivos das forças da ordem, com blindados e tanques a patrulharem as ruas e a montarem guarda ao palácio presidencial e ao Parlamento, a palavra de ordem de desmobilização representa muito mais do que um balde de água fria nas aspirações de um povo revoltado que pagou já com largas centenas de mortos o ter ousado reivindicar os seus mais elementares direitos. É o sinal de que nos gabinetes se cozinha já a «mudança necessária» para

que as coisas continuem a ser como são.

«Peço a todos os que apoiam as reformas para ficarem em suas casas. Sei que ficaram desapontados. Também eu estou desapontado. Mas peço-vos que rezem em vossas casas pelo êxito das reformas». As palavras são de Amien Rais, o dirigente muçulmano que nos últimos dias se assumiu como chefe da oposição indonésia, e representam uma viragem completa na posição que assumira menos de 24 horas antes.

Após o discurso de Suharto, na terça-feira, prometendo reformas e eleições antecipadas, Rais veio a público garantir que as manifestações de protesto continuariam até o «velho» se ir

embora. O volte face é explicado pelo receio de um banho de sangue que poderia pôr em causa as reformas. Um argumento que não convenceu os estudantes e milhares de populares, que desde as primeiras horas de quarta-feira começaram a convergir para o Parlamento.

Segundo as últimas informações disponíveis no encerramento da nossa edição, enquanto Suharto reunia com a oposição, militares e membros do Golkar, na rua o protesto engrossava, demonstrando não depender das posições de Rais.

Com militares e forças especiais «preparados para a guerra», Jacarta é uma cidade onde tudo pode acontecer.

## Viana do Castelo Novas bandas tocam para a Festa

No próximo sábado, a Juventude Comunista Portuguesa de Viana do Castelo realiza o 3º Avante Viana, festival de música que junta agrupamentos de jovens de todo o distrito, do qual sairá uma banda que irá actuar

no palco Novos Valores da Festa do «Avante!», nos dias 4, 5 e 6 de Setembro.

A iniciativa terá lugar no antigo pavilhão da Portucel e conta este ano com os seguintes grupos: *Nó Cego*, de Arcos

de Valdevez; *Desarranjo Cerebral*, *Kam*, *Madame Godard*, *The Slaves*, *Deadly Signs*, *Wicked Minds*, *The Flame* e *LSD*, todos de Viana do Castelo. De Ponte de Lima vêm os *Kamikazes*.

## Gouveia Sérgio Ribeiro na TLC

Na passada segunda-feira, o deputado do PCP no Parlamento Europeu, Sérgio Ribeiro, deslocou-se à Têxtil Lopes da Costa, para se inteirar da situação que esta empresa está a viver e desenvolver iniciativas no sentido de a desbloquear positivamente.

Na sequência do incumprimento das promessas feitas pelo Governo durante a campanha eleitoral, de que os problemas da TLC iriam ser resolvidos, os trabalhadores decidiram, no passado dia 14, retomar a sua luta pelo recebimento dos salários em atraso e pela concretização da viabilização da empresa, iniciando a paralisação do trabalho.

A Comissão Concelhia de Gouveia do PCP, considerando que «chegou a hora» de os trabalhadores pedirem contas ao Governo e à Câmara pela «demagogia eleitoralista» de que deram provas, veio a público manifestar o seu total apoio à sua «justa luta».

